

**Universidade Estadual Paulista**

**“Júlio de Mesquita Filho”**

**Faculdade de História, Direito e Serviço Social**

**Campus de Franca**

**FABIO LANZA**

**O Regime Militar no discurso-memória da  
Igreja Católica na região metropolitana de  
São Paulo (1964-1985)**

**FABIO LANZA**

**O Regime Militar no discurso-memória da  
Igreja Católica na região metropolitana de  
São Paulo (1964-1985)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da  
Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP –  
Campus de Franca, para a obtenção do título de Mestre em  
História (área de concentração: História e Cultura).

Orientação: Prof. Dr. Ivan A. Manoel.

Franca - SP  
2001

Ao *Bom Pai*,  
que em todos os momentos me amparou.

À minha preciosa *Flor de Maio*,  
que alegra, perfuma e dá sentido à vida do jardineiro.

## AGRADECIMENTOS

A todos os amigos (as), professores (as), colegas e familiares que, indistintamente, auxiliaram-me e contribuíram para a elaboração das idéias iniciais, execução e análise desta pesquisa.

Foram fundamentais as conversas, os sonhos, as homéricas discussões, as incógnitas coletivas sobre os caminhos traçados neste trabalho sobre a Igreja Católica e Ditadura Militar, cujas contribuições foram o aprendizado além das paredes institucionais de uma sala de aula.

Ao Professor Dr. Ivan A. Manoel pela incansável dedicação ao orientar-me.

Ao Édson Ap. de Souza e Eliana Flávia V. Baratela que, comigo, lutaram para confeccionar os exemplares desta dissertação, dando total apoio neste trabalho de edição.

A CAPES pelas inúmeras contribuições e pelo suporte oferecido.

***“A destruição do passado - ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que outros esquecem, tornam-se mais importantes do que nunca no fim do segundo milênio. Por esse mesmo motivo, porém, eles têm de ser mais que simples cronistas, memorialistas e compiladores”.***

HOBBSBAWN, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX - 1914-1991.* SP:

Cia das Letras, 1995, p. 13.

***“O primeiro ato de domínio exige que o dominado esqueça o seu nome, perca a memória do seu passado, não mais se lembre de sua dignidade e aceite os nomes que o senhor impõe. A perda da memória é um evento escravizador. É por isto mesmo que a mais antiga tradição filosófica do mundo ocidental afirma que o nosso destino depende de nossa capacidade e vontade de recuperar memórias perdidas...”***

ALVES, Rubem Azevedo. *Conversas com quem gosta de ensinar.*

SP: Ars Poética, 1995, p.32.

---

## SUMÁRIO

---

Resumo .....	7
Abstract .....	8
Introdução.....	9
Capítulo 1 – Igreja e Ditadura: apoio e perseguição .....	15
1.1 Igreja Católica e as matrizes político-sociais .....	16
1.2 Concílio Vaticano II, Medellín e Puebla: novas perspectivas.....	24
1.3 CEBs e Teologia da Libertação: a Igreja Popular .....	27
1.4 Igreja e sociedade civil: um processo de bipolarização .....	31
1.5 Igreja e Ditadura Militar: impasses e conflitos .....	36
Capítulo 2: Bispos Paulistanos: a memória sobre o Golpe de 1964 .....	45
Capítulo 3: Ebulição Política e Social em São Paulo: Igreja contra Ditadura .....	69
Conclusão .....	97
Bibliografia – citada e consultada.....	110
Anexos.....	117

## RESUMO

Esta pesquisa apresenta como objetivo o estudo analítico e interpretativo sobre o discurso-memória do clero da Igreja Católica na Região Metropolitana de São Paulo, referente ao período político do Regime Militar no Brasil de 1964 a 1985.

Nas investigações, ficou constatado que o discurso da Igreja Católica, no âmbito nacional, não é uníssono em relação a esse período político da história brasileira, e diversas matrizes influenciaram as ações dos clérigos paulistanos contra a Ditadura Militar.

Analisou-se e interpretou-se o discurso do clero que atuava na região metropolitana de São Paulo, nessa época, por meio de uma perspectiva metodológica qualitativa que privilegia a fonte oral, no caso, o “discurso-memória” e os arquivos do jornal Arquidiocesano *O São Paulo*.

As expressões e versões emitidas pelos entrevistados são partes de suas vidas, dessa forma, toda análise e interpretação são por si mesmas, um exercício que não pode perceber ou traduzir toda a profundidade ou a vitalidade vivida por essas pessoas. Afirmar o contrário seria não ser realista e sim, estaria incorrendo em erro. Assim, as entrevistas do Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns e dos bispos Dom Angélico Sândalo Bernardino, Dom Antônio Celso de Queiroz e Dom Benedito Ilhêa Vieira foram fontes riquíssimas de um valor inominável a esta pesquisa.

## **ABSTRACT**

This research has as a goal the analytic and interpretative study about the Catholic Church clergy speech-memory in Sao Paulo Metropolitan area, regarding to the Brazilian Military System political period, from 1984 to 1985.

In the investigations it was evidenced that the Catholic Church discourse in the National scope is not unison in relation to this Brazilian history political period and several churches head offices influenced in the actions of Sao Paulo State clergymen against the Military Dictatorship.

The clergy speech that was performed the Sao Paulo Metropolitan area was analyzed and certified, at that time, by a qualitative methodological perspective that privileges the oral source, in this case the "speech-memory" and the files in the Archdiocese newspaper, "O Sao Paulo".

The expressions and the versions emitted by the interviewees are parts of their lives, in this way, all the analyses and interpretation are by themselves, an exercise that cannot notice or express the greatness or the vitality that these people had lived. To asseverate the opposite would not be realist and certainly, it would be a mistake. Themby, the interviews did by the Cardinal Dom Paulo Evaristo Ams and the Bishops Dom Angélico Sândalo Bernardino, Dom Antônio Celso de Queiroz and Dom Benedito Ilhôa Vieira was a very rich source in an unnamable value to this research.



## INTRODUÇÃO

*... se há alguém que mereça estátua pública nesse país, não são coronéis, não são autoridades eclesíásticas, não são marechais, é o povo, é o povo brasileiro, este que realmente deve ser respeitado e, criarmos (...), um Brasil realmente livre, livre politicamente ... (Dom Angélico Sândalo Bernardino\*)*

Antes da apresentação inicial deste trabalho sobre o Regime Militar (1964-1985) e a Igreja Católica, é interessante destacar alguns aspectos que envolveram a história desta pesquisa, cuja proposta é uma formulação que perpassa pelo campo teórico, metodológico e pessoal. No entanto, expor um pouco da história que me vinculou ao tema de pesquisa, é algo diferente e peculiar.

O interesse de pesquisar algo que estivesse vinculado à Igreja Católica é resultado de um período de militância pessoal na Pastoral da Juventude na Diocese de Jales-SP, entre 1988 e 1993, destacadamente uma fase que foi marcante e influenciou, inclusive, na própria escolha da

---

\* In entrevista que compõe a pesquisa oral realizada e está em anexo na íntegra.

carreira que seguiria, fazendo a opção pelo curso de Ciências Sociais e ingressando na UNESP-Araraquara em 1994.

Essa fase, compreendida entre 1988 e 1993, foi muito rica não só no envolvimento com inúmeras atividades religiosas, mas também com as mobilizações estudantis, atividades culturais, discussões sobre questões políticas e sociais da realidade brasileira.

As propostas de trabalho da Pastoral da Juventude não abrangiam só a dimensão espiritual; por ter uma vinculação com a Teologia da Libertação, eram constantes as discussões e estudos sobre a história recente do Brasil, privilegiando questões polêmicas ou problemas da sociedade brasileira, como a Reforma Agrária, a pena de morte, os meios de comunicação social, violência, participação da juventude na sociedade, política, drogas, etc.

Fazia-se um vínculo constante com o período do Regime Militar (1964-1985), até porque era uma época pós “abertura política”, e também pelo fato de a Pastoral da Juventude (P.J.) ter sua origem nos movimentos da Juventude Católica (JAC, JEC, JIC, JOC, JUC)<sup>1</sup>, que atuaram no período anterior ao Golpe de 1964.

A partir de 1994, me desvinculei da órbita da P.J. e ingressei no meio universitário, o que foi uma decepção muito grande, uma vez que, inicialmente, não conseguia separar ou distinguir a militância da formação acadêmica. Além disso a própria estrutura universitária não correspondia às

---

<sup>1</sup> Para obter maiores informações sobre a JAC, JEC, JIC, JOC e JUC verificar a nota de rodapé na p. 57.

expectativas, que eram maiores no que se referia a realidade encontrada na FCL em Araraquara.

Só no 3º ano da graduação, em 1996, com a colaboração especial da Profª. Fernanda Peixoto, que começou a orientar-me em algumas leituras, as quais me encaminharam a uma tendência: desenvolver uma pesquisa sobre a Igreja Católica, mas ainda sem nenhum recorte definido. Esse momento foi muito importante, visto que permitiu interesse na iniciação científica.

Nessa época, a Profª. Sônia Irene S. do Carmo ministrava uma disciplina optativa sobre o período do Regime Militar, que me chamou a atenção. No final de 1996, vinculei-me ao Grupo de Estudos sobre o Regime Militar, que estava se organizando sob sua orientação, de que participei até o final de 1997.

Esse período foi decisivo para melhor elaborar uma proposta de pesquisa e fazer os recortes necessários, permitindo a construção de um projeto de pesquisa, apresentado no início de 1998 como trabalho de conclusão do curso de graduação.

Mas, inicialmente, a proposta de pesquisa não objetivava um estudo sobre o clero da região metropolitana de São Paulo. Esta proposta só ocorreu depois de ter freqüentado, como aluno especial, a disciplina Cultura Religiosa no curso de pós-graduação em História na Faculdade de

História, Direito e Serviço Social de Franca (UNESP) em 1998 e também após longas conversas com o Prof. Dr. Ivan A. Manoel.

Ao comentar com o Prof. Ivan a idéia de pesquisar o clero da Arquidiocese de São Paulo e iniciar as entrevistas com Dom Paulo Evaristo Arns, descortinava-se uma proposta extremamente desafiadora e de grande relevância.

E isso, mais do que nunca, serviu como estímulo e motivação para iniciar os encaminhamentos para a realização da pesquisa e agendar a primeira entrevista, que se realizou com o Cardeal Arns em dezembro 1998 na Igreja do Largo do São Francisco em São Paulo.

Com as contribuições da História Oral e Local e os estudos sobre análise do discurso, que trabalham com critérios qualitativos, a pesquisa dispensou a utilização de técnicas estatísticas de amostragem e rompeu o horizonte cartesiano, para determinar quais e quantos eram os depoentes. Um número de quatro entrevistas, qualitativamente significantes, e os artigos do Jornal *O São Paulo* foram perfeitamente adequados para a constituição do *corpus* de análise.

Posteriormente, desenvolveu-se a pesquisa documental nos Arquivos do Jornal *O São Paulo* da Arquidiocese de São Paulo, assim como as entrevistas com Dom Angélico Bernardino Sândalo, Dom Antônio Celso de Queiroz e Dom Benedicto Ilhoa Vieira.

A fala dos entrevistados é um fenômeno discursivo em suas múltiplas dimensões: as formações ideológicas, *o processo de comunicação entre interlocutores, os componentes argumentativos e retóricos* (CARMO, 1997:2) que foram analisados por meio de 4 categorias, formuladas a partir dos objetivos da pesquisa e das entrevistas, subsidiando as interpretações e o trabalho analítico, norteando a dissertação.

No capítulo inicial, foi realizado um estudo sobre o processo histórico que envolveu o Golpe Militar de 1964 e as relações com a Igreja Católica, permitindo uma discussão inicial e contextualizadora sobre a época.

No segundo capítulo, foram analisadas a primeira e a segunda categoria, que visaram aos elementos ideológicos influenciadores das falas do clero; os posicionamentos pessoais frente ao golpe de 1964 e as diferentes posturas assumidas pelos entrevistados nos momentos pré-golpe e pós-golpe, indicando quais fatores contribuíram para a mudança de comportamento frente ao Estado.

Por último, no capítulo seguinte, a terceira e a quarta categoria enfatizaram os aspectos divergentes nas participações individuais e o nível de envolvimento dos entrevistados, trazendo um enfoque mais incisivo que procurou definir quais elementos influenciaram as opiniões do clero e as suas ações na época; procurou perceber como as mudanças nas diretrizes

pastorais da Igreja na América Latina refletiram na vida dos clérigos no período militar; procurou relacionar suas falas com artigos do jornal da arquidiocese “*O São Paulo*”; e ainda procurou realizar a ligação dos depoentes com os processos da “abertura política” e de redemocratização, identificando quais eram as relações mantidas entre os movimentos populares que se organizavam e o clérigo paulistano.

## **Capítulo I**

### **Igreja e Ditadura: apoio e perseguição.**

Para a Igreja, falar de política não é enfrentar tema profano, de outra esfera, nem é exercer sua missão divina. Entre os poderes que o Cristo lhe atribuiu, essenciais ao cumprimento do seu mandato, está a missão profética de denunciar o injusto e anunciar a justiça.

Desde sempre, a Palavra de Deus, acolhida pela fé, tem inspirado a história dos homens, urgindo-os a buscar na terra a construção do Reino, de uma sociedade fraterna.

Vamos lançando sementes de um mundo mais justo toda vez que vencemos a desigualdade e nos damos as mãos na comunhão concreta de todos os bens, desde os meios de produzi-los até os frutos de nosso trabalho. (COMISSÃO ARQUIDIOCESANA DE PASTORAL DOS DIREITOS HUMANOS E MARGINALIZADOS DE S. PAULO, apresentação de Paulo Evaristo, Cardeal Arns: 1981)

## 1.1 - Igreja Católica e as matrizes político-sociais

O desenvolvimento desta pesquisa sobre a Igreja Católica exigiu, preliminarmente, a pontuação de alguns aspectos que devem ser expostos para o melhor entendimento do próprio objeto.

Em uma perspectiva gramsciniana, as religiões podem ser analisadas como algo concreto na sociedade, que desenvolvem uma diversidade de relações sociais nos mais diferentes contextos. Portanto o estudo de qualquer contexto social ou determinada época não permite relegar o entendimento das tramas do tecido religioso.

Assim, quando se fizeram os estudos sobre a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985) na região metropolitana de São Paulo, observou-se que a Igreja Católica se encontrava emaranhada naquele processo histórico, como, aliás, em qualquer outra sociedade latino-americana daquele momento, ou seja, para uma melhor compreensão da sociedade brasileira e de sua história é sempre necessário entender a participação da Igreja Católica<sup>2</sup>, porque ela é uma *instituição de central importância em nossa formação histórica e de fortíssima influência política e cultural* (NETO, 1996:6).

---

<sup>2</sup> A esse respeito, em 1963, Sérgio Buarque de Holanda afirmava que só o entendimento da história eclesiástica permitiria a melhor compreensão da própria história do Brasil, in Prefácio do livro de José Ferreira Carrato. *As Minas Gerais e o primórdios do caraça*. SP: Cia das Letras, 1963.



Preliminarmente, há necessidade de delimitar o termo *Igreja Católica*. No caso estudado, entendida *num sentido mais eclesiástico*, a *Igreja é uma instituição hierarquizada* (MANOEL, 1998:8), ficando excluído o sentido de uma reunião de fiéis, do “povo de Deus”. Por isso D’Ângelo afirma:

É a Igreja que se manifesta externamente na profissão da mesma fé, na comunicação dos mesmos sacramentos, na participação do mesmo sacrifício e na observância das mesmas leis. Para que seja visível a todos, tem como Cabeça Suprema o Romano Pontífice que a guia a fim de obter o que ela pretende (D’ÂNGELO, 1991:53).

O termo faz referência ao conjunto clerical e à estrutura de poder da Igreja, não compreendendo a comunidade católica como um todo; excluindo, portanto, os leigos. Outro aspecto de destaque é a heterogeneidade encontrada nessa instituição, mesmo no interior de seu clero.

Aprofundando a discussão, pode-se citar Antônio Gramsci quando afirma que toda religião

(...) é, em realidade, uma multiplicidade de religiões diferentes e freqüentemente contraditórias: (...) há um catolicismo da pequena burguesia e dos trabalhadores urbanos, um catolicismo para mulheres e um catolicismo para intelectuais (GRAMSCI, Apud LÖWY, 1991:20).

As diferenças são encontradas em sua organização, em seu clero, nas ordens religiosas, nos movimentos, nas pastorais, na sua composição social, etc.

Com o advento da modernidade, os eixos que mantinham as sociedades européias alteraram-se e não mais uma cultura teocêntrica se manteve, processou-se e desenvolveu-se um novo mundo, antropocêntrico, racional e científico.

Os processos promovidos na Europa Ocidental no final da Idade Média e no início da Idade Moderna, pelos Renascimentos Culturais, com as Reformas Religiosas, o Iluminismo no século XVIII, envolvendo a secularização, a laicização, a racionalização e o desenvolvimento do capitalismo, permitiram que a posição da Igreja Católica se fosse alterando, acompanhando as mudanças que ocorreram nas sociedades. Por meio dos processos de secularização que ocorreram a partir do século XVII, a ciência estava substituindo, em parte, a religião em que *se a ignorância da natureza deu origem aos deuses, o conhecimento da natureza é calculado para destruí-los* (DIETRICH, Apud: ARMSTRONG, 1994:345). A instituição Igreja passou a ocupar um espaço social cada vez mais secundário em alguns locais da Europa, na França na época da Revolução em 1789.

Camargo assinala, referindo-se à Igreja Católica, que a *persistência histórica da instituição supôs transformações essenciais para a sua sobrevivência* (CAMARGO, 1982:51).

A partir do século XIX, observou-se a reação Ultramontana. A Igreja Católica,

... refeita dos abalos sucessivos por que passou desde os fins da Idade Média e conseguindo sobreviver às perseguições religiosas e anticlericais do ciclo revolucionário, inaugurado com a Revolução Francesa, o grande projeto da Cúria Romana foi reconquistar um lugar ou o lugar central da humanidade (MANOEL, 1999:207), que delineava e tentava concretizar um retorno à época medieval.

De acordo com o Pe. Djalma R. De Andrade, o pensamento da Igreja não era o de

... instaurar a ordem e, sim, de restaurá-la, pois esses autores afirmavam que já houve um momento da história no qual se deram as condições ideais de realização do homem em sua dignidade, momento que não foi perpetuado, devendo por isso ser resgatado. Resultam dessa concepção a tendência a uma volta a esse momento passado e uma visão estática, não-histórica da ordem. Há um conteúdo romântico no tradicionalismo ligado a um desconhecimento do caráter dinâmico da história. A ideologia da ordem, pleiteando perpetuar o momento privilegiado que ofereceu as condições propícias à realização plena do homem e da sociedade (geralmente a Idade Média) não vê, no mundo atual, esse momento, nem

essas condições e, conseqüentemente, assume uma postura saudosista e reacionária (ANDRADE, 1994:24/25).

Após o Iluminismo, no século XVIII, os filósofos decretavam em seus prognósticos a “morte de Deus”, a partir dos novos desenvolvimentos da época e o

... triunfo da Razão, tal não se deu – a persistência da religiosidade e mesmo o reforço desse sentimento no século XX é um fato indubitável, diante do qual o historiador não pode fugir ou persistir na ignorância (MANOEL, 1998:93).

O século XIX, para essa instituição no Brasil também foi um momento de profundas transformações. Até o advento da proclamação da república a Igreja estava submetida ao regime do Padroado Régio<sup>3</sup>. Naquele momento, no final do século, observou-se a separação oficial da Igreja do Estado, surgindo novas relações em um outro contexto histórico. Essa ruptura tinha suas raízes na Questão Religiosa<sup>4</sup> em 1872 e, por último, no próprio processo histórico da proclamação da República<sup>5</sup>.

É possível observar, no Brasil, um fenômeno social que promoveu profundas alterações nas posturas assumidas pela Igreja

---

<sup>3</sup> O imperador possuía poderes de indicar os bispos e outros cargos clericais, concessão de benefícios eclesiásticos, aprovação ou não de decretos conciliares, documentos eclesiais, etc. A Igreja tinha vários benefícios entre eles o de ser a religião oficial.

<sup>4</sup> Foi um embate entre a Igreja e o D. Pedro II, representado parte da maçonaria, que determinou a prisão de Dom Vidal, bispo de Olinda e de Dom Macedo Costa, bispo de Belém, que representavam o ultramontanismo ou a romanização, que tentava a retomada pela Igreja das rédeas da instituição e por acatarem a Bula Papal que determinava o fechamento das ordens religiosas que possuísem membros da Maçonaria. Para uma leitura mais aprofundada quanto a Questão Religiosa é sugerido: VILLAÇA, Antônio Carlos. *História da Questão Religiosa*. RJ: Francisco Carlos, 1974.

<sup>5</sup> Sobre os meandros da Proclamação da República e sua relação com a Igreja Católica, há um artigo que trata esse tema de forma incisiva de MANOEL, Ivan A. D. Antônio de Macedo Costa e Rui Barbosa: a Igreja Católica na ordem republicana brasileira. In: *Pós-História* (revista de Pós Graduação em História). Assis: UNESP, vol. 5, 1997.

Católica a partir da década de 1930: o início do processo do êxodo rural, provocando a concentração urbana e a formação de grandes centros populacionais, e aumentando as periferias das já existentes, período em que se observou um desenvolvimento industrial amplo projetado pelo Estado, independente da política adotada: nacionalista ou entreguista.

A população migrante da zona rural para a cidade de São Paulo e em outras grandes cidades gerou a necessidade de uma religiosidade centrada nas novas carências urbanas que se avolumavam. A esse respeito, Maria das Graças Gouvêa afirma que a periferia se

... torna o ponto de interpelação e crítica da megalópole, fundada pelos jesuítas e reestruturada nos séculos XIX e XX pelos imigrantes (europeus e asiáticos) e pelos migrantes (nordestinos e outros), que fizeram dela o maior pólo industrial do hemisfério sul (GOUVÊA, 1997:13).

Na primeira metade do século XX, a história brasileira superou a exclusiva perspectiva agroexportadora dos cafeicultores e passou a experimentar a industrialização: as leis trabalhistas promovidas pelo populista Getúlio Vargas, os sindicatos sofrendo influências do Estado, revoltas comunistas, integralistas etc.

Nas últimas décadas do século XIX e na fase inicial do século XX, surgiram, dentro da Igreja em âmbito mundial, alguns setores que passaram a ter um novo posicionamento frente ao mundo moderno, urbano e industrial como, por exemplo, *a tentativa do padre Daens de criar em*

*Flandres, em 1893, um Partido Popular Cristão, de tendência abertamente democrática* (AUBERT, 1975:150).

Essa realidade, a partir do início do século XX, levou a Igreja Católica, no Brasil, a envolver-se em discussões sociais, econômicas e políticas, tendo em consideração as massas populacionais dos centros urbanos. Naquele momento, começou a se tornar público um conflito entre a visão católica conservadora e a crença no papel transformador da Igreja e dos valores religiosos, como a ação do padre Daens, que *fracassou após alguns anos, em virtude das intrigas dos conservadores reunidos em torno de Ch. Woeste* [presidente do Partido Católico] *e da preocupação dos bispos, ciosos da manutenção da unidade do partido católico* (AUBERT, 1975:150).

Mainwaring destaca:

... a mudança, na verdade, deve ser analisada a partir do confronto e do conflito de diferentes concepções existentes no interior da Igreja, e da percepção de como as transformações que ocorrem na sociedade, interferem na Igreja ou solicitam uma tomada de posição (MAINWARING Apud MARTINS, 1994:41).

No Brasil, esse mesmo processo pode ser observado. A partir de 1952, com a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Desde 1952, data da fundação dessa Conferência, os bispos se reúnem regularmente para exercer sua co-responsabilidade. (GUIMARÃES, 1978:20), o ato oficial ocorreu em uma reunião no dia 14 de Outubro de 1952, no palácio São Joaquim da Arquidiocese do Rio de Janeiro, houve a participação dos então 20 arcebispos do Brasil. Foi escolhido como primeiro presidente da CNBB o Cardeal Carlos Carmelo Motta, então arcebispo de São Paulo, o qual indicou para o cargo de Secretário-Geral: Dom

(CNBB), instaurava-se uma tendência de aproximação de parte do clero católico às classes despossuídas, e já se observava o início de uma divisão dos bispos entre progressistas e conservadores.

A partir da década de 1960, passando a atender um *apelo de João XXIII, a CNBB publicou o Plano de Urgência, que preparou os espíritos para receber a mensagem dos documentos do Vaticano II* (GUIMARÃES, 1978:20).

## 1.2 - Concílio Vaticano II, Medellín e Puebla: novas perspectivas

As transformações políticas ocorridas no Brasil na década de 1960, principalmente após a instalação dos militares no poder executivo a partir de 1964, coincidem com as *mudanças que a Igreja Católica passa a experimentar a partir do Concílio Vaticano II – 1962-1965* (BRASIL,1985:147), das Conferências Episcopais em Medellín (1968) e em Puebla (1979).

Para Ana Lúcia Valente, o Concílio Vaticano II, *convocado pelo Papa João XXIII, pode ser considerado como auto-crítica universal da Igreja Católica* (VALENTE, 1994:72), da qual resulta *a renovação da Igreja nos moldes da sociedade emergente* (VALENTE, 1994:72). A Igreja experimentava uma nova orientação político-social; evidenciou, a partir daí, final da década de 1960 e início de 1970, que essa instituição religiosa procurou promover mudanças em suas diretrizes, buscando uma aproximação maior com as classes menos privilegiadas, de maneira diferente da que ocorrera até então.

O olhar novo que a Igreja lançou sobre essa realidade, na qual “crescimento e pobreza” constituem um inseparável binômio (CAMARGO, 1976), buscou-se fundamentar e se expressar prática e coerentemente em três direções: na da própria Igreja-instituição, em suas



estruturas, estratégias e ação concretas e, também, em sua teologia; em direção a uma crítica social ampla, alicerçada na opção preferencial pelos pobres, tornada real na “Igreja que nasce do povo”; na linha de relacionamento autônomo com o Estado e seus representantes governamentais. São ópticas que se complementam, refletindo a dialética social do mundo brasileiro, no qual a Igreja de São Paulo buscava um novo protagonismo (GOUVÊA, 1997:13).

A Conferência Episcopal, realizada em Medellín (1968), trouxe algumas novas considerações que foram colocadas em pauta, para serem encaminhadas na América Latina; tratava-se de libertar a ação pastoral de seu caráter conservador, oficializar as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's)<sup>7</sup> e valorizar as religiosas no atendimento paroquial. A Igreja Católica Latino Americana, a partir de Medellín, passou a analisar, com espírito crítico, o seu modo de evangelizar e sua forma de inserção na sociedade. A ação pastoral empenhou-se contra a estrutura injusta e desigual da sociedade latino-americana.

Esses ventos que sopravam de Medellín, essa situação de mudanças caracterizava um momento sócio-político presente em todo o Continente, embora de modo não homogêneo. Assim o denunciavam, com todas as letras, (...) frutos das propostas e revisões que, nos anos impetuosos do pós-Concílio, levaram a Igreja latino-americana a reconsiderar

---

<sup>7</sup> As CEB's não são mera continuidade do modelo até então característico da Igreja brasileira. Elas são vistas como ruptura em relação ao que existia no Brasil (clericalismo, elitismo, protecionismo), por seu caráter singularmente popular (NETO, 1996:35).

decididamente sua vinculação com os segmentos empobrecidos da população (GOUVÊA, 1997:29).

### 1.3 - CEB's e Teologia da Libertação: a Igreja Popular

Incentivadas pela CNBB<sup>8</sup>, a partir de vários documentos<sup>9</sup>, surgiram e cresceram as Comunidades Eclesiais de Base. Entre as diretrizes traçadas pelo Plano Pastoral de Conjunto (1966), destaca-se que as CEB's são encaradas como:

... a urgência de descentralização da paróquia, não necessariamente no sentido de criar novas paróquias jurídicas, mas de modo de suscitar e dinamizar, dentro do território paroquial, comunidades de base (como as capelas rurais) onde os cristãos não sejam pessoas anônimas que buscam apenas o funcionamento de um serviço ou o cumprimento de uma obrigação, mas fiéis que se sintam acolhidos e responsáveis, que sejam parte integrante, em comunhão de vida com Cristo e com todos seus irmãos (GUIMARÃES, 1978:21).

E, segundo o Relatório Estudos da CNBB nº 23 publicado em 1979, as CEB's são:

um grande movimento de evangelização a partir da perspectiva dos pobres, os preferidos do Reino, não para deixá-los em sua situação de

---

<sup>8</sup> Que após os anos do Concílio (...) aprofundaram, pela prolongada convivência, a consciência colegial do episcopado e a CNBB, secundada por seus assessores, torna-se responsável pelo esforço pós-conciliar de renovação da Igreja e de implementação de uma pastoral comum através (...) de ação do Plano de Pastoral de Conjunto. A partir dos anos 70, o caráter anual das assembleias da CNBB, o maior dinamismo da presidência e da secretaria geral, fazem da CNBB e de suas orientações um fator fundamental na vida da Igreja e da sociedade no Brasil. – BEOZZO, Pe. José Oscar. História da Igreja no Brasil in: *O que é Igreja*. ARNS, Cardeal Paulo Evaristo. SP: Brasiliense, 1981, p. 137 (coleção primeiros passos).

<sup>9</sup> Como por exemplo o Plano de Urgência (1962), o Plano de Pastoral de Conjunto (1966) e os Planos Pastorais Bienais de 1971-1972 e 1973-1974 (GUIMARÃES, 1978:20-21).

pobreza, mas para convocá-los a se unirem na busca da própria libertação (ESTUDOS DA CNBB – 23, 1979:18).

Ainda, as CEB's fomentaram nos bairros populares da cidade de São Paulo as *pequenas iniciativas reivindicatórias que continuavam na discussão do dia-a-dia por meio da solidariedade imediata* (GOUVÊA, 1997:44), contribuindo para que as pessoas pudessem alcançar a *compreensão do sistema capitalista como causa das desigualdades* (SINGER, 1978:85).

As CEB's são o embrião, talvez até o principal, da intensa movimentação que as bases populares imprimem ao processo de resistência política, popularizando-o (GOUVÊA, 1997:33).

No segmento das transformações ocorridas na década de 1960, também se constituía e se tornava oficial um movimento composto por setores significativos da Igreja Católica: clero (bispos, padres e congregações religiosas), movimentos religiosos laicos (Ação Católica, Juventude Universitária Católica, Juventude Operária Católica), pastorais populares e Comunidades de Base. Todos esses setores passaram a formular e praticar, nessa época, a Teologia da Libertação, que tinha entre seus objetivos *o compromisso de abolir a atual situação de injustiça e construir uma sociedade nova (...), pela participação ativa e eficaz da luta empreendida contra seus opressores pelas classes exploradas*

(GUTIÉRREZ, 1985: 250). Portanto é necessário entender que a Teologia da Libertação

nasceu da feliz confluência entre um contexto específico e uma rica geração de teólogos e não é mera continuação ou evolução das teologias marcadas pelas teorias revolucionárias (estas, sim, influência direta do modelo europeu). (...) A Teologia da Libertação no Brasil veio respaldar toda uma atuação que estava em pleno desenvolvimento e se mostrava uma experiência muito rica; o surgimento das Comunidades Eclesiais de Base, ou CEB's. (NETO, 1996:34-35).

Em Puebla (1979), na III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, os Bispos analisaram uma situação de injustiça institucionalizada com aspectos condenáveis e antievangélicos. *Puebla e Medellín trazem novos enfoques, através de suas grandes opções preferenciais: as opções pelos pobres e pelos jovens* (BIGO, 1986:436), tomando como proposta o *desafio pastoral e a evangelização dos pobres a partir de sua própria realidade cultural* (VALENTE, 1994:84), e, a partir desses aspectos, define o compromisso da Igreja latino-americana junto à esfera política:

Primeiro, a política em seu sentido mais amplo, que visa ao bem comum. (...) Neste sentido amplo, a política interessa à Igreja e, portanto, a seus Pastores, ministros da unidade (n. 521). Segundo, a realização concreta dessa tarefa política fundamental se faz normalmente através de grupos de cidadãos que se propõem conseguir e exercer o poder político, para resolver as questões econômicas, políticas e sociais, segundo seus próprios

critérios e ideologias. Nesse sentido, pode se falar de política de partido. A política partidária é campo próprio dos leigos (n. 524)<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> (COMISSÃO ARQUIDIOCESANA DE PASTORAL DOS DIREITOS HUMANOS E MARGINALIZADOS DE S. PAULO, apresentação de Paulo Evaristo, Cardeal Arns: 1981).

#### **1.4 - Igreja e sociedade civil: um processo de bipolarização**

As mudanças dentro da Igreja Católica não foram bem aceitas pelos setores conservadores, assim como pelo Vaticano e *não interessava a contestação aos regimes militares na América Latina* (NETO, 1996:37). Exemplo claro é o incentivo a movimentos de cunho espiritual e tradicionalista, a partir dos anos 70 e as perseguições a teólogos da Libertação, a partir dos anos 80, ao ex-clérigo Leonardo Boff. *A preocupação de Roma com a radicalização da Igreja popular não só no Brasil mas em toda a América Latina não era nova.(...)* (NETO, 1996:39).

Era perceptível a existência de processos de polarização entre a sociedade civil e a Igreja Católica. Esta se dividiu, de um lado, numa ala moderada e conservadora, com uma ação social de caráter assistencialista; de outro lado, a “Igreja dos pobres” que, segundo o pensamento de Gustavo Gutiérrez, assumia uma posição nítida em relação à luta de classes em que não era possível negá-la e não tomar partido em favor das classes exploradas. Segundo ele, *tentar situar-se neste “lugar” significa uma ruptura radical com o modo de viver, de pensar, de comunicar a fé na Igreja de hoje* (GUTIÉRREZ, 1995:271).

*A Arquidiocese de São Paulo foi, reconhecidamente, um dos laboratórios da nova Teologia e Pastorais libertadoras, ambas feitas a partir das bases oprimidas (RIBEIRO, 1988 apud GOUVÊA, 1997:35)*

Esses acontecimentos, no interior da Igreja Católica, acompanharam um período muito tenso no cenário político-cultural do Brasil. O período compreendido entre a renúncia do Presidente da República Jânio Quadros (25.08.61) e o Golpe de Estado pelo Comando das Forças Armadas, contra o então Presidente João Goulart (01.04.1964), foi marcado *pelo rápido crescimento das lutas populares (BRASIL, 1985:57)*.

As lutas por reformas estruturais, chamadas "Reformas de Base", propostas pelo presidente João Goulart, ganhavam força junto às camadas populares, entre camponeses, estudantes, trabalhadores e intelectuais.

As propostas de reformas foram formuladas conforme os ideais nacionalistas e as inspirações da esquerda na época. Os anseios de uma parte significativa da população brasileira começavam a erguer a voz pedindo Reforma Agrária, uma nova estrutura educacional, regulamentação da remessa de capital estrangeiro, reforma tributária...

No entanto, o Comando das Forças Armadas, as elites nacionais, parte das camadas médias e os que representavam o capital estrangeiro consideravam tais reivindicações inviáveis.



As parcelas opositoras da população ao Governo de Goulart, os partidos de direita (Partido Social Democrata, União Democrática Nacional) e a cúpula da Igreja Católica promoveram uma ampla campanha que acusava o Presidente de ter tendências comunistas, estimulava-se o medo ao perigo vermelho que rondava a história brasileira desde meados da década de 1930, quando Getúlio Vargas abafou a Intentona Comunista (1935) e forjou o Plano Cohen (1937)<sup>11</sup>.

Uma parte da hierarquia da Igreja Católica apoiou o Golpe de Estado em 31.03.1964, também chamado pelos os militares, de “revolução de 1964”, contra o Presidente João Goulart (1961-1964), organizando as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, que foram amplamente noticiadas e tiveram grande impacto juntamente com a Campanha Anticomunista, expressando a conivência da maior parte do clero com a ordem política que se estabelecia.

Em uma situação de grande tensão política, os militares sentiram-se preparados para o golpe de Estado, pois tinham o apoio dos Estados

---

<sup>11</sup> *A farsa do Plano Cohen (1937). Contudo, o Congresso Nacional, sentindo as manobras golpistas de Vargas, o impediu de renovar o estado de sítio. Para forçar a situação, Vargas simulou a farsa do Plano Cohen, de autoria duvidosa: tratava-se de um plano supostamente comunista, que visava ao assassinato de personalidades importantes, a fim de tomar o poder. Segundo a versão dos interessados na farsa, o documento fora “descoberto” e entregue a Góis Monteiro pelo Capitão Olímpio Mourão Filho, membro integralista. O nome Plano Cohen foi dado por Góis Monteiro, responsável pela divulgação alarmista por toda imprensa.*

*Diante da “ameaça vermelha”, o governo pediu o estado de guerra, e o Congresso concedeu. Criaram-se assim as condições para o golpe. Getúlio buscou e conseguiu o apoio do Governador de Minas, Benedito Valadares; no nordeste, a missão Negrão de Lima conseguiu a adesão de vários estados (KOSHIBA, 1996:285).*

Unidos e eram *estimulados abertamente pela CIA (BRASIL: 1985:58)*, agência central de inteligência americana.

Consumado o golpe, o Comando Militar das Forças Armadas empossou, como Presidente, por um período provisório de 18 meses, o General Humberto de Alencar Castelo Branco, que encaminhou propostas econômicas beneficiárias do capital estrangeiro, contrariando frontalmente os setores nacionalistas e populares<sup>12</sup>.

A partir de então, o golpe de Estado serviu como ato protocolar de uma nova administração que se instalava no país, instituindo-se como uma *Revolução (...) legítima por si mesma*<sup>13</sup>, tendo como responsabilidade transformar o país em uma grande potência modernizada, conduzindo o desenvolvimento do capitalismo selvagem, em que o Estado se utilizou da força, para oprimir e reprimir todos os indivíduos que a ele se opusessem.

O caráter provisório do movimento militar encerrou-se com a edição do Ato Institucional n.º 2, em 31 de Outubro de 1965, em que qual *não se disse que a Revolução foi, mas que é e continuará*<sup>14</sup>.

A partir do final dos anos de 1960 e início da década de 1970, segmentos da hierarquia da Igreja Católica começaram a mudar seu posicionamento frente ao regime militar, confrontando-se com as atitudes desumanas promovidas pelas ações militares e para-militares características

---

<sup>12</sup> Esclarecendo que o próprio regime colocou em prática uma visão nacionalista militar.

<sup>13</sup> ATO Institucional de 09 de Abril de 1964. In: *BRASIL: nunca mais*. Op. Cit. p. 61

<sup>14</sup> ATO Institucional n.º 2. Ididem.

do período e *enfrenta o Estado e as classes dominantes, criticando seu sistema econômico, sua ideologia e sua política impiedosa* (ROMANO, 1979:251).

## **1.5 - Igreja e Ditadura Militar: impasses e conflitos**

Com a implantação da “linha dura” pelos militares após 1967, intensificaram-se as perseguições e torturas aos componentes dos movimentos populares, das organizações estudantis, dos movimentos contestatórios, sindicatos, ligas camponesas, partidos de esquerda e todos quantos se opusessem ao regime. No entanto, é possível observar que, com o endurecimento das relações entre o Estado, defensor da “Segurança Nacional” e a oposição política, o conjunto da hierarquia católica, inclusive grande parte do episcopado, passou a posicionar-se contra a “nova ordem” do medo, das perseguições, das torturas que se estabeleciam enfaticamente a partir de 1967 e 1968, com a supressão dos direitos políticos, de liberdade de expressão e organização, destacando a promulgação do Ato Institucional n.º 5 (AI-5) em 13 de dezembro de 1968, no governo do General Costa e Silva e o fechamento do Congresso Nacional.

Os Bispos do Centro-Oeste afirmaram que o Brasil possuía ... uma economia concentrada e um poder centralizador... Quanto ao controle da ordem, exercido pelo Governo, pelas Forças Armadas e pela polícia, vê-se todos os dias o que ocorre: toda manifestação é reprimida...;

em nome mesmo da liberdade de iniciativa, suprime-se a liberdade pessoal e mesmo a liberdade de uma grande parte do povo<sup>15</sup>.

A parte progressista e popular da Igreja Católica tornou-se uma instituição imprescindível à parcela da sociedade que se opôs ao regime militar, servindo como forma de *resistência civil à opressão dos aparatos policiais e militares do Estado* (SINGER, 1983:59). Michael Löwy considerou a Igreja Católica *como a principal adversária da ditadura* (LÖWY, 1991:55), levando-a a ser acusada pelos militares de subversiva, inspirada no marxismo e opositora do progresso e da modernização,

... o ápice desse confronto direto deu-se no ano de 1976, quando um Bispo foi seqüestrado pela repressão, num ato de intimidação, militantes católicos foram duramente reprimidos e dois missionários assassinados (MANOEL, 1983:53).

Nesse contexto, as CEB's, com suas ações e práticas, exerceram seu aspecto profético. Elas participaram

... na luta pela libertação do povo, cobrando para que o mesmo descubra as causas da opressão em que vive, denunciando qualquer forma de injustiça, tanto a nível individual quanto do sistema, e propondo uma sociedade sem barreiras, na qual se eliminem os privilégios e o monopólio dos meios de produção, dos serviços e dos bens coletivos concentrados nas mãos da minoria. Participa na luta contra a dominação externa que impede a fraternidade e a comunhão entre os povos (MARINS, 1977:35).

---

<sup>15</sup>Documento dos Bispos do Centro-Oeste. *Marginalização de um povo*, (06.05.1973). In: SEDOC nº 6. Petrópolis: Vozes, Março-1974, p.1002.

É importante destacar que o envolvimento da Igreja Católica nos movimentos de contestação ocorreu de maneira direta e indireta. Como exemplo, tem-se a participação da Igreja na Greve dos Metalúrgicos do ABC em 1979 e 1980, em que Dom Cláudio Hummes, Bispo da Diocese de Santo André, expôs em uma carta aos Bispos do Brasil, seu apoio a esse movimento grevista *porque suas reivindicações eram justas e seus métodos pacíficos* (MORAIS, 1982:69).

O movimento sindical dos metalúrgicos no ABC sofria intervenção federal em suas sedes e a prisão de suas lideranças, conseqüência da repressão promovida pelo Estado.

A Greve dos Metalúrgicos era parte de uma campanha salarial contra o baixo salário mínimo determinado pela política econômica do governo, porque ele levaria a maioria da população a um forte empobrecimento. Segundo levantamentos da Diocese de Santo André, a maioria dos metalúrgicos recebia em média 3 salários mínimos, quantia insuficiente para a manutenção de suas famílias.

De acordo com a carta publicada por Dom Cláudio Hummes, o governo com a justificativa da:

... discutível ilegalidade da greve, partiu para uma repressão duríssima e sem trégua. Seus porta-vozes declaram à imprensa que o governo faria dessa greve uma greve exemplar, o que significa que a massacraria [ ... ]  
Dentro dessa estratégia, tratava-se para a repressão de circunscrever a

greve do ABC, isolando-a o mais possível, bem como isolar a Igreja do ABC que apoiava a greve (...). No que tange à Igreja, tentou isolá-la no início declarando que não se tratava da Igreja do Brasil mas de uma ação isolada e ilegítima do bispo de Santo André. Tanto maior foi a irritação das áreas governamentais quando surgiu o apoio total e forte do Cardeal Arns, bem como da CNBB (*Apud* MORAIS, 1982:70).

Dessa forma, ficou clara a oposição da Igreja contra aspectos da ditadura militar conforme o que Dom Paulo Evaristo Arns, declarou em uma entrevista<sup>16</sup> concedida no dia 17 de dezembro de 1998 na Igreja do Largo São Francisco. Quando foi questionado se a Igreja tomou uma posição contrária ao regime militar em determinado momento, respondeu:

Não, a Igreja de São Paulo foi desde o primeiro dia contra as torturas, as prisões, e tudo que havia de arbitrariedade, nós não nos omitíamos, por isso discutir, ver qual era o melhor regime, isso era com os leigos, mas os religiosos sempre disseram, defenderam a integridade da pessoa humana, dos direitos humanos, chegamos a publicar um milhão e quinhentos mil exemplares da Declaração Universal dos Direitos Fundamentais do Homem.

Na Igreja do ABC, o Bispo da Diocese de Santo André, Cláudio Hummes, na época, em seus discursos, declarou uma postura pública contra o regime militar e colocou à disposição do Sindicato dos Metalúrgicos a estrutura física das paróquias para realização das assembleias e reuniões no final da década de 1970.

---

<sup>16</sup> Que é parte da pesquisa oral realizada e está em anexo na íntegra.

É evidente que a Igreja se posicionava contra a desumanidade do regime militar e, inclusive, passou a ser suporte para os movimentos contestatórios à ditadura. É nesse contexto que podemos entender a atuação de Dom Helder Câmara em Recife e Olinda, a atuação de Dom Pedro Casaldáliga em São Félix do Araguaia e a histórica participação dos padres na Igreja de Nossa Senhora da Candelária no Rio de Janeiro em 04 de abril de 1968, quando encerravam a celebração solene da morte do estudante Édson Luís, morto por militares no restaurante Calabouço e fizeram um cordão humano para proteger da tropa de choque, que aguardava a saída das pessoas para dispersá-las violentamente com o assédio policial<sup>17</sup>.

A declaração dos bispos brasileiros, reunidos na XII Conferência da CNBB em 1973, deixou clara a insatisfação e a sua oposição ao caráter explosivo que a repressão militar instaurava. *A Igreja não subestima a necessidade de tranqüilidade e ordem pública, (...) mas se os meios são desumanos constituem um preço que nenhum governo pode pagar sem aceitar sua autodestruição* (KRISCHKE, 1979:72).

---

<sup>17</sup> Veja foto a seguir.



Essa posição de crítica à Ditadura que a Igreja assumiu já havia sido ratificada em 4 de dezembro de 1968, quando a CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil) publicou uma nota em protesto às prisões arbitrárias de religiosos ocorridas em Belo Horizonte e Recife (MORAIS, 1982:60). Esse documento foi o primeiro dos vários que a hierarquia católica publicou contra a opressão e a violência, recursos militares utilizados pela ditadura.

Observa-se que esses documentos enfatizaram um aspecto “profético”:

... a Igreja hierárquica sente a dor humana e denuncia, quando ela é engendrada pela iniquidade. Mas a denúncia social como a dor física são sintomas e alarmes de vida. Só o cadáver não reclama da erosão que o corrompe<sup>18</sup>.

Na realidade, quando parte significativa do clero começou a explicitar as atrocidades ocorridas nos calabouços da ditadura militar, destacaram aspectos que permitiram uma indignação contra as atitudes e os métodos utilizados pelos militares contra quaisquer opositores.

Nota-se cada vez mais a existência de amplos grupos da Igreja que mantêm sua missão profética, mesmo quando têm que pagar por isso um duro preço de perseguições, calúnias e martírios (MARINS, 1979:32).

---

<sup>18</sup> CNBB, In: MORAIS, J. F. R. 1982:50.

O Documento de Brasília (27.05.1970) da XI Assembléia Geral da CNBB, o Documento de Brodósqui (08.06.1972) intitulado “Testamento de Paz”, o texto “Marginalização de um Povo: o grito das Igrejas” (06.05.1973) do Sub Regional do Centro-Oeste, o texto “Eu ouvi os clamores de meu povo” (maio/1973) do Sub-Regional do Nordeste II, entre outros, deixaram claros o descontentamento e a denúncia da maior parte da hierarquia da Igreja contra as práticas militares para a manutenção do *status quo*.

Evidencia-se que a Igreja Católica renunciou e declarou um grande anseio por mudanças, realizando de uma maneira completa a sua “função profética”.

Isso se observou nas linhas de frente, apoiando trabalhadores em movimentos grevistas, camponeses nas ocupações de áreas improdutivas, lutando por reforma agrária, ou em movimentos religiosos, promovendo orações e desenvolvendo uma espiritualidade, pedindo proteção aos marginalizados e excluídos.

Parece óbvio que os resultados e os processos desenvolvidos pela Igreja ou dentro dela são diferentes, mas o objetivo final, “defesa da vida”, é constante e inegável, por isso o próximo capítulo estará apresentando as versões de quatro personalidades importantes nos envolvimento da Igreja Católica com o Regime Militar em São Paulo: Dom Paulo Evaristo Arns,

Dom Angélico Sândalo Bernardino, Dom Antônio Celso Queiroz e Dom  
Benedicto Ilhôa Vieira.

## Capítulo II - Bispos Paulistanos: a memória sobre o Golpe Militar de 1964.

Nos momentos iniciais, quando ainda não havia a certeza sobre a realização da pesquisa, do interesse e destaque acadêmico, da efetivação das entrevistas e mais um leque de outras dúvidas, mesmo nesse pântano, algo era claro: a necessidade de sua realização, a consciência de que as fontes orais sobre o período da Ditadura Militar (1964-1985) são tão passageiras, porque são vivas.

Assim, fazia-se urgente que os componentes do clero que estiveram envolvidos nas ações da Igreja Católica, na região metropolitana de São Paulo<sup>19</sup>, pudessem expressar suas versões, seus discursos sobre o período, o que fizeram e o que não fizeram, o que viram, o que sentiram, etc.

A busca e a realização desta pesquisa foi motivada por Paul Thompson, em sua obra “*A voz do passado. História Oral*”, na qual afirma que:

*... a história oral não é necessariamente um instrumento de mudança; isso depende do espírito com que seja utilizada. Não obstante, a história oral pode certamente ser um meio de transformar tanto o conteúdo quanto a finalidade da história. Pode ser utilizada para alterar o enfoque da própria história e revelar novos campos de investigação; pode*

---

<sup>19</sup> na maior cidade do país e um dos principais pontos de agitação política naquela época.

*derrubar barreiras (...) - pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras* (THOMPSON, 1992:22).

Imbuído dessa perspectiva<sup>20</sup>, valorizando *aqueles que tendemos a considerar os não-atores da história, cuja importância passa a ser valorizada pelo simples fato de o historiador solicitá-los e entrevistá-los* (VOLDMAN In AMADO, 1996:40), como uma linha alternativa à maioria dos trabalhos sobre a memória do período, que geralmente enfatizam personalidades de destaque, como militares ou componentes da esquerda (perseguidos, torturados, exilados ou suas famílias), esta proposta se realizou pesquisando o discurso-memória de membros do clero que trabalharam na região metropolitana paulista, tendo em vista que os

... discursos são as combinações de elementos lingüísticos (frases ou conjuntos constituídos de muitas frases), usadas pelos falantes com o propósito de exprimir seus pensamentos, de falar do mundo exterior ou de seu mundo interior, de agir sobre o mundo (...). A fala é (...) rigorosamente individual, pois é sempre um eu quem toma a palavra e realiza o ato de exteriorizar o discurso (FIORIN, 1998:11).

A expectativa foi valorizar, por meio das entrevistas, as muitas faces desse período como do próprio discurso, porque as falas dos clérigos são multifacetadas, revelando signos do passado com “marcas” pessoais, trazendo ao público as experiências individuais.

---

<sup>20</sup> Não havendo a intenção de realizar uma exposição aprofundada sobre as temáticas relacionadas aos depoimentos, a história oral, a memória, etc.

O processo de pesquisa histórica realizada por meio do discurso-memória permite valorizar participantes históricos que não foram privilegiados até então pela historiografia atual. Ainda cabe ressaltar que os depoentes estão sendo elevados à condição de sujeitos históricos que saíram do anonimato e que, a partir de suas vidas e suas experiências, contribuem para a investigação histórica, algo essencial para a vida humana. Afinal,

a rotina diária dos parques e bicicletas, das compras, do comer e limpar-se, dos abraços e beijos costumeiros, talvez não seja apenas infinitamente bela e festiva, mas também infinitamente frágil e precária (BERMAN, 1986:14).

Esse momento construído durante a realização da pesquisa e das entrevistas é um “estar na contramão”, é a busca da contraposição à sociedade moderna burguesa, cujos pilares sociais estão firmados no acúmulo de riquezas materiais e na capacidade de consumo das pessoas.

Realizar esse exercício histórico a partir da investigação científica numa sociedade em que prevalecem valores vinculados ao lucro ou a formas mais avançadas de produção<sup>21</sup>, tornou-se um desvencilhar dessa sociedade em que *tudo o que é sólido e estável se desmancha no ar* (MARX, 1990:69).

---

<sup>21</sup> inclusive em que produz a vida, graças aos avanços bio-genéticos.

O que se priorizou durante a efetivação desta pesquisa não faz aumentar os níveis de produtividade nem no campo nem na cidade, nem será um avanço técnico-científico de ponta, mas torna-se necessário esclarecer que a sociedade atual

permite a destruição do passado - ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passada (...). Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca no fim do segundo milênio. Por esse mesmo motivo, porém, eles têm de ser mais que simples cronistas, memorialistas e compiladores (HOBSBAWN, 1995:13).

A análise das entrevistas representa uma efetiva contribuição à historiografia, desde que o discurso do depoente seja considerado como uma das dimensões da sociedade e da história, estabelecendo-se a *relação entre discurso e configuração histórica em que se realiza, tendo o sujeito empírico como elemento de intermediação* (CARMO, 1997:2) entre o passado e o presente.

A partir desses aspectos, o sentido desta investigação foi o de explorar cientificamente as entrevistas, mas também cabe ressaltar que são comuns as elucubrações sobre as temáticas envolvendo os estudos sobre História Oral e Memória, adotando ou não contribuições no campo da

Psicologia. No entanto, apesar das distinções entre memória e história, elas são intrínsecas, porque se vinculam à relação presente e passado, presente e futuro.

Para endossar esse aspecto de vínculo entre a história e a memória, Montenegro, em sua obra *História Oral e Memória: a cultura popular revisitada*, destaca:

... compreendemos a história como uma construção que, ao resgatar o passado (campo também da memória), aponta para formas de explicação do presente e projeta o futuro. Este operar, próprio do fazer histórico na sociedade, encontraria em cada indivíduo um processo interior semelhante (passado, presente e futuro) através da memória (MONTENEGRO, 1994:17).

Os entrevistados tornaram-se sujeitos históricos, cujas falas, as interpretações, os discursos sobre a recente época militar são contribuições inestimáveis para o trabalho do historiador, destacando-se o seu peso qualitativo.

Como a História Oral trabalha com critérios qualitativos, a pesquisa dispensou a utilização de técnicas estatísticas de amostragem e rompeu com o horizonte cartesiano, para determinar quais e quantos serão os depoentes. Quatro entrevistas, qualitativamente significantes, foram perfeitamente adequadas para a constituição do *corpus* de análise.

A fala dos entrevistados é um fenômeno discursivo em suas múltiplas dimensões: as formações ideológicas, o processo de



*comunicação entre interlocutores, os componentes argumentativos e retóricos* (CARMO, 1997:2), que serão analisadas por meio de 4 categorias abaixo definidas e formuladas a partir dos objetivos da pesquisa e das entrevistas, subsidiando as interpretações e o trabalho analítico, norteando a dissertação.

Neste capítulo, foram analisadas a primeira e a segunda categoria, que visaram aos elementos ideológicos influenciadoras das falas do clero; os posicionamentos pessoais frente ao golpe de 1964 e as diferentes posturas assumidas pelos entrevistados nos momentos pré-golpe e pós-golpe, indicando quais fatores contribuíram para a mudança de comportamento frente ao Estado.

No capítulo seguinte, a terceira e a quarta categoria enfatizaram os aspectos divergentes nas participações individuais e o nível de envolvimento dos entrevistados, trazendo um enfoque mais incisivo que procura definir quais elementos influenciaram as opiniões do clero ou as ações na época; procura perceber se as mudanças nas diretrizes pastorais da Igreja na América Latina refletiram ou não na vida dos clérigos no período militar; procura relacionar suas falas com artigos do jornal da arquidiocese “*O São Paulo*”; e por fim, procura realizar a ligação dos depoentes com os processos de “abertura política” e redemocratização, tentando identificar quais eram as relações mantidas entre os movimentos populares que se organizavam e o clérigo paulistano.

Tendo em vista esta perspectiva de valorização do discurso-memória, segue uma breve apresentação dos entrevistados e alguns dados relevantes à pesquisa.

A primeira entrevista<sup>22</sup> foi realizada em 17 de dezembro de 1998 com **Dom Frei Paulo Evaristo Arns (14.09.1921)**, designado Bispo Auxiliar do Cardeal Agnelo Rossi em São Paulo em 02.05.66 e sua ordenação Episcopal em 03.07.66, promovido a Arcebispo Metropolitano de São Paulo em 22.10.70, tomando posse como 3º Arcebispo de São Paulo em 01.11.70, criado Cardeal por Paulo VI em 05.03.73 e Arcebispo Emérito de São Paulo em 25.05.98.

Dom Paulo Evaristo Arns estava no ano de 1964 em Petrópolis, onde, desde a década de 1950, era professor na Faculdade de Teologia e na Universidade Católica. Antes de ser bispo, não tinha destacada influência no contexto nacional, era escritor e dirigente da JOC - Juventude Operária Católica<sup>23</sup>. A partir de 1966, desenvolveu suas atividades em São Paulo e, naquele momento, estabeleceu um relacionamento com os presos políticos dominicanos por orientação do Cardeal Agnelo Rossi.

---

<sup>22</sup> Que faz parte da pesquisa oral realizada e está em anexo na íntegra.

<sup>23</sup> *01- No campo social e religioso a Igreja apóia-se numa estratégia de ampla mobilização do laicato através da Ação Católica, primeiro no estilo italiano (1935) e no pós-guerra (1950) no estilo francês, com a JAC, JEC, JOC, JUC, JIC para a juventude agrária, estudantil, universitária, operária e independente, com os respectivos ramos para os adultos.* BEOZZO, Pe. José Oscar. História da Igreja no Brasil in: *O que é Igreja*. ARNS, Cardeal Paulo Evaristo. SP: Brasiliense, 1981, p. 131 (coleção primeiros passos). *02 - Naquela época (1961), começava a surgir uma nova corrente política no movimento estudantil, que em sua fase inicial se identificou com a esquerda da Juventude Universitária Católica (JUC) (...) esse setor da JUC terminou por se constituir em uma organização política que veio ser a Ação Popular - AP* (ARANTES, 1980 apud NETO, 1996:33-34). *03 - ou ver MANOEL, I. A. A Ação Católica Brasileira: notas para estudo.* In: *Acta Scientiarum - Human and social Sciences*. Maringá-PR: Ed. Universidade Estadual de Maringá, vol. 21, n. 1, março/1999.

O envolvimento crescente com os perseguidos da Ditadura Militar e a defesa dos Direitos Humanos permitiram que participasse da elaboração, realização e edição do Projeto “*Brasil Nunca Mais*”, resultado de uma observação dos processos judiciais e inquéritos policiais, a que teve acesso no período de 1970 até 1979.

A segunda entrevista<sup>24</sup> foi realizada em 15 de outubro de 1999, com **Dom Angélico Sândalo Bernardino (19.01.1933)**, que ingressou na vida sacerdotal cursando Filosofia em São Paulo. Posteriormente, foi trabalhar em Ribeirão Preto, ficando um breve período de dois anos. O curso de Teologia foi feito em Viamão-RS, onde também cursou Comunicação. Concluindo sua formação sacerdotal, voltou a Ribeirão Preto e trabalhou sempre na área de comunicação. A sua nomeação Episcopal foi em 12.12.74 e a sua ordenação Episcopal para São Paulo em 25.01.75, ocupando o cargo de Diretor do jornal da Arquidiocese de São Paulo “*O São Paulo*”<sup>25</sup> e de sacerdote responsável pela Pastoral Operária desde 1975. Nos últimos anos, atuou como bispo Auxiliar da Região Episcopal Brasilândia – SP.

Desde a década de 1960, era favorável às Reformas de Base no contexto pré-golpe militar, colocando-se em oposição à ditadura militar. Em 1968, sofreu um inquérito policial a respeito dos artigos que escrevia

---

<sup>24</sup> Que faz parte da pesquisa oral realizada e está em anexo na íntegra.

<sup>25</sup> A Ditadura Militar sempre agiu com repressão junto ao Jornal da Arquidiocese, tendo inclusive um número falsificado pelos militares e distribuído às paróquias.

no jornal em Ribeirão Preto. Quando se tornou bispo em São Paulo, sua ida coincidiu com o assassinato do Manoel Fiel Filho do Partido Comunista e, logo depois, com o assassinato na prisão do jornalista Wladimir Herzog.

No ano de 1979, ocorreu, o assassinato do operário Santo Dias, que fazia parte da equipe de Pastoral Operária de São Paulo, dirigida por Dom Angélico e estava envolvido nos movimentos grevistas.

A terceira entrevista<sup>26</sup> foi realizada em 17.12.1999 com **Dom Antônio Celso de Queiroz (24.11.1936)**, presbítero na Arquidiocese de Campinas até 1975. Coursou seus estudos de formação sacerdotal em Campinas, São Paulo e os concluiu na Espanha, onde iniciou suas atividades como padre em 1960. Posteriormente, voltou a Campinas e começou a trabalhar na Universidade Católica, ministrando as disciplinas “Doutrina Social da Igreja” e “Pensamento Social Cristão” e outras, além de trabalhar com a juventude da Ação Católica - JEC<sup>27</sup>, Juventude Estudantil Católica.

No ano de 1969, ainda quando docente na Universidade Católica de Campinas, sofreu perseguição do então Reitor, vinculado aos militares, junto com outros professores. Essa situação promoveu a sua expulsão e dos demais colegas do corpo docente da Universidade. Nessa época, algumas

---

<sup>26</sup> Que faz parte da pesquisa oral realizada e está em anexo na íntegra.

<sup>27</sup> Sobre a JEC, JOC e JUC ver in: BEOZZO, Pe. José Oscar. História da Igreja no Brasil in: *O que é Igreja*. ARNS, Cardeal Paulo Evaristo. SP: Brasiliense, 1981, p. 131 (coleção primeiros passos); ARANTES, 1980 apud NETO, 1996:33-34 ou ver MANOEL, I. A. A Ação Católica Brasileira: notas para estudo. In: *Acta Scientiarum – Human and social Sciences*. Maringá-PR: Ed. Universidade Estadual de Maringá, vol. 21, n. 1, março/1999. conforme citação anterior.

lideranças da Ação Católica, sobretudo da JUC<sup>28</sup> – Juventude Universitária Católica e da JOC<sup>29</sup> – Juventude Operária Católica também foram perseguidas e detidas.

Em 1971, foi ao Rio de Janeiro trabalhar na CNBB como assessor, passando a conhecer a realidade de outras regiões do Brasil.

Dom Celso era favorável às Reformas de Base, ao mesmo tempo, não concordava com a presidência de João Goulart, no entanto acreditava em que os Militares no poder impediriam, na época, as reformas agrária, educacional, fiscal, etc.

Foi eleito, em 1978, membro da Comissão Episcopal de Pastoral da CNBB (1978-1986). Participou de atos na região do ABC, inclusive com Dom Cláudio Hummes a favor dos movimentos grevistas, apoiando-os também em sua região episcopal, participou das reuniões da fase inicial da formação do Partido dos Trabalhadores (PT) e, por último, foi Secretário Geral da CNBB de 1988 a 1995.

A quarta entrevista<sup>30</sup> foi realizada na Arquidiocese de Uberaba em 24 de Janeiro de 2000, com **Dom Benedicto de Ulhôa Vieira (09.10.1920)**, ordenado sacerdote em São Paulo em 08.12.48 por Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta após os estudos no Seminário Central do Ipiranga em São Paulo. Sua Ordenação Episcopal aconteceu em

---

<sup>28</sup> Idem.

<sup>29</sup> Idem

<sup>30</sup> Que faz parte da pesquisa oral realizada e está em anexo na íntegra.

25.12.72 e passou a atuar como Bispo Auxiliar em São Paulo até 1978. Durante esse período, exerceu as funções de Reitor e Vice-reitor na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, de vigário dos universitários e vigário geral da Arquidiocese.

Foi colega de classe do ex-presidente Jânio Quadros em um curso de Direito Social antes de ele ter sido eleito vereador pela primeira vez.

No episódio em que a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo foi invadida pelas tropas do Coronel Erasmo Dias juntamente com o Delegado Romeu Tuma e a prisão dos estudantes, o Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns estava nos EUA, e Dom Benedicto, que era o responsável pela Pastoral Universitária, foi quem esteve junto dos estudantes e realizou a interlocução com os militares, dando respaldo aos que estavam detidos.

Em 1974, quando era bispo auxiliar do Cardeal Arns, esteve nos Estados Unidos e por meio do exilado político, Plínio de Arruda Sampaio, seu compadre, que também estava nos EUA, encontrou-se com o então Senador Kennedy, para informá-lo da tortura no Brasil. Em 1978, foi designado arcebispo da Arquidiocese de Uberaba-MG.

Destacando esses aspectos, assim como Verena Alberti, acreditamos que a principal característica do documento de história oral não consiste no ineditismo de alguma informação, nem tampouco no preenchimento de lacunas de que se ressentem os arquivos de documento escritos ou iconográficos, por exemplo. Sua peculiaridade – e a história oral como um todo – decorre de toda uma postura com relação à história

e às configurações sócio-culturais, que privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu (ALBERTI, 1989:197).

Esse exercício que privilegia os depoentes e coloca-os em uma situação diferenciada da anterior às entrevistas, permite que o entrevistado, inclusive, questione o próprio valor de sua entrevista, porque causa imediatamente uma estranheza o fato de ser importante o que tem a dizer. Esse processo promovido pela história oral é de extrema relevância, como pode ser destacado na fala de Dom Benedicto Ilhêa Vieira:

... eu não sei se isso interessa, mas, e depois mais uma coisinha que pode servir para a história (...) depois eu tenho um fato que eu vou contar sem gravação, para você ver se convém, a respeito ...<sup>31</sup>

Como destaca Voldman, o informante pergunta-se o que sua vida poderia ter de interessante para um intelectual que escreve livros, enquanto este último faz elucubrações fascinantes a partir dos depoimentos sobre simples gestos do cotidiano ou sobre as ações de pouco brilho na história nacional (ver VOLDMAN, In AMADO, 1996:41). Ainda, a análise das falas permite compreender que o *itinerário pelo discurso não se esgota no interior do próprio discurso, mas se projeta na história* (FIORIN, 1998:77).

Apesar de não haver uma larga pesquisa historiográfica com componentes do clero católico, há que se destacar que esses personagens

---

<sup>31</sup> Entrevista realizada na Arquidiocese de Uberaba-MG, em Janeiro de 2.000, em que o depoente expressou sobre o fato referido, mesmo sendo gravado, não fez objeção alguma.

entrevistados possuíram foram destaque social na época pelas posturas assumidas, tendo em vista o próprio exercício religioso, tanto que a expressão “vá reclamar com o bispo” foi de fato colocada em prática por parte da população paulistana.

Ao pensar nos aspectos políticos da época pré-Golpe de 1964 e os posicionamentos dos entrevistados a partir da entrevista do Cardeal Arns e de Dom Benedicto Ilhêa Vieira, conclui-se que Dom Paulo não era envolvido e nem a sua família em questões políticas, tanto que afirmou: *papai e mamãe que viviam dos seus trabalhos, de maneira que eles não tinham propriamente uma posição política outra senão aquela de trabalhar em favor do Brasil.*

Reafirmando seu distanciamento da esfera política na década de 1960, expôs que *naquele tempo, não tinha influência maior sobre o Brasil, porque cuidava de sete favelas em Petrópolis e dava aula em duas faculdades, de maneira que me ocupava muito pouco com a política.*

Dom Paulo Evaristo Arns não tinha nenhuma simpatia pela administração do então Presidente João Goulart (1961-1964), afirmando que ele se *mostrou uma pessoa muito bondosa, mas fraca para o governo;* nesse sentido avaliou que no governo de Jango *parecia haver uma frouxidão.* Esse posicionamento deixou implícita sua discordância com os movimentos que tentaram alterar o *status quo* e apoiavam as Reformas de Base, a última bandeira daquele governo. O posicionamento do Cardeal



Arns estava alinhado com a ideologia ocidental e cristã da época, que era totalmente contra os movimentos de esquerda de inspiração comunista.

Dom Benedicto teve sua formação sacerdotal e sua ordenação episcopal em São Paulo, permanecendo lá até 1978. Ao analisar essa fase, teve um discurso próximo ao de Dom Paulo. Quando se referiram ao governo de João Goulart, afirmou que

... ele era um populista. Bem, eu estou dando a minha visão, pode ser que não seja objetivamente a mais exata. Eu, ele era um populista, muito dominado pelo Brizola, que era um desordeiro. Eu sempre digo, dizia já naquela época, se o Jango afastasse o Brizola do convívio dele, pode ter certeza que ele faria um governo muito mais sereno, (...) Brizola era um homem muito agitado, Jango não era um homem mau, não. Jango foi populista, sim, de agradar o povo, de prometer uma porção de coisas, mas acho que o Brizola, que era o mentor, o inspirador de tudo isso.

Enquanto Dom Paulo estava no Rio de Janeiro na condição de pároco em Petrópolis até 1966, deixou claro que consentia com uma ação militar contra João Goulart, pois, no período pré-64, segundo ele, havia um contexto de desordem, em que os movimentos reivindicatórios cresciam frente à ausência do poder central, tanto que, ao ser questionado sobre o movimento militar em Abril de 1964 e sua expectativa com a saída de Jango, disse que *num primeiro instante, todos pensaram que fosse para por disciplina e haver um pouquinho mais de ordem no Brasil*. No entanto, confessou que não se envolveu com as Marchas com Deus pela Família e

pela Liberdade e, ainda, depositava uma certa confiança no primeiro presidente militar empossado pelo Golpe, pois o *Castelo Branco era uma pessoa de muita serenidade e também de uma firmeza branda.*

Dom Benedicto acreditava em que houvesse um movimento comunista organizando-se no país, tanto que deu credibilidade à propaganda anticomunista militar da época. Ao ser questionado sobre o movimento militar de Abril de 1964, afirmou:

... eles [os militares] apresentavam um programa de uma perspectiva de acabar com o movimento comunista, que eles diziam ser muito forte. Talvez fosse, a gente não tinha um conhecimento muito exato. Havia um pouco de agitação no meio universitário, isso a gente sentia, mas que chegasse a ser um perigo para a nação, isso eu não posso afirmar, mas eles afirmavam, eles militares. E também a honestidade, eles queriam que tudo corresse bem, que não houvesse roubalheira, então de início a gente estava numa perspectiva de que tudo iria correr bem.

Dom Benedicto era um depositário de confiança aos militares no Golpe de 1964, pois *via que no início a revolução era séria, que não queria fazer injustiça*, tanto que se expressou usando o termo Revolução, legitimando a ação militar, incorporando a ideologia difundida pelo Alto Comando das Forças Armadas, autodenominadas revolucionários.

Questionado sobre as Marchas com Deus pela Família e a pela Liberdade, afirmou que não foi um movimento apoiado pela Igreja de São Paulo e que

... a marcha de um milhão de pessoas, naquele tempo, era uma coisa respeitável, mas foi promovido por movimentos católicos, mas não partiu do governo do bispado, que era o Cardeal Motta, que não faria isso. O Cardeal sempre teve uma posição assim, muito reservada, a respeito da revolução um pouco antes. Eu acho que isso é histórico, e eu sou testemunha, eu morava com ele, um pouco antes quando se falava em revolução e tal, falaram a ele. Ele disse uma frase que é antológica: Deus, eu cito textualmente, Deus nos livre das revoluções. Sabemos como elas começam, mas nunca sabemos como elas acabam. Essa frase é do Cardeal Motta, ele sempre teve uma posição muito reservada da revolução de 64. Nunca fez propaganda contra, mas ele, na intimidade, tinha uma reserva muito grande dessa derrubada do Poder Constitucional. (...) nenhum padre do Clero de São Paulo tinha ido a essa Marcha, sem ele proibir coisa nenhuma. O próprio Calazans que foi, que esteve e não negava isso, não era do clero de São Paulo, ele era do Clero de Taubaté, depois ele passou para o clero de São Paulo, aliás, uma aquisição muito rica (...) ter o Calazans como membro do clero de São Paulo, um homem de grande valor intelectual e moral.

Dom Angélico Sândalo Bernardino rompeu com a abordagem anterior e estava no período pré-1964, envolvido na região de Ribeirão Preto com os Movimentos Populares, tanto no campo, como na cidade, tinha um vínculo com as Ligas Camponesas com um *trabalho de arregimentação rural* e também com a ocupação de áreas urbanas para garantir habitação às camadas sem moradia e sem recursos financeiros,

como a ocupação de um conjunto de 120 casas construídas pelo Governo Federal, onde se constituiu a Vila Fraternidade.

E sua posição política identificava algumas lideranças no contexto nacional, como o próprio *João Goulart, que levou o golpe, ele era uma liderança, o Brizola também no sul*. Afirmou que era *eleitor do Brizola no Rio Grande do Sul (...)* o Arraes, *havia grandes nomes...*

Ainda Dom Angélico se posicionava e interpretava a deposição do João Goulart em 1964 como uma

... coligação, coligação daquilo que de mais atrasado das oligarquias nesse país, tanto das classes dirigentes da cidade como das oligarquias do campo, auxiliadas, apoiadas invadidas pelos Estados Unidos, pela CIA, então, nada mais nada menos do que um frear do avanço dos movimentos que queriam um Brasil mais digno de acesso da população marginalizada e excluída da terra, da educação, da moradia, da escola. Então eles quiseram frear e, com a desculpa do perigo comunista, que aqui no Brasil nunca foi um perigo iminente, porque o que realmente sempre dominou esse país foi o sistema capitalista selvagem, desumano, retrógrado, responsável pelo analfabetismo de multidões, situação que ainda hoje perdura, em que multidões estão esfomeadas, crianças morrendo de fome, num país de dimensões continentais e de qualidade de terra altamente privilegiada no contexto mundial.

De uma maneira contrária e explícita ao Golpe e à ideologia que pregava o medo ocidental contra o poder soviético, Dom Angélico não avaliava o Governo de João Goulart como comunista e nem de inspiração

marxista, tanto que afirmava que *o movimento militar, não veio para libertar o Brasil do perigo comunista coisa nenhuma, mas veio para conservar privilégios daqueles que sempre dominaram econômica e politicamente este país.*

Assim como ele, o bispo Dom Antônio Celso de Queiroz, afirmou que o governo do *João Goulart se colocava, digamos, na direção das transformações sociais das quais o Brasil necessitava e necessita até hoje.* No entanto, sua avaliação da administração federal aproximou-se da expressa pelo Cardeal Arns, tanto que Dom Antônio afirmou: *o Jango não era capacitado para isso, muito menos o grupo que o cercava, então eu acho que o João Goulart não era a pessoa de confiança, eu nunca votei nele.*

Quando Dom Antônio se referiu ao Golpe de Março de 1964 e às forças militares tomando o poder executivo, avaliou

... que o problema não era o Jango, o problema eram as reformas que o Jango queria, o problema é que eles [os militares] não queriam o que nós queríamos... então veja bem, não era tirar o Jango do poder, o problema era impedir que o país caminhasse na reforma agrária, que até hoje não foi feita, na reforma política, na reforma educacional, na reforma fiscal...

Mas Dom Antônio afirmou que sempre foi eleitor dos partidos de direita, como por exemplo, da UDN (União Democrática Nacional), mas que ao *dar aula de Doutrina Social da Igreja, estudou a formação histórica, social e econômica e política do Brasil, foi aí que percebi as*

*coisas, não tinha noção das coisas, não existia análise da realidade, como aconteceu para muita gente da Igreja, dessa forma estava condenando as Marchas com Deus pela Família e pela Liberdade. Parte da Igreja Paulistana apoiou a campanha anticomunista contra o João Goulart, mas, ao mesmo tempo, deixou claro como se posicionava no embate ideológico da época: assim como muitos apoiavam a direita, outros que com boa vontade se deixavam levar por uma revolução esquerdista que promete mundos e fundos depois quando se instala, não faz.*

Como uma síntese de seu pensamento sobre essa época pré-Golpe, Dom Antônio Celso, ao responder a pergunta se havia participado das Marchas com Deus pela Família e pela Liberdade, mesmo estando em Campinas, afirmou:

Não, naquela época eu já tinha consciência dessas coisas, fiquei triste. Me lembro de ter perguntado para alguém, porque naquela época não havia televisão como há hoje, que enfocava tudo. Hoje, qualquer coisa que aconteça no mundo você vê pela televisão, então a gente ouviu falar no rádio, um ou outro flash, não me lembro se já havia televisão projetando... já havia, mas talvez não foi grande coisa não, porque o governo também tinha a sua censura, como também depois os militares tiveram a sua supercensura, mas eu me lembro que eu perguntei para alguém aqui de São Paulo, um colega meu padre, mas eu falei, mas tinha pouca gente... não, infelizmente tinha muita gente, mas muita gente, você não pode imaginar. O povo se deixa levar, entendeu? Medo, o terror que os meios de comunicação da época, a televisão que pertence a essa falsa

elite, o jornais, as revistas, os pobres não têm dessas coisas. Quando algum político mais de fora do esquema chega até um jornal, pode saber que ele enriqueceu muito e está dentro do esquema de novo. Mas então foi assim, a gente viveu tempos difíceis, porque você via as bandeiras verdadeiras em mãos não verdadeiras, as bandeiras das reformas, as Reformas de Base como eram chamadas na época, em mãos de quem não ia fazer, ou de quem queria outros objetivos, então era uma situação social muito confusa, muito incerta, e a pior coisa que poderia ter acontecido na época, a meu juízo, foi o que aconteceu.

Apesar de ser observada uma profunda divergência ideológica entre os depoentes em relação ao conflito instalado na década de 1960, em que havia *uma luta entre a civilização cristã ocidental e o comunismo ateu* (FIORIN, 1998:25), nos discursos, a análise sobre os primeiros anos após o Golpe leva a uma convergência, em que os depoentes alinharam-se em uma oposição aos militares, como pode ser observado.

Dom Paulo afirmou que

... em 1968, quando começou o Ato Institucional nº 5, o AI-5, como se dizia naquele tempo e se diz ainda hoje, é, faz 30 anos exatamente, naquele momento é que a gente sentiu a perseguição aberta contra todos os que se movimentavam a favor da pobreza ou a favor dos operários, ou a favor das pessoas politicamente é, ah, divergentes da opinião do governo. (...) E é claro, todos nos colocamos ao lado dos que estavam sofrendo.

Dom Paulo assumiu de uma forma muito clara sua posição no momento pré-Golpe, sendo favorável à instalação dos militares em 1964, no entanto sua posição frente aos atos da Ditadura foi radicalmente alterada, principalmente após o governo do General Castelo Branco (1964-1967):

A gente logo percebeu que os governos militares não estavam preparados para dirigir o Brasil, o que mais parecia preparado era o primeiro, e todos os outros nos parecia ... como também parecem até hoje despreparados para governar o Brasil, tanto do ponto de vista econômico, social, quanto do ponto de vista sobretudo político e de participação do povo.

Dom Benedicto, ao ser questionado sobre a administração dos Militares, afirmou que, antes mesmo do AI-5 (13.12.1968),

eles prendiam muitos universitários, muitos líderes operários, porque para eles todo mundo era comunista, bastava dizer que existia pobre, para dizer que a gente era comunista e, depois do AI-5, ninguém tinha vez para dizer nada.

Dom Antônio declarou que os militares, no princípio, haviam se proposto

a lutar contra a corrupção, contra a subversão e não fez nada contra a corrupção e se instalou no poder sem nenhuma perspectiva. Depois sobretudo em 69, conseguiu fazer o golpe militar, dentro do golpe militar. Aí, eu acho que mais pessoas dentro da Igreja tomaram mais consciência e, quando surgiu rumor e as denúncias de torturas, aí Dom Paulo [já em SP desde 1966] tem um mérito imenso, porque aí ele constatou, ele foi conversar com os que tinham sido torturados, aí o testemunho dele foi



fundamental nisso daí, então a CNBB começou a ter segurança para começar a denunciar a tortura.

Para Dom Angélico, a Igreja de São Paulo fez uma verdadeira resistência ao aparato militar, e assegurou:

... nós nunca oferecemos resistência que não fosse a resistência da verdade à Ditadura Militar, ao clamor de Justiça, sabendo (...) havia também a resistência armada e a violência. Então o país viveu um país de guerra, porque realmente as torturas foram uma constante naquela época.

Dom Angélico fundamentou-se teologicamente para afirmar essa posição da Igreja contra a Ditadura Militar:

Isso pra mim eu sempre vi com muita naturalidade, porque é uma condição de autenticidade do discípulo de Jesus Cristo sofrer perseguição por amor à justiça. Então eu sempre tenho medo de uma Igreja que não sofre perseguição, eu sempre tenho medo de uma Igreja que se acomoda, não de uma Igreja que luta pelas armas da verdade...

Dessa forma evidencia-se que houve uma atuação do clero paulistano contra a ditadura. O próximo capítulo enfatizará os aspectos divergentes, as participações individuais e o nível de envolvimento, entre outras questões.

### Capítulo III - Ebulição Política e Social em São Paulo: Igreja contra Ditadura

Este capítulo prossegue com as interpretações e análises iniciadas anteriormente, agora, com um enfoque que enfatiza as participações individuais e o nível de envolvimento dos entrevistados nas ações durante a Ditadura Militar (1964-1985), permitindo definir quais elementos influenciaram as opiniões do clero e as suas ações na época.

Por meio do *corpus* de análise formulado a partir das entrevistas e da pesquisa realizada nos arquivos do Jornal Arquidiocesano *O São Paulo*, tornou-se evidente que as mudanças nas diretrizes pastorais da Igreja na América Latina refletiram na vida dos clérigos paulistanos no período militar. Os documentos assinados desde o Concílio Vaticano II (1962-1965), assim como as Conferências Episcopais em Medellín (1968) e em Puebla (1979) contribuíram para que os clérigos adotassem um novo papel, sintetizado

na expressão “opção preferencial pelos pobres”. A adoção deste papel foi legitimada pelo Vaticano e conquistou crescente apoio internacional através da elaboração da Teologia da Libertação, com sua ênfase no envolvimento da Igreja na sociedade e na política em benefício das classes subalternas (BRUNEAU, 1997:30).

Ainda, a partir do artigo *A Mensagem dos Bispos* sobre a II Conferência Episcopal da América Latina realizada em Medellín se afirmava-se: os clérigos episcopais como

...homens latino-americanos e como cristãos, solidários com as angústias e esperanças das populações desta parte da América, (...) se comprometem com elas, dispostos a propugnar, dentro de sua missão, pela promoção integral das comunidades deste imenso continente. Sentem que se inaugura uma nova era histórica e que a situação exige “clareza para ver, lucidez para diagnosticar, solidariedade para agir” (O SÃO PAULO: 15Set1968:3).

Da mesma forma, em relação aos documentos editados pela Igreja a partir da década de 1960, o Pe. Casemiro Campos SDN, em seu artigo *Padres e Universitários descontentes no Brasil*, assegurou que, num novo panorama

... após JOÃO XXIII e o Concílio Vaticano II, que trouxeram para a prática LEÃO XIII, vai se generalizando teórica e praticamente a idéia de que os homens da Igreja devem participar do profetismo evangélico, denunciando o mal onde quer que se encontre (...), mesmo com o risco da segurança pessoal (O SÃO PAULO: 23Fev1969:2).

A partir desse contexto, no período da Ditadura Militar, houve um envolvimento dos entrevistados em ações contra a manutenção do *status quo* defendido pelas elites econômicas nacional e estrangeira, e representadas pelos militares no poder político.

Dom Paulo Evaristo Arns expôs que, no início do Regime Militar, estava à frente da JOC – Juventude Operária Católica - em Petrópolis, no Rio de Janeiro, reconhecendo que *ela teve dificuldades desde o início com a Revolução, e a gente procurou defendê-la de toda maneira possível e ninguém deles, dos meus ao menos, ninguém foi preso.* O envolvimento de Dom Paulo no campo político era restrito, tinha um aspecto local, no entanto sua atuação mudou radicalmente e tornou-se uma liderança contra as arbitrariedades e a violência do Regime instalado em 1964 em que, segundo ele, *a tortura foi tão cruel como nunca havia sido na história (...) da humanidade no passado.*

A questão do desrespeito à condição humana apresentou-se como o cerne da direção tomada pelo Cardeal Arns frente à Ditadura. *Mesmo porque a parte política me interessa menos que a parte humanitária,* confessou afirma o Cardeal.

Durante o arcebispado de Dom Paulo, a administração foi ao encontro das diretrizes que partiam do Concílio Vaticano II na década de 1960,

... este é o cenário mais imediato no qual nasceu a “operação periferia”, como resposta da Arquidiocese a uma situação de iniquidade social e de marginalização político-cultural, forçada por um sistema econômico-militar socialmente injusto (GOUVÊA, 1997:45).

Essa atitude era também uma resposta às mudanças necessárias a partir de Medellín. Segundo Maria Cecília Domezi, as ações propostas por Dom Paulo na “operação periferia” tinham como metas a elevação do nível sócio-religioso da população marginalizada, a criação e coordenação de recursos humanos e materiais para a implantação, construção e funcionamento de “centros comunitários” e a interação eclesial voltada para o intercâmbio das comunidades cristãs do “centro” e as da “periferia” (ver DOMEZI, 1996:180).

No sentido de viabilizar a “operação periferia”, Dom Paulo vendeu o luxuoso Palácio Episcopal Pio XII

... a uma firma japonesa, a Kobayashi Industrial Habitacional do Brasil, no dia 4 de abril de 1973, conforme consta no livro da Crônica da Arquidiocese. Com o dinheiro o arcebispo D. Paulo “comprou ou deu entrada em pequenos lotes espalhados pela periferia, permitindo a centenas de milhares de paulistanos construir um espaço coletivo onde hoje discutem os problemas comunitários, realizam cursos de treinamento profissional e cultos semanais, mesmo sem a presença do padre...” (GOUVÊA, 1997:46).

Ainda, Dom Paulo confirmou, que quando voltou

... de Roma como cardeal, em 19 de março, e entrei na catedral de São Paulo, eu já tinha abandonado o palácio Pio XII e morava numa casa simples do Sumaré. E os cinco milhões de dólares já estavam sendo aplicados na compra de terrenos nas periferias. Foram ao todo mil e duzentos centros comunitários planejados na Arquidiocese e muitos deles

iniciados imediatamente com a ajuda desse dinheiro e com a colaboração dos próprios migrantes, que aí encontravam trabalho e encontravam também um lugar para as suas reuniões e para a sua organização (Depoimento de D. Paulo E. Arns em 23 de junho de 1994. In DOMEZI, 1996:32).

Os movimentos populares e a defesa dos Direitos Humanos sempre estiveram muito próximos de Dom Paulo. Seu envolvimento com as lutas da sociedade civil implicou um desgaste em sua relação com o Estado.

Dessa forma, percebe-se como a Igreja de São Paulo se posicionou

quando o sistema de poder e os arranjos costurados por Vargas implodiram em 1964, os atores políticos que predominavam naquele período, Igreja inclusive, foram marginalizados, na medida em que o regime militar passou a se apoiar cada vez mais numa tecnoburocracia e a definir sua legitimidade pelo crescimento econômico, com base na doutrina de Segurança Nacional (BRUNEAU, 1997:30).

Além da “operação periferia”, inúmeras outras ações foram protagonizadas pelo Cardeal Arns, que, ao ser questionado sobre o seu envolvimento na edição do livro “Brasil: Nunca Mais”, sustentou:

foi o resultado de uma observação que nós fizemos desde 1970, até (...) 79, digo até aquele tempo quando começou um pouquinho mais de liberdade de imprensa, que foi conquistada devargazinho, de 75, 76, em diante durante o governo Geisel. Então, quando nós notamos que havia uma possibilidade de publicar (...) os processos feitos pelos militares,

assinados por eles e assinados também pelos que foram torturados ou sofreram com isso, nós achamos que poderíamos, quem sabe, copiar alguns processos, então junto com o reverendo presbiteriano Jaime Wright, nós dois sozinhos, sozinhos, sem intervenção de pessoa nenhuma, nós resolvemos tirar cópia de todos os processos que fossem possíveis. Começamos por São Paulo, tirando cópia de 7 processos, depois de 10, depois vimos que era possível tirar de 20, em 20 e acabamos tirando 93% de todos os processos, que foram mais ou menos 700 processos, mas, com muita gente, quer dizer que eram processos ampliados.

Dom Paulo também esteve envolvido no movimento grevista dos metalúrgicos do ABC no final da década de 70 e início de 80. Por meio do jornal O São Paulo, o Cardeal Arns confirmou seu posicionamento contrário à política trabalhista do Governo Federal:

Em entrevista coletiva, D. Paulo Evaristo Arns, o bispo de Santo André, D. Cláudio Hummes e o bispo da Regional I da CNBB, D. Mauro Morelli, situaram o problema da greve dos metalúrgicos do ABC. “Penso que o momento não é de ameaça, mas de busca de uma solução”, disse Dom Paulo a uma pergunta sobre as ameaças feitas pelo ministro Said Farhat, da Secretaria das Comunicações do Planalto, dizendo que os padres também são passíveis de enquadramento nas leis.

Para D. Paulo os três passos seguintes seriam estes: 1) libertação dos presos (entre eles o líder sindical Lula); 2) deixar os trabalhadores se reunir; 3) negociação entre os trabalhadores e os patrões. Enquanto isso, a

Igreja faz todo tipo de contato para tentar contornar a crise (O SÃO PAULO: 25Abr1980:01).

Com muita clareza sobre a importância do apoio dado pela Igreja ao Movimento Operário naquele momento, Dom Paulo afirmou:

... depois de 78, 79, nós estávamos muito ligados a todos os sindicatos dos trabalhadores, e principalmente do ABC, mas também de São Paulo, então nós abrimos os salões de nossas paróquias pra que eles pudessem reunir-se porque as sedes deles tinham sido fechadas (...) Então, depois de 79, é que nós cedemos os salões, mas sempre dizendo que dois ou três membros da comunidade deviam estar presentes, para que o povo, assim, fosse envolvido e também para que não dissessem que era uma concessão secreta. Era aberta, da comunidade.

Esse apoio dado por Dom Paulo não era dotado de vinculação política e nem partidária tanto que, referindo-se ao Partido dos Trabalhadores e ao movimento operário, relatou: *sem dúvida nenhuma que o Partido dos Trabalhadores vinha sendo elaborado dentro dele, certamente muito antes, mas, eu mesmo nunca tive nenhum relacionamento com a criação de um partido.*

Ainda, Dom Paulo atuou junto aos meios de comunicação social para conseguir a libertação de presos políticos ou para denunciar as torturas, *mas eu sempre tinha que ameaçar com a imprensa estrangeira, sobretudo com a BBC, a France Press e American Press.*



Assim como Dom Paulo, o Bispo Dom Benedito Ilhã Vieira<sup>32</sup> também teve uma relação direta com os militares, e ele assegurou: *nunca fui preso, mas fui vigiado*. Durante a sua entrevista, deixou explícito que não tinha medo da repressão e não teve nenhuma resistência para contar seus envolvimento com o chefe do DOPS de São Paulo, o Dr. Tibiriçá, ou frente à prisão dos estudantes na PUC-SP, quando foi invadida pelos militares Erasmo Dias (“Erasmão”) e Romeu Tuma.

... eu fui uma vez, a pedido da família, na Operação Bandeirante, que era o foco da tortura e da maldade, eu fui levar um remédio para um dos presos que eu tinha certeza que estava lá. Quando eu cheguei lá na guarita (...) e disse: Eu queria visitar um preso e queria falar com o Comandante, que era esse Major, na Operação Bandeirante, não sei se era Huster ou Hustra e tinha o codinome de Dr. Tibiriçá, e eles vieram e disseram que ele estava em reunião e não podia atender. Eu disse: “Não tem importância, eu espero” e esperei. Veio um outro e disse: “Ele não pode atender”, e eu disse: “Eu espero”. Por fim, ele veio e quando me apresentei como bispo Auxiliar do Cardeal, ele teve um acesso de raiva e gritou, tremendamente ali na guarita, que o Cardeal era um comunista, o Cardeal D. Paulo Evaristo Arns. Aí eu me lembrei de uma lição de um amigo meu, muito amigo meu, que era um psiquiatra de São Paulo, Dr. Bachira Idar Jorge, que dizia que há certos momentos em que a pessoa perde de tal modo o raciocínio que só vale o único argumento que a pessoa entende é o da violência, e eu me lembrei disso na hora. E quando ele gritou desabusadamente, eu gritei mais do que ele dizendo: “O Senhor

---

<sup>32</sup> Ver seus dados biográficos no II capítulo.

cale a boca, o Senhor é uma autoridade aqui dentro, não tem o direito de fazer isso”. Sabe que ele se calou? Ele levou um susto com a minha ousadia, o guardinha que estava ali de carabina no ombro arregalou os olhos. Gritar com aquele homem que era o dono da tortura ali em São Paulo, quando eu gritei, ele parou assustado e disse: “Vamos conversar no meu escritório”, e me levou lá para dentro...

(...)

Houve a invasão na Universidade, eu não me lembro mais, nem o mês nem a data, eu já era bispo, morava na Lapa. O padre, que era um dos padres da Universidade, hoje ainda é professor lá, me telefonou: “A Universidade está sendo invadida”. D. Paulo estava nos Estados Unidos pregando, D. Paulo era muito convidado para essas coisas, aí, eu peguei um carro e fui direto, tive que estacionar o carro a um quarteirão da Universidade, na Rua Monte Alegre e fui a pé até lá. Havia um terreno vazio onde hoje há um prédio, em frente à Universidade, (...) E o Tuma e o Erasmo invadiram a Universidade, prenderam todos os estudantes e levaram para esse terreno vazio, ficaram lá à noite todos sentados no chão, (...) Cheguei, me apresentei ao Tuma, (...) ao Erasmão, como era chamado pelos estudantes, e eu cheguei lá dizendo: “Dr. Tuma, o que é isso?” Ele ficou assim, olhando para mim, como quem diz: “eu não posso fazer nada”. Fiquei ali com ele, com as autoridades, (...) eu não me lembro se nós saímos de lá uma hora da manhã ou não. Foi aí que o Cardeal D. Paulo voltou e disse aquela célebre frase publicada: “Na Universidade só se entra ou pelo vestibular ou como convidado”, dando uma cacetada, e o Erasmo era absolutamente insensível, machucaram duas meninas, até

depois que passou a revolução. Eu já quis telefonar, soube que elas foram indenizadas porque jogaram ácido nas pernas delas. (...)

Dom Benedicto deixou explícito que as relações entre o Estado e a Igreja durante a Ditadura ficaram abaladas, tanto que satirizou ao ser questionado se era opositor aos militares:

... eu era vice-reitor da Universidade Católica, pároco dos universitários, a minha ficha entre eles devia ser de supercomunista, talvez de primo-irmão do governo da Rússia, provavelmente.

Dom Benedicto expôs que os meios de comunicação da Arquidiocese de São Paulo sofreram forte repressão e censura militar,

... o general Médici, que era presidente, fechou a rádio Nove de Julho, que foi agora devolvida ao novo arcebispo de São Paulo, foi fechada a rádio, lacrada (...) Médici foi um homem assim muito insensível. Eu acho que ele passa a história do Brasil como um dos piores governos que nós já tivemos, pela desumanidade, pela maldade. Ele tinha consciência da tortura no Brasil e tudo mais (...). A censura do jornal *O São Paulo* era tremenda, os sensores iam à noite para a tipografia onde se imprimia o jornal...

O contexto latino-americano assim como a Teologia da Libertação serviram à Igreja de São Paulo como subsídio para lutar contra a Ditadura, Dom Benedicto manifestou:

... qualquer pessoa que tivesse uma noção de dignidade humana e do respeito à liberdade tinha de ser contra, podia não falar, mas tinha de ser contra, porque como que nós poderíamos aceitar um regime que era a própria negação da liberdade e arbitrariedade constituída como lei que era

o AI-5? Ninguém podia em nome do evangelho, nós não poderíamos aceitar isso, em nome do concílio, nós não podíamos aceitar uma coisa dessa, embora a gente não saísse pondo o peito na frente da coisa, mas a gente não aceitava.

Da mesma forma que o Cardeal Arns, Dom Benedicto também explicitou que os motivadores que os levaram a estar questionando o *status quo* no período militar era que *a Igreja se preocupava não por motivos políticos, mas por motivos humanos, mas por motivos divinos em favor daqueles que sofrem.*

O exercício da função profética é fundamental para a definição da atuação da Igreja de São Paulo, tanto que, segundo Dom Benedicto,

... a Igreja Católica teve uma atuação Samaritana, (...) mas o Cardeal Dom Paulo, em nome da Igreja de Jesus Cristo, foi o que fez o trabalho do Samaritano, que cuidou do homem caído na estrada e, o que a gente fez e os outros padres, bispos e tudo ao lado do Senhor Cardeal, foi assim um problema de Igreja para nós, um problema de salvar a dignidade humana e a liberdade (...)

A Igreja Paulistana, também por meio do seu semanário *O São Paulo*, trazia indicativos sobre a sua função profética contra a opressão militar já em 1968, quando Dom Fragozo, bispo nordestino de Crateus, era acusado de subversivo:

A Igreja já possui a página de ouro e a página podre de capa capítulo de sua história. A página áurea foi escrita nas catacumbas no patíbulo, no sangue, nas prisões e na tortura. A página podre escreveu-se na

convivência dos tronos ímpios e na sagacidade dos falsos ministros de Deus (...) O bispo de Crateus é concretamente a favor da promoção do povo brasileiro e se dedica à tarefa de difundir a fé adulta, que torne o cristão sujeito da História e não objeto da História (O SÃO PAULO, 01Dez1968:2).

Com uma certa sintonia, Dom Paulo e Dom Benedicto não atribuem funções políticas às atuações dos clérigos, afinal, naquele momento, articulava-se a criação do Partido dos Trabalhadores com os movimentos operários e populares e ao ser questionado se tinha alguma ligação com a política ou com o PT, Dom Benedicto respondeu:

... na parte política eu não entrava, entrava assim, no sentido de ter simpatia com as pessoas, nossas amigas, como era o Plínio, o Witacker, meu íntimo amigo, (...) nesse sentido da gente acompanhá-los e, ser amigo, entende? Mas não no sentido de entrar dentro ...

Ainda, quanto às questões políticas, percebeu-se que não havia um consenso a respeito das relações internacionais do Brasil com os Estados Unidos, já que Dom Benedicto e Dom Angélico Sândalo Bernardino<sup>33</sup> tinham opiniões totalmente díspares. O primeiro não entendia que as ações dos militares no Brasil estivessem vinculadas aos EUA, e tal fato evidenciou-se quando participou de uma campanha promovida pelo governo norte-americano, a qual levava brasileiros para conhecerem o seu país Dom Benedicto relatou o seguinte fato:

---

<sup>33</sup> Ver dados biográficos no II Capítulo.

... eu fui em 74, eu era bispo auxiliar do Cardeal e eu fui convidado pelo governo americano, para ir aos Estados Unidos, para conhecer. Nessa época, havia uma oposição muito grande, nem sei, me parece que não era justa. Tudo quanto havia de ruim culpavam os Estados Unidos, ainda hoje é um pouco isso, tudo de ruim são os Estados Unidos que são os culpados. E o governo dos Estados Unidos fez uma campanha, assim, de convidar algumas lideranças do Brasil tanto do campo religioso, do campo político, como do campo intelectual, para visitar os Estados Unidos com tudo pago por eles e com um guia. E eu fui convidado, consultei o Senhor Cardeal. Eu me lembro que foi no mês de fevereiro de 74, um frio para nós que não estamos acostumados, para mim, eu fui (...) Antes o Departamento do Estado me deu uma aula sobre como funcionam os Estados Unidos, como era a eleição, a cultura, o que era isso, o que era aquilo, depois me deu, eu tinha um tanto de dólar por dia para viajar, o guia também e dentro daquele itinerário...

Dom Angélico percebeu a relação entre o golpe de 1964 e os EUA, indicando inclusive que os interesses econômicos norte-americanos foram privilegiados durante a Ditadura Militar:

... tanto das classes dirigentes da cidade com as oligarquias do campo, auxiliadas, apoiadas invadidas pelos Estados Unidos, pela CIA, (...) com a desculpa do perigo comunista, que aqui no Brasil nunca foi um perigo iminente, porque o que realmente sempre dominou este país foi o sistema capitalista selvagem, desumano, retrógrado ...

Durante a estada nos EUA, Dom Benedicto, por intermédio de um amigo, esteve no Senado norte-americano e em uma sessão em que o Senador Kennedy tratou sobre a tortura no Brasil:

... mas nesse meio tempo, (...) o Plínio de Arruda Sampaio, que é do PT hoje e que foi deputado constituinte, meu compadre, que eu conhecia desde estudante, (...) o Plínio estava nos Estados Unidos, e comuniquei com ele e morava no estado de Virgínia, e ele telefonou comigo e deu um jeito de eu estar com o Senador Kennedy, para informar sobre a tortura no Brasil, (...) eu não sei se é interessante? (...) Eu disse para ele: “a situação é de tortura”. Rapidamente disse vários casos que tínhamos presentes, que o Cardeal era o grande defensor desses torturados e que todo mundo era considerado comunista, sobretudo os universitários. E ele me perguntou se havia possibilidade de cessar, eu disse, o General Golbery, que vai ser o chefe de gabinete do novo governo que vai entrar, que era o Geisel, prometeu ao Senhor Cardeal que haveria de cessar, e o Plínio me havia antecipado e o secretário também, que o Senador tinha muito interesse em saber de uma fonte límpida da verdade, porque, se viesse um político, pró ou contra, falaria que um bispo católico iria. Supõe-se, que fosse mais neutro, como tentei ser, e eu não vou dizer que a tortura no Brasil terminou porque eu conversei com o Kennedy. Isso seria loucura da minha parte, mas isso ninguém sabe...

No entanto Dom Antônio Celso de Queiroz<sup>34</sup> e Dom Angélico Sândalo Bernardino tiveram um envolvimento com a Ditadura Militar diferente de Dom Benedicto, chegaram sofrer um Inquérito Policial e Militar - IPM aberto para apurar as suas atividades e os seus relacionamentos pessoais, porém esses inquéritos não foram encaminhados

---

<sup>34</sup> Ver dados biográficos no II Capítulo.

aos órgãos judiciários. Dom Antônio Celso afirmou: *na época (...) eu fui até chamado a responder um começo de inquérito... era militar, policial militar, evidentemente que a gente nunca imaginou isso, era um padre, professor da universidade.* Dom Angélico declarou:

...eu me lembro que foi no dia 4 de maio, de novembro, de que ano eu não me lembro agora, 68, em que eu estava acabando de celebrar a missa na Igreja de São Benedito, e pararam lá o carro da polícia e me levaram para a delegacia na rua Duque de Caxias. Se não me trai a memória, e lá eu fui inquirido a respeito do jornal, de artigos inocentes que eu escrevia, um deles, Meditação, um artigo diário e outros comentários absolutamente inocentes e depois inúmeras vezes eu tive que responder o processo ...

Dom Antônio Celso que participou ativamente na CNBB a partir da década de 1970, confessou que os militares tinham sérias restrições aos bispos, porque

eles não se conformavam que a Igreja, os bispos não apoiassem totalmente, sobretudo a CNBB, era uma coisa, era Deus, Pátria e Família, essas coisas de tradição, família e propriedade. Ah, eles não se conformavam (...) sobretudo, quando em 1970, em Brasília, a CNBB pela primeira vez denunciou a tortura (...) nacionalmente. Aí a situação ficou bem mais tensa entre a CNBB e o Militares, a ponto de que até hoje (...), nós somos olhados, os militares já morreram, os outros já se esqueceram, mas, dentro de Igreja, até hoje nós somos olhados por certas autoridades eclesiais como sendo esquerdistas, esses últimos, que ainda estão vivos, que sobramos daquela época, Dom Ivo, Dom Paulo, como Dom Helder.



Ainda, nesse sentido, o jornal arquidiocesano trouxe uma manifestação pública do representante da Comissão de Justiça e Paz, Dalmo de Abreu Dallari, à Comissão Representativa da CNBB:

“Em sua última reunião ordinária, esta Comissão apreciou a campanha de descrédito orquestrada pela Imprensa contra a CNBB, a propósito da reflexão pastoral “COMUNICAÇÃO AO POVO DE DEUS”.

Rogamos a V. Exa. Revma. Transmita à digna Comissão Representativa dessa Conferência a manifestação de nossa solidariedade e irrestrito apoio, com o repúdio das manobras de difamação em curso.

Estamos convictos de que a Igreja de Cristo no Brasil continuará defendendo a causa dos que têm fome e sede de justiça, sem fazer acepção de pessoas. Confiamos, igualmente, em que a condenação da violência crescente em nosso País não seja abafada nos meios eclesiais, por entendimentos privados entre autoridades civis e religiosas em detrimento dos pobres de Deus”.

A CNBB e o entrevistado não apresentaram medo da repressão, mas Dom Antônio Celso deixou claro que houve uma certa perseguição também dentro da Igreja brasileira, ao ponto de ser taxado de esquerdista. Dom Antônio Celso explicou que isso ocorreu devido a

um grupo de bispos de dentro da Igreja, que já tinha consciência disso, porque, naquela época, foram nomeados muitos bispos que tinham sido assistentes de ação católica, e era ação católica através de seu método ver, julgar e agir, que ajudava a gente a tomar consciência dessas coisas, de partir da realidade e não de partir de idéias boas, mas que são só idéias. Então havia vários bispos, que eram de ação católica, tinham saído de

ação católica, ou tinham trabalhado em ambientes em que as novas idéias do Concílio Vaticano II já eram muito presentes. Me lembro, por exemplo, do Dom Valdir do Rio de Janeiro, Dom João Mota, que depois foi para Vitória no Espírito Santo, nós aqui em São Paulo. Mesmo com Dom Davi Picão, eram homens abertos, homens que já estavam, Dom Eduardo Kwaik, que foi assistente de JEC, acompanhou muito, hoje é o bispo de Piracicaba, Dom Paulo aqui, Dom Benedito, Dom Helder, no Nordeste...

(...) e a gente sempre foi olhado meio assim com um olhar torto pelo pessoal de Igreja, que era um pouco mais de direita e até hoje é assim.

Ficou muito explícito no discurso de Dom Antônio Celso que as idéias conciliares foram combustível para a “tomada de consciência” frente à Ditadura Militar e às mudanças necessárias a partir da realidade estabelecida.

Dom Antônio Celso afirmou que a imprensa também utilizava a tensão vivida entre o Estado e a Igreja, para poder perseguir e denegrir a imagem dos clérigos,

... eu me lembro do Jornal O Estadão se dava o luxo de comentar até o meu corte de cabelo. Eu sempre fui meio relaxado com o cabelo, agora eu não tenho o que relaxar, que eu tenho tão pouco, mas eu deixava o cabelo crescer, eu nunca quis usar o cabelo comprido. Olha aqui a costeleta, só de preguiça, entendeu? Ficava passando, passando, e eles achavam que aquilo já era uma afronta à sociedade, um bispo daquele jeito...

Ao ser questionado quanto às Greves Operárias do final da década de 1970 e início de 1980, declarou que a Pastoral Operária era

muito bem articulada com o movimento sindicalista, tanto que as lideranças sindicais procuraram a Igreja no momento de formação do Partido dos Trabalhadores. A seguir, o relato de Dom Antônio Celso:

... nós tínhamos aqui uma liderança muito forte da Pastoral Operária, e eu me lembro que estava em uma reunião em Brasília, quando foi morto o Santo Dias. Eu não estive no sepultamento do Santo Dias, porque nessa época eu era, não me lembro, secretário geral da CNBB, (...) e a gente, muitas vezes, nós fizemos reuniões aqui em São Paulo. Os bispos e até uma vez Dom Cláudio veio. Nós fizemos um ato comum. Até então, os operários do ABC faziam seus atos lá, e a Pastoral Operária de São Paulo fazia seus atos aqui, mas naquela época foi tão difícil que eu me lembro que eles se uniram num ato comum na praça da Sé e daí estava Dom Paulo, estávamos nós e estava Dom Cláudio que também era bispo em Santo André, aí já estava surgindo o Lula, essa liderança toda, que depois já estavam fundando o PT. Eu me lembro de ter participado de uma reunião dos bispos, em que o Lula e não me lembro mais quem foi falar, o Lula e o Jacob, aquele de Campinas, que foi prefeito de Campinas, Jacob Bittar, os dois foram explicar, trocar idéias conosco do que deveria ser um partido novo, um partido, (...) mais de operários, de intelectuais e de lideranças.

Dom Antônio Celso acreditou em que o apoio da Igreja ao movimento operário foi fundamental:

... por mais forte que fosse o sindicalismo aqui do ABC, (...) eles reconhecem isso, (...) o apoio da Igreja foi, eu não sei se foi determinante para sustentar, mas que foi muito importante, que, certamente, sem o

apoio da Igreja, eles teriam sido desbaratados, de um jeito ou de outro, teriam sido, essa é a impressão que eu tenho...

Quanto à vinculação da Igreja à fundação do Partido dos Trabalhadores, Dom Antônio Celso teve a mesma postura dos demais entrevistados, afirmando que *o PT é um partido político, a Igreja de si não tem e não é um partido e não tem um partido, o que não significa que os membros de Igreja ...* No entanto, Dom Antônio Celso foi além nessa análise, por afirmar que um sujeito oculto, militares ou a imprensa conservadora, interessava-se em fazer uma confusão nessa relação, *provocar essa confusão, porque eles evidentemente são do status quo e queriam enfraquecer todas as propostas que fossem o contrário...*

Dom Antônio Celso ainda abordou a relação que os meios de comunicação em massa, em especial a Rede Globo de Televisão, teve na manutenção dos militares no poder; retratando que o poder econômico era o maior censor, pois o proprietário da empresa determinava o que era interessante ao povo ou não,

veja a rede Globo, por exemplo, a rede Globo fez a cabeça do Brasil durante a Ditadura. Um dia telefonaram para mim perguntando se eu queria a Bíblia gravada em disco na voz do Cid Moreira. Falei, primeiro não quero porque eu prefiro ler a Bíblia; segundo, ouvir algum trecho da Bíblia eu até gosto de ouvir, mas jamais eu ouviria a Bíblia lida por Cid Moreira, porque Cid Moreira leu o avesso da história do Brasil, durante os 20 anos de Ditadura, ele emprestou, emprestou não, ele vendeu a voz dele para impingir ao povo brasileiro a maneira de ver da Ditadura. Então é sempre difícil a gente ver, eu acho, entendeu? Você vai me dizer assim:

“Quer dizer que o senhor é contra a liberdade de imprensa”. Eu sou plenamente a favor da verdadeira liberdade de imprensa, os grandes censores da imprensa são os donos, que censuram seus próprios jornalistas, seus próprios funcionários, mas isso quantas vezes a gente vive. Eu dava entrevista porque eu era secretário da CNBB, eles diziam: *Olha, o senhor sabe, não vai sair isso aqui, o editor não vai deixar.* Eu dava risada! Brincava!

Dom Angélico acreditava em que as Reformas de Base propostas por João Goulart eram necessárias ao país e a oposição aos militares ocorre a partir desse ponto: *ora, desde o começo, aqueles que estavam favoráveis às Reformas de Base nesse país se colocaram em oposição à ditadura militar, ao golpe militar.*

Os relatos de Dom Angélico sobre o seu envolvimento contra os militares permitiram “marcas” muito vivas, explicitando a relação intrínseca entre o presente e passado, em que o exercício da violência pela Ditadura frente aos opositores feriu a condição humana:

... eu vi, por exemplo, o operário Valdemar Rossi, com o corpo com as marcas da tortura, no Instituto Médico Legal, eu pude visitar com Dom Paulo Evaristo o corpo nu do operário Santo Dias.

Dom Angélico ainda expôs como os movimentos laicos católicos estiveram junto com o clero paulistano nas suas ações, no compromisso contra a repressão e a exploração dos trabalhadores:

... eu nunca vi na minha vida uma imagem mais viva de Cristo morto, do que o operário Santo Dias, (...) que fazia parte da minha equipe de

Pastoral Operária aqui na Arquidiocese de São Paulo, era um homem eminentemente pacífico, mas na resistência, na resistência democrática em postura, resistência democrática à concentração de renda nas mãos de poucos e que foi. Eu vi aquele corpo e fiz a comparação com o corpo de Cristo porque, assim como o corpo morto do Cristo foi varado pela lança do soldado, o corpo de Santo Dias, também foi varado pela bala do soldado, colocado a serviço da repressão na greve que então havia dos metalúrgicos em 79.

Esse comprometimento de Dom Angélico está em consonância com a postura assumida pelo jornal *O São Paulo*, quando afirmava que a função sacerdotal estava vinculada ao *trabalho social, de organização dos oprimidos para a resistência pacífica à opressão, coisa perfeitamente válida e até encorajada pelas Encíclicas modernas* (in: artigo “Subversão Mineira, ainda”, 15Dez1968:2).

Quando houve a morte, nos cárceres paulistanos, do operário Manoel Fiel Filho em Janeiro de 1976, Dom Angélico, por meio do artigo “Bispos manifestam pesar pela morte do metalúrgico” no jornal *O São Paulo*, responsabilizou o governo pelas atrocidades cometidas dentro dos calabouços da Ditadura:

(...) Dom Angélico lançou um comunicado explicando parte das circunstâncias em que Manoel Fiel Filho morreu. Depois de dizer que a realidade do DOI-II-Exército é conhecida tanto dentro como fora do Brasil, fez considerações sobre a versão do suicídio: “A autoridade que

deteve o cidadão, arrancando-o do seu lar, é responsável por sua integridade, por sua vida” (24Jan1976:5).

As mortes do jornalista Wladimir Herzog em Outubro de 1975 e do metalúrgico Manoel Fiel Filho em Janeiro de 1976, no Comando do II Exército em São Paulo, levaram a deposição pelo presidente Ernesto Geisel do General Ednardo D’Ávilla Melo, responsável por aquela unidade militar e também provocou um encontro do Cardeal Arns com o Governador Paulista Paulo Egydio, quando o Cardeal declarou afirmou aos jornalista que

... nunca houve qualquer incidente entre ele e o general Ednardo D’Ávilla Mello que provocasse o esfriamento nas relações da arquidiocese com o Exército. Mas acrescentou: “O que aconteceu é que os acidentes se multiplicaram e nem bem acontecia um, já se esperava para acontecer outro” (O SÃO PAULO, 31Jan1976:3).

Para Dom Angélico, estar com o Movimento Operário contra a Ditadura Militar era algo vital a partir de sua consciência, afirmando que:

... era integrante como bispo assistente da Pastoral Operária na Arquidiocese de São Paulo, e os nossos militantes estavam muito presente no Movimento Operário. Eu volto a insistir, nunca, ninguém da Ditadura Militar teve argumento sério de que a Igreja estivesse envolvida em qualquer coisa de violência, na questão de enfrentamento com a Ditadura Militar. Agora o nosso enfrentamento sempre foi com as armas da verdade, da justiça, na defesa da dignidade humana, da liberdade de expressão, de manifestação, isso era absolutamente cerceado. Não

obstante isso, nós íamos à praça coalhada de soldados com cães, metralhadoras, nós simplesmente íamos à praça, sim, para, na medida do possível, manifestar que nós não estávamos de acordo com a tortura, com a subserviência do Brasil aos militares. Nós acreditamos nos ideais democráticos.

Essa postura de Dom Angélico, frente aos militares, contribuiu para que também fosse alvo das ações ditatoriais, como pode ser observado a seguir em seu relato:

... mas, durante a repressão, o Jornal de que sou ainda hoje diretor aqui em São Paulo, “*O São Paulo*”, ele foi freqüente (...) censurado, houve até um número que foi falsificado, falsificado e distribuído nas paróquias, (...)

Dom Angélico tinha uma posição bem peculiar no momento da formação do Partido dos Trabalhadores, de certa forma, diferente das assumidas por Dom Paulo, Dom Benedicto e Dom Antônio Celso. Ele afirmou que acreditava equivocadamente não ser o momento adequado para a criação de um partido dos trabalhadores.

... o Partido dos Trabalhadores inclusive, logo no início, eu fui convidado. Eu me lembro ainda, estava naquela reunião que aconteceu em Barueri, estava o Lula, Jacob Bittar, (...) As lideranças do movimento operário estavam falando do partido político, eu até mudei a minha opinião, o meu palpite equivocado então. Eu achava que historicamente não era o momento de se formar um partido político dos trabalhadores, porque talvez isso viria a diminuir a força do sindicato, mas eu acho que realmente estava equivocado, a organização dos trabalhadores em partido político é uma



força, e devem ir por aí porque a política afinal de contas e a política partidária é a ferramenta importante para a condição de reformas desse país, Os partidos políticos comprometidos com o povo e lideranças também da Igreja entraram e entraram de cheio tanto nas cidades quanto na roça, na constituição do Partido dos Trabalhadores.

No entanto, a concepção de autonomia estava muito clara à Dom Angélico, tanto que se manteve neutro em relação à criação do PT frente ao Movimento Operário:

...eu sempre respeitei, na minha formação acadêmica, a independência do movimento operário. Acho que não é missão da Igreja e não foi felizmente tutelar o movimento operário. Ele tem a sua autonomia como a Igreja tem a sua autonomia, mas nós trabalhamos em parceria nas grandes causas pendentes à promoção da vida e da libertação do povo.

Assim como os demais entrevistados, deixou claro que o interesse da Igreja nas lutas contra a ditadura era substancialmente uma questão de promoção humana, como foi relatado por ele, *de libertação do povo*.

E Dom Angélico tem claro que esse processo de libertação<sup>35</sup> está vinculado à superação de uma estrutura social historicamente definida, em que a maior parte da população é analfabeta política e sofre com o processo de massificação das sociedades contemporâneas, que impede e desacredita na viabilização dos processos participativos e democráticos:

---

<sup>35</sup> Terminologia vinculada a Teologia da Libertação e a organização das CEB's.

... eu acho que, na realidade, o povo brasileiro é um povo em geral não bem politizado. Estamos a caminho, nós sempre sofremos ditaduras e junções de militares aqui. O processo democrático é lento, é histórico, é paciente. Se nós temos analfabetos aos milhares nesse país, e os políticos nessa nação deram ao analfabeto o direito ao voto e poucos se empenham na erradicação do analfabetismo, (...) nós podemos dizer do analfabeto político, como já dizia Brecht, o analfabeto político realmente é de uma infelicidade muito grande, e grande parte do povo brasileiro não leu, na época. Como posteriormente a memória histórica é muito curta, não leu o que estava acontecendo e durante a ditadura os meios de comunicação estavam cerceados; homens, por exemplo, da envergadura de Dom Helder Câmara, durante anos não puderam aparecer. Tanto a imagem quanto o seu próprio nome não foi estampado nos meios de comunicação social. Então não é tão simples que o povo realmente forme a respeito dos acontecimentos uma idéia adequada e depois nós sabemos que no Brasil o povo é realmente desinformado, não tem acesso à leitura, assiste certos programas televisivos que realmente são direcionados (...). No panorama político, após o movimento militar, realmente muitos escândalos, muita corrupção que faz com que haja certo desalento por parte da população a respeito do próprio regime democrático.

O final da década de 1970 foi um período de ebulição política e social em São Paulo, tendo em vista o processo de “abertura política” e as paralisações operárias. Assim, não perdendo de vista as CEB’s (Comunidades Eclesiais de Base), que desenvolveram nessa época, uma forte campanha de educação popular, que estimulava a população a a

conquistar uma maior participação política, promovendo questionamentos e cobranças sobre as mazelas a que estavam submetidas.

Nesse contexto, que questionava o desenvolvimentismo nacionalista dos militares e a estrutura política em vigor<sup>36</sup>,

a igreja certamente teve uma importante participação na transição do autoritarismo para o regime civil entre 1974 e 1985, (...) a atuação da Igreja deu-se explicitamente no sentido da deslegitimação do regime e da mobilização de campanhas da CEB's em favor de mudanças (BRUNEAU: 1997:31).

Incrementada pelo elemento religioso-cristão, a fala de Dom Angélico está de acordo com o processo de democratização e de mobilização popular acima indicado por Bruneau:

... eu acho que nós pacientemente devemos amar realmente a democracia, alicerçar a participação do povo. Ninguém é salvador da pátria, é o povo realmente que caminha. Aqueles que dirigem devem realmente caminhar com o povo e servir ao povo. Se há alguém que mereça estátua pública nesse país, não são coronéis, não são autoridades eclesiásticas, não são marechais, é o povo, é o povo brasileiro, este que realmente deve ser respeitado, e criarmos como nós temos possibilidade de criar e isso é tarefa ainda hoje, um Brasil realmente livre, livre politicamente. Hoje nós estamos muito atrelados ao poder, ao império do primeiro mundo, tem decisões econômicas que arranham a nossa dignidade, a nossa dívida externa, por exemplo, uma forma nova de colonialismo e de escravidão do

---

<sup>36</sup> Que marcava o país com as mortes nas prisões, a partir dos processos de repressão militar e torturas, como por exemplo, o assassinato do operário-grevista e militante da Pastoral Operária Santo Dias no ano de 1979.

nosso povo. Os juros são extorsivos, são verdadeiros atos de pirataria em cima de nosso povo, da nossa nacionalidade. Como nós precisamos de democracia também no aspecto econômico, é uma vergonha que não tenhamos nesse país a democracia na terra, a participação nos lucros. Uma democracia da riqueza e concentra cada vez mais nas mãos de poucos, e nós vemos cada vez mais o povo apodrecendo por falta de moradia, de escolas, de saúde. Então, evidentemente, esse panorama não coincide com os sonhos de Jesus. Eu coloco minha vida para a realização desses sonhos.

A partir das análises e da montagem do *corpus*, percebeu-se a ligação dos entrevistados com os processos de “abertura política” e redemocratização. Essa participação do clero e dos movimentos populares nesses processos foi resultado de um vínculo que se intensificava desde a década de 1960, devido o cerceamento aos movimentos de contestação e populares realizados pelos militares.

Os clérigos paulistanos estiveram em relação direta com a criação do Partido dos Trabalhadores, a partir dos seus envolvimento com as organizações operárias e ao suporte prestado ao movimento grevista dos metalúrgicos no final da década de 1970 e início da década de 1980.

Esse envolvimento do clero paulistano nas ações contra a ditadura permitiu que ficassem claras suas posturas política, religiosa, e humanitária e as “marcas” deixadas pela violência e a dor da perda frente à bestialidade da tortura usada pelos militares.

---

## CONCLUSÃO

---

A partir das análises, nos capítulos anteriores, verifica-se que a Igreja Católica brasileira, no caso específico a Paulistana, relacionou-se diretamente com mudanças ocorridas na Igreja Católica latino-americana e evidencia-se que houve uma consonância na alteração de postura frente às questões políticas, às questões sociais, ao Vaticano e ao Mundo a partir da década de 1960.

Tudo isso foi o que nos permitiu avançar a hipótese de que estamos diante de uma Patrística bem nossa, que, precisamente, por essa razão, reveste-se certamente de grande importância para que se realize uma adequada expressão e vivência da fé e da Igreja no continente latino-americano (MARINS, 1979:175).

Ainda, de uma forma peculiar e totalmente nova, os documentos eclesiais latino-americanos e os locais editados pela CNBB, desde o Concílio Vaticano II e posteriormente as Conferências Episcopais de Medellín e Puebla, passaram a ter em seu bojo um crédito inédito, que antes era conferido somente aos documentos pontifícios.

Esse aspecto do contexto latino-americano na Igreja paulistana, em conjunto com a Teologia da Libertação, a atuação das CEB's, dos

movimentos leigos e dos operários permitiu o subsídio para as posturas dos clérigos contra as ações militares da ditadura.

A Igreja de São Paulo, desde a ascensão de Dom Paulo Evaristo Arns ao arcebispado, foi parceira dos movimentos populares e sindicais que enfrentaram as políticas governamentais e a repressão ditatorial, além de ter estimulado o desenvolvimento dos movimentos reivindicatórios nas mais afastadas regiões metropolitanas. Quando culminou a insatisfação popular contra o governo militar, no final da década de 1970 e início de 1980, era essa a instituição que estava com esses setores à frente das contestações.

No entanto, os entrevistados não se envolveram nessas ações segundo os seus discursos, por causa da ausência de um posicionamento político ideológico, mesmo quando se apresentavam contrários à exploração capitalista, apoiando o movimento grevista no ABC e em São Paulo no final da década de 1970 e início de 1980.

As ações da Igreja apresentavam um cerne peculiar, nem comunista-marxista nem capitalista-liberal; o que lhe gerou uma séria campanha contrária e difamatória, inflamada pelos setores conservadores da sociedade e até mesmo pelo Vaticano. Esse aspecto pode ser evidenciado nos discursos de Dom Angélico Sândalo Bernardino e Dom Antônio Celso de Queiroz:

... não tinha noção das coisas, não existia análise da realidade, como aconteceu para muita gente da Igreja, que, com boa vontade, deixou levar por isso, assim como há outros que com boa vontade se deixam levar por uma revolução esquerdista que promete mundos e fundos; depois, quando se instala, não faz. Esse pessoal com muito maior freqüência, com muito maior número, deixa levar pelos de direita, em nome da ordem, era a Marcha com Deus pela família... (Dom Antônio Celso de Queiroz – grifo nosso).

... aí já estava surgindo o Lula, essa liderança toda, que depois já estavam fundando o PT. Eu me lembro de ter participado de uma reunião dos bispos, em que o Lula e não me lembro mais quem foi falar, o Lula e o Jacob, aquele de Campinas, que foi prefeito de Campinas, Jacob Bittar. Os dois foram explicar, trocar idéias conosco do que deveria ser um partido novo, um partido, digamos, mais de esquerda, no bom sentido, mais de operários, de intelectuais e de lideranças ... (Dom Antônio Celso de Queiroz - grifo nosso).

... uma espécie assim ainda de visão equivocada de quem diz: “Olha, tá vendo, graças a Deus, a Revolução impedia que o Brasil caísse nas mãos da Rússia”. Eu dizia assim: “Olha, o último perigo do mundo é o Brasil cair na mão da Rússia, porque os Estados Unidos não deixariam nunca”. Há mas deixaram Cuba, por um engano e porque Cuba é desse tamanico assim, mas o Brasil jamais nesse sentido, ... (Dom Antônio Celso de Queiroz – grifo nosso).

... eu não tenho nenhuma admiração por aqueles que deram o golpe militar nesse país. Os meios poderiam ser outros e se devem ser sempre outros. O povo brasileiro jamais foi comunista, jamais estaria de acordo com o domínio comunista, que nunca teve perigo aqui no Brasil de dominar, nunca, que graças a Deus nunca teve, porque o comunismo é uma ditadura, e eu não tenho nenhuma admiração pela Ditadura Marxista que se estabeleceu no Leste Europeu, sobretudo, que ainda hoje persiste em países como a China e com Cuba. Eu não tenho nenhuma admiração, mas também é preciso que a gente diga, tenha a santa paciência, não foram revolucionários coisa nenhuma, foram retrógrados, a serviço da contra pacífica revolução, como por exemplo, reforma agrária. Esse país ainda hoje não conhece a reforma agrária, esse país ainda hoje ostenta o número elevado de analfabetismo. Onde é que houve a revolução? Houve um movimento militar golpista, que retardou a modernização desse país e que cerceou lideranças, muitas lideranças, que são de um valor inestimável para qualquer nação ... (Dom Angélico Sândalo Bernardino – grifo nosso).

... mas dizia Dom Helder Câmara: *Se eu dou o pão para quem me pede e está com fome, me chamam de santo; se eu explico por que é que está faltando o pão, me chamam de comunista*. Era uma atitude irracional que havia na época; a caça às bruxas. Eu não quero ser ingênuo, não; havia gente que, por convicções ideológicas, se alinhavam inclusive no movimento armado. Nós tivemos aqui confrontos sérios, nunca, é claro, capazes de colocar nem antes, nem durante e nem depois, um perigo à



estabilidade, antes do regime democrático do João Goulart e depois de colocarem em perigo a estabilidade da Ditadura Férrea Militar, tanto mais que, se houvesse qualquer perigo, logo. Os Estados Unidos fariam uma visita armada, aqui ao Brasil, para garantir os militares no poder... (Dom Angélico Sândalo Bernardino – grifo nosso).

... eu acho que, no movimento de história, o Brasil, naquela época, ele vivia num contexto em que a América Latina vivia uma agitação, realmente. Uma agitação de esquerda e que houve a reação da direita, ou se você quiser, houve realmente o *status quo*, o poder estava constituído, as oligarquias estavam dominando, e foi isso, foi aflorando o movimento de esquerda com marca marxista e de esquerda com marca cristã. A Ditadura simplesmente nivelou todo mundo e passou o trator em cima de todo mundo, é normal, eu vejo como normal isto, no movimento da história. Agora, acho que realmente para nós foi um atraso, um atraso, como todo golpe, venha de direita ou de esquerda, no sistema democrático é realmente um atraso. Eu acho que nós, pacientemente, devemos amar realmente a democracia, alicerçar a participação do povo. Ninguém é salvador da pátria, é o povo realmente que caminha,. aqueles que dirigem devem realmente caminhar com o povo e servir ao povo ... (Dom Angélico Sândalo Bernardino – grifo nosso).

Como a Igreja Paulistana exerceu sua função profética<sup>\*</sup>, denunciando a opressão e as mazelas políticas, sociais e econômicas causadas pela

---

\* 01 – Profeta é aquele que “fala em nome de Deus” (...) Os profetas são pessoas de fé e de coragem: denunciam (as injustiças e o pecado) e anunciam (o fim das desgraças e a vinda do Messias) através de palavras e/ou de gestos (...) Sendo o profeta o mensageiro de Deus, ele denuncia as injustiças, os abusos

Ditadura, não foram evidenciadas nos discursos “marcas” que representassem o medo da violência, característica da época.

Os três últimos entrevistados Dom Angélico, Dom Benedicto e Dom Antônio Celso, registraram em seus discursos algo que é forte e marcante e que contribuiu para a realização das ações contra a ditadura: a admiração por Dom Paulo Evaristo Arns, um homem que serviu de âncora não só à Igreja, mas cada um, nas suas vidas e nos seus envolvimento contra a repressão militar, por isso, abaixo estão relatos que caracterizam esse aspecto:

... mas o Cardeal Dom Paulo, em nome da Igreja de Jesus Cristo foi o que fez o trabalho do Samaritano, que cuidou do homem caído na estrada e, o que a gente fez e os outros padres, bispos e tudo ao lado do Senhor Cardeal, foi assim, um problema de Igreja para nós, um problema de salvar a dignidade humana e a liberdade (...) o Cardeal era o grande defensor, desses torturados ... (Dom Benedicto Ilhêa Vieira – grifo nosso)

... a Igreja sempre teve postura, aqui na Arquidiocese de São Paulo liderada pelo Dom Paulo Evaristo. Dom Paulo Evaristo foi um homem absolutamente inamovível. A história vai registrar que ele foi realmente

---

*do poder e qualquer tipo de maldade. Ele é defensor dos oprimidos, dos fracos, dos marginalizados. Ele se coloca ao lado dos pobres; é a voz dos que não têm voz e nem vez. Justamente por isso, os profetas foram sempre considerados como subversivos, pela ordem constituída pelos poderosos. (COORDENAÇÃO DE CATEQUESE DIOCESE DE LINS, 1987: 79-86); 02- de acordo com o Plano de Urgência (1962), o Plano de Pastoral de Conjunto (1966) e os Planos Pastorais Bienais de 1971-1972 e 1973-1974 (GUIMARÃES, 1978: 20-21); 03 – O trabalho da Igreja em prol dessa libertação não é só um anúncio: é também uma ação eficaz, um compromisso historicamente significativo com a libertação, a exemplo de Jesus, que através de sua vida se fez acompanhar dos sinais necessários à sua Boa-Nova libertadora.... (BORAN, 1985:30).*

um gigante que não se curvou um centímetro sequer diante da impostura, diante da ditadura, ele foi um homem de coragem, realmente um discípulo de Cristo, que recebeu dos lábios do nosso divino fundador as palavras, *tenho confiança, não tenho medo* ... (Dom Angélico Sândalo Bernardino – grifo nosso)

... esta pessoa extraordinária, de um valor extraordinário no cenário nacional e um profeta na América Latina, um homem a quem qual o Brasil tem uma dívida enorme da defesa dos ideais democráticos, que andou pelos porões das prisões para visitar padres e militantes, um homem que acolheu, na Cúria Arquidiocesana de São Paulo na Avenida Higienópolis, presos políticos, seus familiares e lhes deu o melhor apoio, que estabeleceu aqui a Comissão de Justiça e Paz, que apoiou a formação da Pastoral dos Direitos Humanos, que é Dom Paulo Evaristo ... (Dom Angélico Sândalo Bernardino - grifo nosso)

... e quando surgiu rumor e as denúncias de torturas, aí Dom Paulo tem um mérito imenso, porque aí ele constatou, ele foi conversar com os que tinham sido torturados, aí o testemunho dele foi fundamental nisso daí, então a CNBB começou a ter segurança para começar a denunciar a tortura ... (Dom Antônio Celso de Queiroz – grifo nosso).

... a gente nunca deixava um bispo sozinho atuando. Nós, nesse ponto, a gente éramos muito, nós éramos um colégio, um grupo, que

assumíamos juntos, apoiando, com Dom Paulo à frente, ... (Dom Antônio Celso de Queiroz – grifo nosso).

No entanto, essa perspectiva desenvolvida por Dom Paulo foi interrompida pelo Papado de João Paulo II, tanto que:

a visita de João Paulo II ao país em 1980 confirmou, de um lado, as opções da Igreja do Brasil, através de seu nítido apoio à atuação da CNBB e de seus discursos aos camponeses no Recife e aos trabalhadores em São Paulo. A presença do Papa abriu também uma tensão latente ao longo destes anos: não teria a Igreja no Brasil deixado de lado sua missão estritamente religiosa, dedicando-se em demasia a questões de ordem temporal? (...) A conferência de Puebla (1979), por sua vez, ao colocar no centro da orientação da Igreja no Continente sua opção pelos pobres, aponta um caminho real para as tarefas da Igreja no Brasil (BEOZZO, 1981:140-141).

Ao contrário dessa perspectiva da “Igreja dos Pobres”, parte da Igreja Católica, que representa classes sociais abastadas e de um perfil conservador<sup>37</sup>, dirigia-a desde a segunda década do século XX, realizando um projeto que

...resultava não apenas das diretrizes do Vaticano, então preocupado em sustar o florescimento dos movimentos operários de esquerda na Europa, mas também da tomada de consciência por parte do episcopado brasileiro da crise com que se defrontavam os grupos dirigentes oligárquicos. Ao mesmo tempo que procuravam reformar as obras tradicionais de caridade, as associações leigas..., os altos dignitários do clero se empenharam em

---

<sup>37</sup> São claras e inumeráveis tais diferenças oriundas das parcelas populacionais que as formam e dos vínculos com o Vaticano.

preservar e expandir a presença da Igreja em áreas estratégicas como o sistema de ensino, a produção cultural, o enquadramento institucional dos intelectuais, etc. Em troca da manutenção de seus interesses em setores onde a intervenção do Estado se fazia sentir de modo crescente (o sistema educacional, o controle dos sindicatos, etc), a Igreja assumiu o trabalho de encenar grandes cerimônias religiosas das quais os dirigentes políticos podiam extrair amplos dividendos em termos de popularidade (MICELI, 1979:51).

No entanto, é claro o caráter reformista desta instituição religiosa, pois todas as mudanças apoiadas por ela giram em torno da sua ética cristã, em que se pode questionar o valor irrisório do salário, mas não se questiona o modo de produção. *Em que no limite, uma reforma de todo o conjunto da sociedade pretende instalar o capitalismo reformado ou sistema social cristão* (MANOEL, 1983:55).

Assim é possível observar que a Igreja nunca será de um todo popular e libertadora, porque

... os conflitos internos fazem com que se estreitem os horizontes pastorais e a Igreja gaste energias em coisas menos decisivas. A tendência conservadora manifesta-se na busca de posições ultra-seguras, na revitalização de estruturas eclesiais de estilo tradicional, no desenvolvimento de uma forte tendência a precisar termos e proibir professores perigosos (sacerdotes e religiosas) em cursos, encontros e reuniões de estudos cristãos e no desenvolvimento dos espiritualismos de forte inclinação alienante. Difamam-se e perseguem-se (até mesmo

fisicamente) bispos, sacerdotes e leigos considerados “comunistas” ao tempo em que se propaga um integrismo feroz, que une fé cristã e *status quo* (MARINS, 1979:32).

Podemos observar que parte da hierarquia da Igreja Católica *carrega em si como um precioso legado de seu próprio passado* (ROMANO, 1979:251) uma busca da normalidade, avessa à desordem que setores populares e progressistas articulam dentro e fora da sua estrutura institucional.

... assim como as autoridades eclesiásticas se dispuseram a apoiar o poder político oligárquico da década de 20, com vistas de recuperar o status de sócios privilegiados do poder político de que haviam desfrutado até a queda do Império, preferem adotar atitude semelhante em relação ao regime Vargas, antes e após o golpe de 37 (MICELI, 1979:55).

Desse modo a Igreja não deixa (...) de legitimar a apropriação privada quando esta é assegurada pela família e pela cosmovisão cristã (ROMANO, 1979:252). Utilizando-se da análise de Romano, por mais que parte da Igreja Católica promova e preconize reformas, estará buscando amenizar as expropriações do sistema capitalista, tentando estabelecer limites suportáveis aos dominados em relação a exploração capitalista, deixando clara a sua postura reformista.

As perspectivas divergentes da Igreja Católica chegam a uma certa convergência auto-imposta que, no seu limite, pensa em integrar a maioria das pessoas ao sistema capitalista, buscando a promoção de

pequenos proprietários rurais, a diminuição da exploração e da marginalização social, permitindo que a maior parcela da população, trabalhadores, *participe do desenvolvimento econômico* (ROMANO, 1979:253).

De qualquer maneira, entre todos os países da América Latina, o Brasil manifesta possuir atualmente o episcopado que, embora sem conseguir total unanimidade no detalhe, mais obviamente se empenha na defesa dos direitos sociais, das liberdades individuais, da justiça concreta ... (LEPARGNEUR, 1977:118).

Mas as ações de cunho progressista da Arquidiocese de São Paulo, assim como de toda a Igreja no Brasil, sofreram retaliação dos setores conservadores da sociedade e de dentro da Igreja, inclusive do Vaticano.

Em 1995 é possível observar que apesar do assombroso saldo de 30.000 pessoas torturadas, desaparecidas, dentre os quais muitos jovens militantes católicos, durante as ditaduras em toda a América Latina, todos os Bispos que tomaram posição contrária aos governos militares foram combatidos por Roma e estão sendo substituídos por pessoas com posturas claramente opostas, quando não, tem tido seu espaço de atuação drasticamente diminuído (geograficamente como é o caso da Arquidiocese de São Paulo) (NETO, 1996:39 - grifo nosso).

Então, é inevitável a questão objetiva:

“A Igreja Católica é um aparelho ideológico mantenedor da ordem social dominante?”

E, para aguçar a reflexão nesse sentido, há que se resgatar e não perder no horizonte de análise o que Gramsci afirma e que já foi apresentado anteriormente no I capítulo desta dissertação:

Antônio Gramsci observa que toda a religião

(...) é em realidade uma multiplicidade de religiões diferentes e freqüentemente contraditórias: (...) há um catolicismo da pequena burguesia e dos trabalhadores urbanos, um catolicismo para mulheres e um catolicismo para intelectuais (GRAMSCI, Apud LÖWY, 1991:20).

Em uma última análise, é explícito que as mudanças no cenário político-nacional eram acompanhadas por mudanças na estrutura da Igreja, principalmente no que se refere à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) , à Teologia da Libertação e à Renovação Carismática.

Os conservadores foram derrotados no Concílio Vaticano II, em 1962, mas, a partir de 1975, voltaram a lutar por espaço. Com João Paulo II, eles retomaram a hegemonia (...) Para vencer na CNBB, o Papa levou anos nomeando bispos do seu grupo, até conseguir eleger seu candidato.

A Renovação Carismática tem o mérito de tirar o monopólio do ritual e da palavra das mãos do clero. Mas a libertação que ela busca é apenas da mente e do coração, não da sociedade e do mundo. É preciso libertar o planeta. E o homem, mais especificamente o homem pobre, que é o ser mais ameaçado de extinção ... (BOFF, 16Ago1995:8-9).

Esta pesquisa deixará uma questão a ser resolvida, talvez uma breve incógnita no que se refere a Dom Paulo Evaristo Arns, tanto que ao



ser questionado no final da entrevista se tinha algo a comentar ou dizer sobre a temática, respondeu:

Não, eu escrevi tudo, eu tenho, tomei nota de tudo, mas só vai ser publicado ou depois da minha morte ou quando eu achar que tem uma ocasião propícia para isso, todas as conversas com os generais, mesmo a evolução da igreja, a participação da igreja (...) da relação da igreja com o movimento revolucionário.

## BIBLIOGRAFIA –CONSULTADA E CITADA

AGUADO, Juventino de Castro. *O Ocaso da Utopia e o despertar do Carisma: vivência da Igreja Católica em Ribeirão Preto (1967-1988)*. Tese de Doutorado em História Social. SP: USP/FFCH, 1997.

ALBERTI, Verena. *História Oral: a experiência do CPDOC*. RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

AMADO, J. & FERREIRA, M. M. (org.) *Usos & Abusos da História Oral*. RJ: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ANDRADE, Pe. Djalma R. *O paradoxo cristão: História e transcendência em Alceu de Amoroso Lima*. SP: Loyola, 1994.

ARMSTRONG, Karen. *Uma história de Deus: quatro milênios de busca do judaísmo, cristianismo e islamismo*. SP: Cia das Letras, 1994.

ARNS, Cardeal Paulo Evaristo. *O que é Igreja*. SP: Brasiliense, 1981

AUBERT, Roger. *Nova História da Igreja: A Igreja na sociedade Liberal e no mundo moderno*. Petrópolis: Vozes, 1975, V. 5, Tomo I.

AZEVEDO, Thales de. *Igreja e Estado em tensão e crise: a conquista espiritual e o padroado na Bahia*. SP: Ática, 1978.

BAKHTIN, Mikhail (V. N. VOLOCHÍNOV). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. SP Hucitec, 7ª ed., 1995.

BEOZZO Pe. José Oscar. História da Igreja no Brasil in: *O que é Igreja*. ARNS, Cardeal Paulo Evaristo. SP: Brasiliense, 1981 (coleção primeiros passos)

BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. SP: Cia das Letras, 1986.

BIGO, Pierre. *Fé cristã e compromisso social: elementos para uma reflexão sobre a América Latina à luz da doutrina social da Igreja*. SP: Paulinas, 1986.

BOFF, Leonardo. Leonardo Boff ataca a nova direção da Igreja. *Folha de São Paulo*, caderno 1, p. 12, 25 5 1995.

- \_\_\_\_\_. Teologia da Colisão. *Veja*. SP: Ed. Abril: v. 1, ed. 16.08.1995.
- BORAN, Jorge. *Juventude, o grande desafio*. São Paulo: Paulinas, 1982.
- \_\_\_\_\_. (coord.) *Renove a face da Terra: preparação para pentecostes*. SP: O Recado Ed., 1985.
- BRASIL: nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BRUNEAU, Thomas C. O papel da Igreja na transição brasileira. *Dados – Revista de Ciências Sociais*. RJ: IUPERJ, v. 30, n. 1, 10.04.19.87, p. 29-43.
- CAMARGO, C. P. F. de. *Igreja e Desenvolvimento*. São Paulo: Cebrap, 1971.
- CARMO, S. I. S. do. *A memória do regime militar, numa perspectiva interdisciplinar*. Araraquara: 1997 (projeto de pesquisa para o triênio 1997-2000 - FCL-UNESP- Araraquara).
- CARRATO, J. F. *As Minas Gerais e os primórdios do Caraça*. SP: Cia das Letras, 1963.
- CNBB - Documento dos Bispos do Centro-Oeste. *Marginalização de um povo*, (06.05.1973). In: SEDOC nº 6. Petrópolis: Vozes, Março-1974.
- \_\_\_\_\_. Relatório Síntese após dez anos de Pastoral das CEBs (iniciadas em 1964). *Estudos da CNBB Nº 23*, 1979.
- COMISSÃO ARQUIDIOCESANA DE PASTORAL DOS DIREITOS HUMANOS E MARGINALIZADOS DE S. PAULO. *Fé e Política – povo de Deus e participação Política*. Petrópolis: Vozes, 1981
- CORRÊA, Carlos Humberto P. *História Oral, teoria e técnica*. Florianópolis: Ufsc, 1978.
- D'ÂNGELO, Pe. José Carlos. *O ministério próprio e típico do leigo: sua função pública na Igreja e pela Igreja*. Roma: Pontificia Studiorum Universitas A. S. Thoma Aq. In *Urbe*, 1991 (Doutorado em Direito Canônico).
- D'ARAÚJO, M. C.; SOARES, G. A . D.; CASTRO, C. (org.) *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. R.J.: Relumé-Dumará, 1995.

\_\_\_\_\_. *Visões do Golpe: a memória militar sobre 1964*. R.J.: Relumê-Dumará, 1994.

DELLA CAVA, Ralph. Igreja e Estado no Brasil do século XX: sete monografias recentes sobre o catolicismo brasileiro (1916-1964). *Estudos CEBRAP* SP: n. 12, 10.06.1975, p. 05-52.

DIETRICH, P.H. "The system of nature: Or laws of moral and physical world, trad. H. D. Robinson, 12 vols (Nova York, 1835), Vol. 1, p. 22.

DOMEZI, Maria Cecília. *Do corpo cintilante ao corpo torturado. Uma Igreja em Operação Periferia*. SP: Paulus, 1996.

DREIFFUS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FIORIN, José Luiz. *Elementos da análise do discurso*. 7ª ed. SP: Ática, 1999.

GABEIRA, Fernando. *O que é isso companheiro*. Rio de Janeiro: Concredi, 1981

GIGANTE, M. A. *Guerreiros sem armas: êxodo rural e memória de velhos trabalhadores (Tarumã - 1960 - 1980)*. (Dissertação de Mestrado na área de História e Cultura) UNESP – Faculdade de História, Direito e Serviço Social de Franca, 1999.

GIORDANI, Marco P. *Brasil sempre*. Porto Alegre: Tchê, 1986.

GOUVÊA, Maria das Graças. *Educação Popular junto aos movimentos sociais: o Centro de Direitos Humanos e Educação Popular – CDHEP Campo Limpo/Zona Sul*. SP: PUC Tese de Doutorado, 1997, 220 p.

GRAMSCI, A. *Selections from the Prison Notebooks*, org. Por Quentin Hoare e G. Nowell Smith, Londres, New Left Books, 1971

GUIMARÃES, Frei Almir Ribeiro. *Comunidades de Base no Brasil: uma nova maneira de ser em igreja*. Petrópolis: Vozes, 1978.

GUTIÉRREZ, G. *Teologia da Libertação*. Petrópolis: Vozes, 1985.

- HOBBSAWN, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX - 1914-1991* SP: Cia das Letras, 1995.
- HOLANDA, Heloísa B. de e GONÇALVES, Marcos A. *Cultura e Participação nos Anos 60*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- KHOURY, Yara Aun. *Guia de Pesquisa : Igreja e Movimentos Sociais*. São Paulo: Puc, 1981.
- KOSHIBA, L. PEREIRA, Denise Manzi F. *História do Brasil*. 7. ed. SP: Atual, 1996.
- KRISCHKE, Paulo José. *A Igreja e as crises políticas no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Trad. Bernardo Leitão. Campinas: Ed. UNICAMP, 1992.
- LEPARGNEUR, H. *A Igreja e o Reconhecimento dos Direitos Humanos na História*. SP: Cortez & Moraes, 1977.
- LIBANIO, João Batista. *O que é Pastoral*. SP: Brasillense, 1986.
- LÖWY, Michael. *Marxismo e Teologia da Libertação*. Trad. M. V. Baptista, São Paulo: Cortez, 1991
- \_\_\_\_\_ A teologia da Libertação acabou?. *Teoria e Debate*, ano 9, n. 31, São Paulo, Abril/Maio/Junho, 1996.
- \_\_\_\_\_ O catolicismo latino-americano radicalizado. *Estudos Avançados*. SP: IEA-USP, v. 3, n. 5, jan/abr-1989, p. 50-59.
- MANOEL, I. A. “*Ecos do Passado: catolicismo e política*”. *Perspectiva*, SP: 6: 49-56, 1983.
- \_\_\_\_\_ A Ação Católica Brasileira: notas para estudo. In: *Acta Scientiarum – Human and social Sciences*. Maringá-PR: Ed. Universidade Estadual de Maringá, vol. 21, n. 1, março/1999.
- \_\_\_\_\_ D. Antônio de Macedo Costa e Rui Barbosa: a Igreja Católica na ordem republicana brasileira. In: *Pós-História* (revista de Pós Graduação em História). Assis: UNESP, vol. 5, 1997.

\_\_\_\_ João Paulo II, a Laborem Exercense e a tradição: marcar passo. *Perspectiva*, SP: 7: 75-80, 1984.

\_\_\_\_ *O pêndulo da História: a filosofia da História do Catolicismo Conservador (1800-1960)*. Tese de Livre-Docência (História). Franca: FHDSS-UNESP-Franca, 1998.

MARINS, José e equipe. *Comunidade Eclesial de Base na América Latina: origem, conteúdo, perspectivas*. SP: Paulinas, 1977.

\_\_\_\_ *De Medellín a Puebla: a praxis dos padres da América Latina*. SP: Paulinas, 1979.

MARRAMAO, Giácomo. *Céu e Terra: genealogia da secularização*. SP: Ed. UNESP, 1997.

MARTINS, Heloísa T. de Souza. *Igreja e Movimento Operário no ABC - 1954-1975*. São Caetano do Sul: Hucitec, 1994.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1986.

MARX, K. ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis: Vozes, 1990.

MEIHY, José Carlos S. Bom. *Manual de História Oral*". São Paulo: Loyola, 1996.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*. RJ: DIFEL, 1979.

MONTENEGRO, A. T. *História Oral e Memória: a cultura popular revisitada*. SP: Contexto, 1994, p. 17.

MONTERO, Paula. *Modernidade e Cultura. Para uma Antropologia das Sociedades Complexas*. (Tese de Livre Docência) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, 1992 (mimeo).

MORAIS, J. F. R. *Os bispos e a política no Brasil: pensamento social da CNBB*. SP: Cortez & Autores Associados, 1982.

NETO, Vitale Joanoni. *Estudos sobre a Comunidade Católica da Imaculada Conceição: uma experiência de organização popular em Bauru*. Franca: FHDSS-UNESP – dissertação de mestrado no programa de Pós-Graduação em História, 1996, 146 páginas.

PELLEGRINI, Tânia. *Gavetas Vazias: Ficção e Política nos anos 70*. São Carlos: Edufscar, 1996.

PIERUCCI, Antonio Flávio de O; CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de; CARDOSO, Ruth. Comunidades eclesiais. *Novos Estudos*. São Paulo: Cebrap, v. 1, n. 2, p. 49-58, Abr/1982.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Associação de Pesquisa e Documentação Histórica, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

QUEIROZ, M. I. P. de. Relatos orais: do indizível ao dizível . In *Ciência e Cultura*. SBPC, v. 39, n. 3, mar.1987, p. 272-86.

\_\_\_\_\_. *Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva*. São Paulo: USP-Ceru, 1983.

ROMANO, R. *Brasil: Igreja contra Estado: crítica ao Populismo Católico*. SP: Kairós, 1979.

SAMUEL, Raphael. História Local e História Oral. São Paulo: *Revista Brasileira de História*, ANPUH, v. 9, n. 19, 1989/90.

SCHWARTZ, J.; SOSNOWSKI S. (org.). *Brasil: o trânsito da memória*. S.P.: EDUSP, 1994.

SCHWARZ, Roberto. Cultura e Política 1964-1968. In *Pai de Família e Outros Ensaio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

SILVA, S. AP. I. A relação educação/cultura segundo a memória dos profissionais. *Cadernos do Ceru*. São Paulo: USP-Ceru, s. 2, n. 7, 1996, p. 149-159.

SINGER, Paul e BRANT, Vinícius Caldeira. *São Paulo: O povo em movimento*. Petrópolis: Vozes, 1983.

SINGER, Paul. *A crise do “milagre” – interpretação crítica da economia brasileira*. RJ: Paz e Terra, 1978.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil de Castelo a Tancredo 1964-1985*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991

SODRÉ, N. W. *A fúria de Calibá: memórias do golpe de 64*. R.J.: Bertrand Brasil, 1994.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. R.J.: Paz e Terra, 1992.

VALENTE, Ana Lúcia E. F. *O negro e a Igreja Católica: o espaço concedido, um espaço reivindicado*. Campo Grande: Cecitec-UFMS, 1994.

VILLAÇA, Antônio Carlos. *História da Questão Religiosa*. RJ: Francisco Carlos, 1974.

VOLDMAN, Daniele. “Definições e usos” In: AMADO, J. & FERREIRA, M. M. (org.) *Usos & Abusos da História Oral*. RJ: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.



# ANEXO 1:

## ORIGEM E EVOLUÇÃO DA CNBB<sup>1</sup>

### Fundação

- a. Ato oficial, uma reunião muito simples. A 14 de outubro de 1952, numa sala do Palácio São Joaquim, residência do Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro. Participaram, presentes ou representantes, os então 20 Arcebispos do Brasil e o Sr. Núncio Apostólico. Aprovaram o "Regulamento" da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Elegeram sua Comissão Permanente. Esta escolheu como primeiro presidente da CNBB o Cardeal Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, então Arcebispo de São Paulo, o qual indicou para o cargo de Secretário-Geral: Dom Helder Pessoa Câmara, presente à reunião como secretário "ad hoc". A indicação foi aceita por aclamação.
- b. A alma da fundação foi certamente Dom Helder Câmara. Dedicando grande parte do seu ministério sacerdotal à Ação Católica Brasileira, em 1947 foi nomeado seu Vice-Assistente Nacional. O desempenho dessa função fê-lo aprofundar o conhecimento da realidade pastoral do País. Aliada a isto, uma grande intuição o despertou para a necessidade de unir em Conferência Episcopal os Bispos do Brasil, verdadeiro continente, com imensa e complexa problemática. Era um tempo em que tal instituição não era julgada necessária, nem fazia parte da organização oficial da Igreja. Ainda como padre, Dom Helder desenvolveu um trabalho extraordinário visando à criação da CNBB. Só em 1952, quando a idéia já se encontrava em fase avançada de conscientização, é que foi eleito bispo auxiliar do Rio de Janeiro.
- c. Fatores decisivos
  - o Em termos de pessoas há que lembrar:
    1. O papel desempenhado por Mons. João Batista Montini, depois Papa Paulo VI, o qual trabalhava, então, na Secretaria de Estado de Pio XII. Com ele é que Dom Helder tratou eficazmente do assunto em nível da Santa Sé.
    2. O apoio irrestrito de Dom Carlos Chiarlo, Núncio Apostólico na época. No âmbito da Santa Sé, viabilizou os contatos de Dom Helder com Mons. Montini. Aqui no Brasil, promoveu encontros regionais de Bispos para sensibilizá-los sobre a importância e necessidade da criação de uma Conferência Episcopal brasileira.
    3. A participação dos cardeais brasileiros em apresentar oficialmente aos Bispos o projeto da CNBB.
    4. A acolhida que deram à iniciativa todos os Bispos de então.
  - o Em termos de estruturas, não se pode esquecer a grande importância que teve para a criação da CNBB a experiência da Ação Católica Brasileira. Na prática, a estruturação dos serviços pastorais que a Ação Católica Brasileira havia montado em base aos Departamentos Nacionais continuou fundamentalmente na CNBB, através da figura dos Secretariados Nacionais.

---

<sup>1</sup> Fonte-eletrônica: [www.cnbb.org.br/cnbbhoje.htm#natureza](http://www.cnbb.org.br/cnbbhoje.htm#natureza)

## **EVOLUÇÃO DA CNBB**

Desde a sua fundação, já se revela a CNBB como um organismo aberto para a colegialidade. Sua história está marcada por um avanço constante, no sentido de tornar-se cada vez mais uma estrutura de comunhão, participação e corresponsabilidade.

### **1952**

O "Regulamento" da CNBB estabelece o caráter amistoso e fraterno de suas reuniões, que têm como finalidade o estudo e a decisão comuns sobre temas de relevância. Institui um governo colegiado que requer participação desde a preparação dos trabalhos em cada província eclesial até às decisões tomadas em assembleias gerais dos metropolitanos (Arcebispos). Essas decisões, porém, não vinculam com caráter jurídico obrigatório.

### **1952**

Realiza-se a integração de todo o episcopado na Conferência. Nos seus dois primeiros anos, foi esta vivida como organismo de corresponsabilidade episcopal. A experiência leva a incluir a totalidade dos Bispos, como membros de plenos direitos. Supera-se a mediação dos metropolitanos, como vinha acontecendo.

### **1958**

Consolida-se o caráter prático da CNBB que visa dinamizar, coordenar e atualizar, na unidade, a ação pastoral de todo o episcopado, em comunhão com as diretrizes da Santa Sé. Criam-se as Comissões Episcopais, distintas dos Secretariados Nacionais correspondentes. O Estatuto coloca como constitutivos apenas órgãos colegiados. Duas observações pertinentes:

- a. Enquanto para as eleições basta uma maioria relativa, exige-se a maioria de dois terços dos membros presentes ou representantes para que uma proposição possa ser considerada aprovada.
- b. Ainda que de modo restritivo, abre-se para a participação de especialistas, a título de assessoramento, nas Assembleias e nas reuniões da Comissão Central.

### **1965**

Os Estatutos de 1965 são elaborados na vigência do Plano de Emergência e na efervescência dos debates conciliares (Vaticano II). Redefine-se a finalidade da CNBB de forma que os problemas e a ação apostólica visados não se referem mais expressamente ao episcopado, mas à Igreja e à pastoral.

- Estudar problemas de interesse da Igreja, particularmente no Brasil;

- Apresentar normas, aprovar e coordenar medidas que facilitem e promovam a unidade de orientação e a conveniente atualização da pastoral.

Redefine-se a relação CNBB - Nunciatura. Em 1958, o Estatuto submetia a vida e a atividade da Conferência à mediação, vigilância e intervenção da Nunciatura Apostólica. Em 1965, estatui-se que o "Núncio Apostólico será convidado a comparecer às reuniões da Assembléia Geral". A necessária ligação com Pedro é reafirmada pelo fato de subordinar-se à aprovação da Sé Apostólica aquilo que lhe estiver reservado. Ressalta-se a justa liberdade e responsabilidade naquilo que cai sob a missão e autoridade dos pastores das "Igrejas particulares". Em 1962, foram sendo criados os primeiros Regionais da CNBB. Em 1965, aparecem as Comissões Regionais e seus secretariados. Elimina-se a distinção entre órgãos constitutivos e executivos. Todos são declarados constitutivos. Os Regionais se tornam um dos fatores mais decisivos de dinamização da Conferência. Aprofunda-se a experiência de "pastoral de conjunto". Inclui-se nesta não só a visão global dos problemas e a formação de todos os setores, mas também o aproveitamento orgânico de todas as forças apostólicas. É a corresponsabilidade em nível de povo de Deus. Isso leva à admissão mais positiva de assessores e de peritos.

## 1971

Na vigência do Plano de Pastoral de Conjunto (1966-1970), sente-se a necessidade de remodelação dos Estatutos. O Estatuto de 1971 inaugura nova fase da Conferência mostrando sua vida pujante e sua complexa e crescente atuação. A CNBB apresenta-se como a instituição do episcopado brasileiro "expressão do afeto colegial", dando ênfase a seus objetivos para com a Igreja que está no Brasil.

- promover a pastoral orgânica ou de conjunto;
- estudar os assuntos de interesse comum;
- deliberar no campo de sua competência;
- cuidar do relacionamento com os poderes públicos, em entendimento com a Nunciatura;
- Manifestar solicitude pela Igreja Universal, através da comunhão e colaboração com a Sé Apostólica e com as outras Conferências Episcopais.

Nos Estatutos de 1971, assim como no Regimento, consubstancia-se uma tentativa notável de traduzir ainda mais em termos operativos e de estrutura a doutrina da comunhão eclesial e corresponsabilidade pastoral:

- as decisões gerais vão à Assembléia ou à Comissão Representativa;
- a execução vai à Presidência e à Comissão Episcopal de Pastoral, a cujo serviço está o Secretariado Geral.

Além desses órgãos propriamente episcopais, surgem os órgãos de participação de outras tarefas e serviços eclesiais associados pela reflexão e crítica às responsabilidades decisórias dos pastores:

- a Comissão Nacional do Clero

- a Comissão Nacional de Pastoral

Num contexto de corresponsabilidade, as atividades de cada um são avaliadas criticamente, no âmbito de sua competência pelos diferentes órgãos, através de encontros e reuniões. Isto exclui as atividades isoladas e arbitrárias que resultam em detrimento da unidade.

### **1980**

O atual Estatuto da CNBB, aprovado pela Santa Sé a 19 de janeiro de 1980, e o Regimento, aprovado em fevereiro de 1980 pela Assembléia Geral, relançam de forma ainda mais clara, concisa e explícita as mesmas direções anteriormente encontradas em sua evolução: uma viva preocupação pastoral e uma consciência lúcida de colegialidade, sob a forma de comunhão e corresponsabilidade. O que se busca é desenvolver uma pastoral qualificada, reforçando-se a comunhão e a participação dos membros e adequando as próprias estruturas às urgências pastorais do País. Uma menção para a distinção entre Órgãos Institucionais (Assembléia Geral, Conselho Permanente, Comissões Episcopais Regionais, Presidência, Comissão Episcopal de Pastoral, Secretariado Geral) e Órgãos Subsidiários (Comissão Nacional do Clero e Comissão Nacional de Pastoral). A subsidiariedade destas comissões põe termo e define uma tentativa inédita desde 1971 de concretizar a comunhão e corresponsabilidade com o povo de Deus atuante na pastoral. A tentativa consistia em contar na Conferência, com títulos diversos, com representantes dos presbíteros, religiosos e leigos, como reflexo do que se vive concretamente entre pastores e fiéis, ao refletir e decidir, ao executar e avaliar o trabalho evangelizador em todos os níveis da Igreja no Brasil. A questão foi dirimida pela Santa Sé nos termos acima indicados.

## ANEXO: 2

### ENTREVISTA COM DOM PAULO EVARISTO ARNS LARGO SÃO FRANCISCO - 17/12/1998

Fabio: Dom Paulo antes de entrarmos na questão do Regime Militar e de repente, quanto à posição da Igreja Católica nesse período da história brasileira, eu gostaria de saber qual era o posicionamento da sua família na época, quando ocorreu a deposição de Jango?

Dom Paulo: A minha família era toda composta de estudantes, não é e depois era papai e mamãe que viviam dos seus trabalhos, de maneira que eles não tinham propriamente uma posição política outra senão aquela de trabalhar em favor do Brasil .

F: Na época em 64, no início do Regime Militar, o Srº estava desenvolvendo atividades aonde?

D. P: Em 64 eu estava m Petrópolis, desde 55 até 66, eu fui professor de Petrópolis, na Faculdade de Teologia e na Universidade Católica.

F: Quem na época se destacava como representações políticas? Quais as pessoas que o Srº. tem lembranças?

D.P: Bom, lembrança naquele tempo, a gente tinha muito viva do Juscelino Kubsticheck , do Jânio Quadros, não é? Também do Dutra, ainda se lembrava do Dutra, vê tem muitas pessoas assim, que tiveram uma influência comum, mas era quem mais se distinguia, era o Carlos Lacerda porque eu estava na, no Rio, no Estado do Rio né?

F: E quando o João Goulart assumiu, com a saída do Jânio Quadros, como o Srº. interpreta a deposição dele?

D.P: É, o Jânio Quadros nunca me falou diretamente do motivo, por que ele deixou o governo, ele só dizia sempre que eram forças ocultas. Eu acredito que ele tenha desejado todo o poder, e os é, é militares e os parlamentares perceberam isso, e não aceitaram a posição dele.

F: E logo em seguida quando o João Goulart assume, aquele período que ele fica até o momento em que os militares vão tomar o poder o Sr. interpreta de que maneira? Qual a opinião do Sr. sobre o governo do João Goulart?

D.P: O João Goulart eu conheci mais de perto, porque ele ficou doente, ficou em Petrópolis, onde eu era professor, e lá ele se mostrou como uma pessoa muito bondosa, mas fraca para o governo.

F: E quando os militares naquele movimento em Abril de 64 tomaram o poder, como o Sr.º. esperava, via expectativa de mudança, com a saída do João Goulart e entrada das forças armadas...

D.P: Num primeiro instante, todos pensaram que fosse para por disciplina e haver um pouquinho mais de ordem no Brasil, e parecia haver uma frouxidão do Goulart, a respeito de movimentos aham, reivindicatórios.

F: Naquela época quando Jango saiu, vários segmentos da Igreja Católica apoiavam as forças armadas, inclusive podemos lembrar daquelas manifestações populares, as Marchas pela família com Deus e pela liberdade, como o Sr. encarou esses fatos?

D.P: Olha, aqui em São Paulo mais que no Rio de Janeiro, que houve esses atos de apoio à, à por exemplo a marcha da família, etc. No Rio de Janeiro a questão era muito mais tranqüila, mais calma, porque ela acabava de ser a capital do Brasil, e Brasília que começava, a..., a concentrar as, as atenções do povo.

F: Com os militares no poder, quais fatos o Sr. destaca como os mais marcantes, da administração militar no Brasil?

D.P: ( breve silêncio ).Bem é muito difícil dizer...

F: Na sua opinião.

D.P: É , é eu falei diversas vezes com o governador de Minas, que, é, começou a marcha, por ....do Rio, eu fui mesmo ao encontro deles, dos soldados para ver se precisavam de socorro, é, religioso, que é, o, Magalhães Pinto, me disse que, ele me disse diversas vezes que ele podia ter sido nomeado naquele momento, como o Presidente da República, se ele tivesse aceito, mas ele achou que os, é militares que estavam sendo propostos sobre tudo, como é que era o nome do primeiro presidente, ainda .....

F: Castelo Branco.

D.P: Pelo Castelo Branco era uma pessoa de muita serenidade e também de uma firmeza branda.

F: E a população toda apoiava os governos militares?

D.P: Não, a população estava dividida desde o começo embora eu tenha feito viagens de carro, por toda parte do Rio e São Paulo, e eu via a população ela estava amedrontada e não sabia o que estava acontecendo.

F: Ah sim, havia opositores ao Regime?

D.P: Claro, havia opositores desde o começo, sobretudo, a oposição começou e começou dentro de mim, assim como de tantos outros, quando houve as chamadas

cassações, cassação de pessoas que eram certamente beneméritos do Brasil, como os presidentes Kubsticheck e depois também os parlamentares mais conhecidos, etc, aí começou a oposição real e constante.

F: O Srº teve uma participação muito grande na vida religiosa e política do Brasil nesse período, o Srº deve ter conhecido pessoas que tiveram problema com o governo militar, os vários casos que o Srº teve contato, o Srº destaca algum?

D.P: Não, eu...

F: Ou algum acontecimento sei lá.... então.

D.P: Não, eu não era bispo.

F: Ah, sim.

D.P: Antes de ser bispo eu não tinha grande influência no Brasil, porque eu era escritor e era, era, professor, então eu só me lembro que a JOC, Juventude Operária Católica, que era dirigida por mim em Petrópolis, ela teve dificuldades desde o início com a Revolução e a gente procurou a defende-la de toda maneira possível e ninguém deles, dos meus ao menos, ninguém foi preso.

F: Mas outros componentes da Igreja foram presos?

D.P: Houve, houve, diversas pessoas que foram presas, sobretudo em Minas Gerais em Belo Horizonte e também no Rio de Janeiro.

F: O Srº destaca alguém?

D.P: Não..

F: Não? E as pessoas eram presas por quais motivos?

D.P: Eram presas porque lutavam em favor da pobreza, em favor dos operários.

F: Hum, então, esses movimentos aí, que estavam compartilhando com esses líderes ou com essas pessoas que compunham a igreja, tinham uma fundamentação nas suas vidas contra os governos militares, elas foram oposição contra os governos militares?

D.P: Sim. Eu, digo, naquele tempo, eu não tinha influência maior sobre o Brasil, porque eu cuidava de sete favelas em Petrópolis e dava aula em duas faculdades, de maneira que me ocupava muito pouco com política, mas, é estava sabendo que a, a, os movimentos católicos, da JOC, JUC e outros estavam sendo visados pelos militares, como também Dom Helder Câmara.

F: No início da década de 70 o Srº veio à São Paulo?

D.P: Não eu vim à São Paulo em, ahm, maio de 1966, em 1970 eu me tornei arcebispo. Em 1973 eu fui nomeado cardeal.

F: E qual foi o relacionamento de Srº com os governos militares, com essa perseguição aos opositores aqui em São Paulo?

D.P: Aqui em São Paulo, no início eu era bispo auxiliar da região norte e quem tinha os relacionamento era o cardeal Agnelo Rossi, não era eu. O meu relacionamento começou em 1970 na, em Outubro, 22 de Outubro que fui nomeado arcebispo e tomei posse em 1º de Novembro, dia de Todos os Santos, daí para a frente e que tive relacionamento, antes muito pouco, só por ordem do cardeal, que fui visitar os presos, fui confortar os dominicanos, fui ver aqueles, que, ah, estavam presos por motivos, ah, quase que diria religiosos ou humanitários.

F: Essas pessoas que foram presas, que muitas vezes os Srº foi visitar, que compunham parte da igreja, é destacável também os casos do Frei Tito, Frei Beto. Qual....

D.P: Esses eu fui visitar na prisão mas por ordem do cardeal Rossi, não por minha iniciativa, cardeal Rossi é que queria saber se eles tinham sido torturados, eu fui verificar, haviam sido torturados, e, ah, de maneira muito cruel.

F: E o Srº se posicionou então diante de fato, transmitindo ao cardeal Rossi, uma maneira contrária ao que tava acontecendo com eles?

D.P: É claro, claro, todos nos colocamos ao lado dos que estavam sofrendo.

F: Qual a sua interpretação de uma maneira rápida por causa do horário, quanto ao governo militar, quando o regime se fechou e aí tornou-se uma linha dura?

D.P: Em 1968 quando começou o Ato Institucional nº 5, o AI-5, como se dizia naquele tempo e se diz ainda hoje, é, faz 30 anos exatamente, naquele momento é que a gente sentiu a perseguição aberta contra todos os que se movimentavam a favor da pobreza ou a favor dos operários, ou a favor das pessoas politicamente é, ah, divergentes da opinião do governo.

F: Então quando os militares assumiram, o Srº colocou que eles assumiram para dar uma seriedade, diferente do que ocorria com o João Goulart, usando as palavras do Srº, eles entraram no poder com a perspectiva de mudar alguma coisa que estava aí, é, que não era agradável à todos, por isso, eles assumem, essa mudança, mudança social fica facilitada quando ela vem de uma vontade política, só que essa vontade política, ela foi alterada durante o percurso dos governos militares, e na realidade se tornaram defensores de um chavão de Ordem e Segurança, né, então as mudanças na década de 60, 70, até início de 80 dependiam desses mantenedores do status quo, o Srº acreditava que as mudanças eram possíveis a partir deles?



D.P: Não, a gente logo percebeu que os governos militares, não estavam preparados para dirigir o Brasil, o que mais, parecia preparado, era o primeiro, e todos os outros, nos parecia à nós todos, como também parecem até hoje despreparados para governar o Brasil, tanto do ponto de vista econômico, social, quanto do ponto de vista sobretudo político e de participação do povo.

F: Como o Srº se envolveu na organização do Projeto Brasil Nunca Mais?

D.P: O Projeto Brasil Nunca Mais, foi o resultado de uma observação que nós fizemos desde 1970, até 1989, é 79, digo até aquele tempo quando começou um pouquinho mais de liberdade de imprensa, que foi conquistada devargazinho, de 75, 76, em diante durante o governo Geisel, então quando nós notamos que havia uma possibilidade de publicar, ah, os processos feitos pelos militares, assinados por eles e assinados também pelos que foram torturados ou sofreram com isso, nós achamos que poderíamos que sabe, copiar alguns processos, então junto com o reverendo presbiteriano Jaime Wright, nós dois sozinhos, sozinhos, sem intervenção de pessoa nenhuma, nós resolvemos tirar cópia de todos os processos que fossem possível, começamos por São Paulo, tirando cópia de 7 processos, depois de 10, depois vimos que era possível tirar de 20, em 20 e acabamos tirando de 93% de todo os processos, que foram mais ou menos 700 processos mas, com muita gente, quer dizer que eram processos ampliados.

F: Eram processos oficiais?

D.P: Só admitimos processos que fossem assinados, pelos quatro militares que eram sempre juizes, dois juizes soldados e a pessoa que fazia o depoimento, nunca tiramos cópia de um processo outro, ou nunca aceitamos depoimento de uma pessoa, mesmo que ela tivesse sofrido.

F: É, neste momento também no final da década de 70, há um movimento partidário, um movimento sindical que assume uma força muito grande, principalmente no ABC, inclusive a igreja coloca, algumas paróquias colocam a disposição os prédios à esses trabalhadores pra suas assembléias.

D.P: Isso foi depois de 78, 79, não foi antes de 70.

F: No finalzinho de 70.

D.P: Isso foi depois de 78, 79, nós estávamos muito ligados à todos os sindicatos dos trabalhadores, é, principalmente do ABC, mas também de São Paulo, então nós abrimos os salões de nossas paróquias pra que eles pudessem reunir-se porque as sedes deles tinham sido fechadas e nós, entre .....

(Interrupção momentânea, com a retomada em seguida)

D.P: Então depois de 79 é que nós cedemos os salões mas sempre dizendo que dois ou três membros da comunidade deviam estar presentes, para que o povo, assim, fosse

envolvido e também para que não dissessem que era uma concessão secreta. Era aberta, da comunidade.

F: Sim, isso foi muito importante para organização dos sindicatos aí neste período?

D.P: Era muito importante ver os sindicatos defendidos, mas era muito importante que o povo soubesse disso e participasse disso e que não fosse secreto.

F: Sim, o Srº via a relação do sindicalismo neste período com a formação logo posterior, do Partido dos Trabalhadores?

D.P: Ah sim, sem dúvida nenhuma que o Partido dos Trabalhadores vinham sendo elaborado dentro dele, certamente muito antes, mas, eu mesmo nunca tive nenhum relacionamento com a criação de um partido, mesmo porque a parte política me interessa menos que a parte humanitária.

F: Sim, quando houve a edição do Brasil Nunca Mais, e com a abertura política, começa vir a tona muitas questões do regime militar em si, do governo militar, hoje por exemplo a duas semanas, saiu na revista a Veja, destacando o pronunciamento de torturadores e outras coisas que saem na mídia, constantemente sobre este período, independente do que seja, de uma maneira geral o Srº acredita que essas versões elas são versões distorcidas que a mídia coloca, tentando formar uma opinião pública, ou realmente refletem o que ocorreu na época?

D.P: Eu, acho que normalmente, pelo menos aquilo que eu li, ao menos, refletem o que ocorreu na época, é muito difícil imaginar-se que eles possam exagerar, porque a tortura era realmente desumana e eu que sou historiador, na antigüidade, tirei até o doutorado na Sorbone, sobre estudos na antigüidade, eu nunca tinha ouvido, visto, qualquer coisa semelhante nos livros, a respeito no passado, que possa ser comparado com o que aconteceu em nossas prisões e com os nossos torturados aqui no Brasil.

F: Então de uma certa forma o Srº acredita que tudo que vem na mídia hoje, reflete o que realmente ocorreu?

D.P: Não posso dizer que tudo que vem na mídia, porque eu em primeiro lugar não controlo a mídia e em segundo lugar a gente não pode dizer que cada coisa foi verdadeira, porque não fui testemunha, não estive junto, não posso dizer que tudo esteja certo, só posso dizer que a tortura foi tão cruel como nunca havia sido na história mesmo da, da humanidade no passado.

F: A Arquidiocese de São Paulo possuía uma rádio que foi fechada?

D.P: Foi a rádio 9 de Julho ela foi fechada, depois que nós editamos, nós bispos do Brasil, do estado de São Paulo, melhor, nós editamos uma declaração que foi assinada ou votada, em assembléia Geral dos bispos do estado de São Paulo, chamado, chamada, é, é, Conselho de Paz, espere um pouco, é, é ... é, documento de Paz também não é, mas é

semelhante assim, Paz e é, é, uma denúncia de todas as prisões arbitrárias, sem ordem do juiz, eram também uma denúncia das torturas, era uma denúncia do desaparecimento de pessoas, e mesmo de morte de pessoas na cadeia, e esse documento de paz, foi, é, teve uma imensa repercussão em todo o estado de São Paulo, porque foi distribuído clandestinamente mas, em grande, grande, massa.

F: Então a Igreja tomou uma posição opositora ao regime em determinado momento?

D.P: Não a Igreja de São Paulo foi desde o primeiro dia contra as torturas as prisões, e tudo que havia de arbitrariedade, nós não nos omitíamos, por isso discutir ver qual era o melhor regime isso era com os leigos, mas os religiosos sempre disse, defenderam a integridade da pessoa humana, dos direitos humanos, chegamos a publicar um milhão e quinhentos mil exemplares, do, da, Declaração Universal dos Direitos Fundamentais do Homem.

F: Sim, realmente é algo muito interessante o que ocorreu, o Srº indicaria outras pessoas que estão em São Paulo e que viveram este momento com o Srº, que estavam próximas de repente do fatos, e que o Srº tenha um contato?

D.P: Sobretudo os dominicanos, frei Gilberto Gorgulho, e, os diversos dominicanos, estavam a par de tudo, porque me acompanhavam normalmente quando eu ia às prisões, ou quando eu ia para, ah, conversar com as pessoas, embora as conversas com os generais, é, que foram muito, muito freqüentes, porque eu reclamava quanto as prisões essas eu fazia sozinho, sempre sozinho e o general também ficava sozinho, de maneira que eram conversas pessoais e eram sempre com listas de presos que eles estavam torturando e que eu exigia que eles deixassem de torturar e soltassem.

F: Presos é: políticos?

D.P: Só presos políticos.

F: E como o Srº percebia a recepção que eles tinham com essa conversa com o Srº, com essas solicitações?

D.P: É dependia muito do general, o general Tanavarro foi o primeiro, ele aceitou todas as minhas conversas com facilidade, depois veio o general Humberto, chamado Chumbo, ele não aceitava praticamente nada, depois o general, deixa-me ver o nome dele, eu não me lembro agora, que foi deposto depois, pelo, pelo, pelo, presidente Geisel, esse também me ouvia sempre de novo, assim por diante, dependia sempre dos generais, mas normalmente eles atendiam ah, minha conversa de uma maneira ou outra, mas eu sempre tinha que ameaçar com a imprensa estrangeira, sobretudo com a BBC, a France Press e American Press.

F: Então houve um apoio internacional que colaborava com as solicitações do Srº junto aos generais, esse apoio internacional foi expressivo?

D.P: Foi muito, muito expressivo, foi decisivo, se não houvesse esse apoio internacional .....

(Interrupção momentânea, com a retomada em seguida)

D.P: Se não fosse esse apoio internacional, pouco teríamos conseguido.

F: Dom Paulo, eu, é, pergunto se o Srº tem alguma coisa a estar declarando quanto a isso, inicialmente que nós falamos?

D.P: Não, não, eu, eu, escrevi tudo, eu tenho, tomei nota de tudo, mas só vai ser publicado ou depois da minha morte ou quando eu achar que tem uma ocasião propícia para isso, todas as conversas com os generais, mesmo a evolução da igreja, a participação da igreja, e o que você disse tá muito bem, mas, não é ainda, a história da, é, da relação da igreja com o movimento revolucionário.

F: Sim, eu agradeço então Dom Paulo.

D.P: Tá.

F: E encerro a entrevista por aqui, muito obrigado.

D.P: Por nada.

## **ANEXO: 3**

### **ENTREVISTA COM DOM ANGÉLICO SÂNDALO REGIÃO EPISCOPAL BRASILÂNDIA/SP - 15/10/1999**

Fabio: Dom Angélico inicialmente o senhor poderia comentar como foi o processo de formação sacerdotal do senhor, quando foi ordenado para onde o senhor foi e quando veio para São Paulo?

Dom Angélico: Bem, eu comecei bastante cedo o meu processo, ingressado ao presbiterato, é fiz filosofia aqui em São Paulo, depois eu fui trabalhar em Ribeirão Preto, no Diário de Notícias, lá eu fiquei por dois anos. Depois eu fui fazer teologia em Viamão, perto de Porto Alegre no Rio Grande do Sul, é onde também, eu fiz comunicação e durante toda a minha vida de padre eu a exerci no ministério em Ribeirão Preto.

F.: Isso foi em quais anos?

D.A.: Cinquenta, sessenta a setenta e cinco, durante 15 anos, durante esses anos, eu fiz diversos trabalhos em Ribeirão Preto, com casais, movimentos de casais, movimento familiar cristão, equipes de Nossa Senhora, eu trabalhei na periferia de Ribeirão Preto marcadamente na Vila Carvalho, Vila Abranches e Vila Fraternidade, que nós construímos ao lado da Vila Branca ocupando as 120 casas construídas pelo governo João Goulart, durante os primeiros meses da Ditadura Militar, que nós ocupamos aquelas 120 casas, que lá estão ainda ocupadas, lá é a Vila Fraternidade. É com o movimento militar em 64 e a prisão do padre, do então padre Celso Ibson Cyllos.

F.: O senhor trabalhou com o Ibson?

D.A.: Trabalhei, mas quando ele deixou, por preso pela ditadura, a direção do jornal eu assumi a direção do Diário de Notícias e fiquei como diretor, até o fim de setenta e quatro, porque no início de 74 eu fui transferido para São Paulo, já como bispo auxiliar da Arquidiocese, mais ou menos essa foi a trajetória.

F.: O senhor vindo para São Paulo, o senhor assumiu a função de bispo auxiliar?

D.A.: Já, inicialmente na região Leste, toda a região Leste unificada, residindo no Belém, depois passei a residir no São Miguel e de lá fui transferido aqui na região Brasilândia.

F.: Quem o senhor destacava como principal, ou principais atores políticos na época do golpe em 64, durante o governo do João Goulart, quem o senhor tinha uma admiração?

D.A.: Bem, no contexto digamos de Ribeirão Preto onde eu trabalhava havia uma militância muito boa, eu sempre tenho muito medo de citar nomes porque a gente citando há a omissão, mas eu quero citar mais do que nomes os trabalhos que eram feitos é no, campo, campo-cidade, sobretudo na questão entre aspas, porque para nós era diferentes, Ligas Camponesas, é, o trabalho de arregimentação rural, também era uma liderança significativa lá em Ribeirão Preto era justamente o padre Celso Ibson de Cyllos, no

contexto nacional o próprio João Goulart, que levou o golpe, ele era uma liderança, o Brizola também no sul, eu fui eleitor do Brizola no Rio Grande do Sul então, então esses homens realmente estavam na testa, o Arraes havia grandes nomes...

F: Como o senhor interpreta a deposição do João Goulart?

D.A.: Coligação, coligação daquilo que de mais atrasado, das oligarquias nesse país, tanto das classes dirigentes da cidade com as oligarquias do campo, auxiliadas, apoiadas invadidas pelos Estados Unidos, pela CIA, então nada mais do que nada menos, do que um frear do avanço dos movimentos que queriam um Brasil mais digno, de acesso da população marginalizada e excluída à terra, à educação, à moradia, à escola, então eles quiseram frear e com a desculpa do perigo comunista, que aqui no Brasil nunca foi um perigo eminente, porque o que realmente sempre dominou esse país foi o sistema capitalista selvagem, desumano, retrogrado, responsável pelo analfabetismo de multidões, situação que ainda hoje perdura, em que multidões estão esfamiadas, crianças morrendo de fome, num país de dimensões continentais e de qualidade de terra altamente privilegiada no contexto mundial.

F.: Pensando a Igreja, Dom Angélico, como um corpo muito heterogêneo, naquela época como o senhor citou, existia uma campanha anticomunista e a Igreja em alguns pontos ela teve uma participação e apoiou essa campanha, com aquelas famosas Marchas da Família, com Deus e pela Liberdade, ocorreu isso em Ribeirão?

D.A.: Aquela época em Ribeirão Preto, o arcebispo era Dom Agnelo Rossi, muito querido, mas politicamente equivocado, é no começo realmente apoiou o movimento militar e participou da Marcha por Deus, pela Família e pela propriedade, era um equívoco. Depois fomos melhor percebendo que, realmente o movimento militar, não veio para libertar o Brasil do perigo comunista coisa nenhuma, mas veio para conservar privilégios daqueles que sempre dominaram econômica e politicamente este país.

F.: Então inicialmente o senhor o não apoiou essa tendência da Igreja e o senhor não era favorável à deposição do João Goulart?

D.A.: Felizmente eu sempre tive a graça de trabalhar nas periferias em Ribeirão Preto, a exceção de pouco tempo que fui cura da Catedral, eu morava na Vila Carvalho, durante muitos anos eu morei lá na Vila Carvalho e eu felizmente, eu digo felizmente porque foi uma graça de Deus, eu logo percebi que o que havia era golpe realmente, e golpe dos mais rasteiros na republiqueta brasileira, que fazia parte do contexto latino-americano em que militares apoiados pelas forças econômicas, davam o golpe, e dão o golpe, e hoje também darão o golpe se o contexto fosse outro, realmente a democracia é muito frágil, sobretudo quando nós sabemos que interesses gigantescos de ordem internacional marcam presença nesse país.

F.: E os militares pensando aí o final da década de 60 e no início da década de 70, até os seus meados foi se articulando uma oposição. O senhor tinha acesso ou conhecia pessoas que faziam oposição ao governo, inclusive pensando em São Paulo também?

D.A.: Ora, desde o começo, aqueles que estavam favoráveis às Reformas de Base nesse país, se colocaram em oposição à ditadura militar, ao golpe militar, essas oposições

tênués sempre foi se evidenciando, eu me lembro de uma fita gravada pelo Celso Ibson de Cyllos, para ser colocada na rádio 79, rádio Ribeirão Preto, existe essa rádio ainda lá?

F.: Não é 89?

D.A.: Não é 79, bom, eu acho que com os anos ela evoluiu para 89, então se eu não me engano, se a memória não me trai, era 79. Ele convidava o povo equivocadamente a resistência, porque dizia ele naquela gravação que a gurilada, os militares, não permaneceriam no poder mais do que uma quinzena, permaneceram vinte anos, um pouco mais.

F.: O processo da oposição, quando o senhor chegou aqui em São Paulo, como é que ela estava organizada?

D.A.: Aqui em São Paulo, quando eu cheguei, realmente, a ditadura pesava, duramente sobre o povo e tudo aquilo que era oposição, era simplesmente, selvagemmente reprimida, eu me lembro que foi no dia 4 de maio, de novembro, de que ano eu não me lembro agora, 68, em que eu estava acabando de celebrar a missa na Igreja de São Benedito, e pararam lá o carro da polícia e me levaram para a delegacia na rua Duque de Caxias, se não me trai a memória, e lá eu fui inquirido a respeito do jornal, de artigos inocentes que eu escrevia, um deles, Meditação um artigo diário e outros comentários absolutamente inocentes e depois inúmeras vezes eu tive que responder processo aqui, no 2º Quartel Militar vindo de Ribeirão Preto, e as alegações eram jornais, cópias do Diário de Notícias que mandavam para cá, não somente as forças diretamente ligadas à repressão, mas outros civis também, que faziam coro à repressão e que equivocadamente, ignorantemente, não conheciam coisa nenhuma de política e doutrina social da Igreja confundiam o ensino profundo da Igreja com teses marxistas. Então quando eu cheguei a São Paulo, eu cheguei num contexto de repressão forte.

F.: O senhor já tinha uma ficha na polícia quando chegou a São Paulo?

D.A.: E quem me favoreceu a anulação desta ficha foi um delegado de polícia que, Celso Camargo, ele foi delegado de polícia em Ribeirão Preto, meu amigo, um cidadão prestante e que depois foi delegado aqui em São Paulo e morreu assassinado, num assalto lamentavelmente, ele se encarregou com outros companheiros aí da, do aparato das informações, de queimar meu arquivo, porque inclusive eu estava sem possibilidade de tirar carteira de identidade coincidiu a minha vinda para cá, com o assassinato no presídio do Manoel Fiel Filho, do Partido Comunista, também logo depois com o assassinato na prisão do jornalista Wladimir Herzog, a missa de 7º dia no Parque Guarani, pró-Manoel Fiel Filho, eu que officiei, o culto ecumênico celebrado na Catedral da Sé e presidido pelo Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns e pelo Rabino Henri Sobel eu fui o comentarista daquele culto e depois em 79, justamente hoje, em outubro deste ano a 20 anos atrás o bárbaro assassinato do operário Santo Dias que fazia parte da minha equipe de Pastoral Operária aqui em São Paulo, nós nunca oferecemos resistência que não fosse a resistência da verdade à Ditadura Militar, ao clamor de Justiça, sabendo outro que havia também havia resistência armada e a violência, então o país viveu um país de guerra, porque realmente as torturas foram uma constante naquela época.

F.: E como na época o já sendo bispo o senhor interpretava a prisão dos padres e componentes da Igreja?

D.A.: Bom, isso para mim eu sempre vi com muita naturalidade, porque uma condição de autenticidade do discípulo de Jesus Cristo, sofrer perseguição por amor à justiça, então eu sempre tenho medo de uma Igreja que não sofre perseguição, eu sempre tenho medo de uma Igreja que se acomoda, não de uma Igreja que luta pela armas da verdade, da misericórdia da solidariedade, por uma sociedade mais justa e solidária, eu vi, por exemplo, o operário Valdemar Rossi, com o corpo com as marcas da tortura, no Instituto Médico Legal, eu pude visitar com Dom Paulo Evaristo, o corpo nu do operário Santo Dias, eu nunca vi na minha vida uma imagem mais viva de Cristo morto, do que o operário Santo Dias, repito que fazia parte da minha equipe de Pastoral Operária aqui na Arquidiocese de São Paulo, era um homem eminentemente pacífico, mas na resistência, na resistência democrática em postura, resistência democrática à concentração de renda nas mãos de poucos e que foi, eu vi aquele corpo e fiz a comparação com o corpo de Cristo porque assim como, o corpo morto do Cristo foi varado pela lança do soldado, o corpo de Santo Dias, também foi varado pela bala do soldado, colocado a serviço da repressão na greve que então havia dos metalúrgicos em 79.

F.: O envolvimento do Senhor como o de outros bispos com a greve em 78, 79, ela ocorreu de que forma?

D.A.: Ela ocorreu num sentido em que nós estávamos, eu estava particularmente à frente, à frente não, eu era integrante como bispo assistente da Pastoral Operária na Arquidiocese de São Paulo, e os nossos militantes estavam muito presentes no Movimento Operário, eu volto em insistir, nunca, ninguém, da Ditadura Militar teve argumento sério de que a Igreja estivesse envolvida em qualquer coisa de violência, na questão de enfrentamento com a ditadura militar, agora o nosso enfrentamento sempre foi com as armas da verdade da justiça, na defesa da dignidade da pessoa humana, da liberdade de expressão, de manifestação, isso era absolutamente cerceado não obstante isso, nós íamos à praça coalhada de soldados com cães, metralhadoras, nós simplesmente íamos à praça sim, para na medida do possível manifestar que nós não estávamos de acordo com a tortura, com a subserviência do Brasil aos militares, nós acreditamos nos ideais democráticos.

F.: Quando ocorreu o fechamento dos sindicatos e as perseguições dos principais líderes, algumas Igrejas citadas por Dom Paulo, elas ofereciam os prédios para as assembleias dos trabalhadores, isso ocorreu também na sua região?

D.A.: Muito, a região Leste, viveu realmente momentos muitos significativos, as nossas Igrejas, salões paroquiais, sempre foram e queira Deus continuarão abertas ao povo e, sobretudo ao povo excluído e queira Deus, não conheçamos mais ditaduras, opressões de qualquer ordem e de qualquer ideologia neste país e se acontecer eu espero que a Igreja seja um reduto na defesa da liberdade da dignidade da pessoa humana, porque o caminho da Igreja passa pela pessoa humana, é esse o caminho da Igreja.

F.: Coincidentemente aqui, a residência do Senhor ela está muito próxima de onde era a Rádio 9 de Julho e de onde vai ser, é aqui no mesmo prédio quase, a Rádio que vai ser reinaugurada.



D.A.: Não, a Rádio 9 de Julho já está em pleno funcionamento, já está ocupando nessa altura, muito embora em caráter experimental de funcionamento ela já está, numa classificação muito privilegiada de audiência aqui na cidade de São Paulo, a Rádio 9 de Julho, eu não estava ainda aqui em São Paulo, quando o Regime Militar a cassou, mas durante a repressão o Jornal de que sou ainda hoje diretor aqui em São Paulo, “O São Paulo” ele foi freqüente vezes censurado houve até um número que foi falsificado, falsificado e distribuído nas paróquias, então páginas foram censuradas durante o Regime Militar e a Rádio 9 de Julho, agora foi restituída à Igreja e à esta pessoa extraordinária, de um valor extraordinário no cenário nacional e um profeta na América Latina, um homem pelo qual o Brasil tem um dívida enorme da defesa dos ideais democráticos, que andou pelos porões das prisões para visitar padres e militantes, um homem que acolheu na Cúria Arquidiocesana de São Paulo na Avenida Higianópolis, presos políticos, seus familiares e lhes deu o melhor apoio, que estabeleceu aqui a Comissão de Justiça e Paz que apoiou a formação da Pastoral dos Direitos Humanos, que é Dom Paulo Evaristo, então realmente a Rádio 9 de Julho, foi restituída à ele e já está em funcionamento nos próximos dias nós vamos ter a inauguração oficial da 9 de Julho que está colocada à serviço das causas populares, da evangelização e da dignidade da pessoa humana.

F.: Quando o Senhor veio à São Paulo já assumiu o jornal “O São Paulo” como diretor?

D.A.: Não quando eu vim prá cá foi depois de um tempo, que memória agora me trai, mas já há muitos anos que eu estou a frente como diretor do jornal “O São Paulo”.

F.: Os censores ficavam lá no jornal, na gráfica?

D.A.: Não eles, contrariamente do faziam em Ribeirão, em que eles colocavam metralhadora na frente do jornal e desciam as portas do Jornal, aqui nós tivemos censuras posteriores, nós tivemos alguma matéria também previamente censurada, mas nunca tivemos a presença assim ostensiva de militares lá dentro.

F.: Os Militares quando assumiram o poder, eles assumiram denominando-se revolucionários e pensando uma revolução ela propunha mudanças e como eles eram mantenedores do estado, então o Senhor já deixou claro, mas só para confirmar, eles não possibilitavam mudança alguma?

D.A.: Os Generais, os Militares e os Marechais que fizeram essa, este negócio aí, eles não foram revolucionários coisa nenhuma, eles foram golpistas, eles deram um golpe militar, eles depois se estabeleceram ditatorialmente nesse país e através de atos institucionais, sobretudo o Ato Institucional número 5, eles realmente tiraram toda a máscara e exerceram ditatorialmente seu poder nesse país, eu não tenho nenhuma admiração por aqueles que deram o golpe militar nesse país, os meios poderiam ser outros e se devem ser sempre outros, o povo brasileiro jamais foi comunista, jamais estaria de acordo com o domínio comunista, que nunca teve perigo aqui no Brasil de dominar, nunca, que graças a Deus nunca teve, porque o comunismo é uma ditadura e eu não tenho nenhuma admiração pela Ditadura Marxista que se estabeleceu no Leste Europeu, sobretudo, que ainda hoje persiste em países como a China e com Cuba, eu não tenho nenhuma admiração, mas também é preciso que a gente diga, tenha a santa paciência, não foram revolucionários coisa nenhuma foram retrógrados, a serviço da contra pacífica

revolução, como por exemplo, reforma agrária, esse país ainda hoje não conhece a reforma agrária, esse país ainda hoje ostenta o número elevado de analfabetismo, onde é que houve a revolução, houve um movimento militar golpista, que retardou a modernização desse país e que cerceou lideranças muitas lideranças, que são de um valor inestimável para qualquer nação.

F.: Dom Angélico, pensando no tema do Jornal ontem quando estava pesquisando o arquivo parece-me que a partir de 80, ou uma data muito próxima, vocês conseguiram sobrepor a censura que existia, até porque estávamos na época da abertura política? O Jornal muda, uma observação minha, ele tinha uma linha, que quando houve essa abertura, esse rompimento da censura, essa linha foi reafirmada, observava vários artigos como que verdadeiros auto-falantes do povo lutando contra a opressão, contra os resquícios da repressão que havia sofrido, listas de desaparecidos, propagandas do Movimento Contra a Carestia, propaganda do movimento do operariado, das Greves, a Igreja Convoca a população a apoiar a Greve porque a Greve é legal. Diante de tudo isso o senhor tinha uma participação, como é que se articulou esse movimento sindical sendo muito apoiado pela Igreja e o surgimento de um partido político dentro dele?

D.A.: O movimento operário, ele estava muito bem organizado, ele era forte, a conjuntura política também favorecia a organização, o robustecimento do movimento operário tanto antes como depois do movimento militar, quanto à resistência durante o movimento militar, aí foi mais um trabalho de resistência, tanto no campo como na cidade, como é que nós fomos trabalhando nesse meio, de apoio, a Igreja sempre teve postura, aqui na Arquidiocese de São Paulo liderada pelo Dom Paulo Evaristo, Dom Paulo Evaristo foi um homem absolutamente inamovível, a história vai registrar que ele foi realmente um gigante que não se curvou um centímetro se quer diante da impostura, diante da ditadura, ele foi um homem de coragem, realmente um discípulo de Cristo, que recebeu dos lábios do nosso divino fundador as palavras, *tenho confiança não tenho medo*, então o jornal ele se colocou como as outras instituições de Igreja, na defesa dos ideais de justiça, solidariedade, de liberdade.

F.: A Igreja envolveu-se ou não com a fundação do Partido dos Trabalhadores?

D.A.: Bem, o Partido dos Trabalhadores inclusive, logo no início eu fui convidado, eu me lembro ainda, estava naquela reunião que aconteceu em Barueri, estava o Lula, Jacob Bittar, bom... As lideranças do movimento operário estavam falando do partido político, eu até mudei a minha opinião, do meu palpite equivocado então, eu achava que historicamente não era o momento de se formar um partido político dos trabalhadores, porque talvez isso viria a diminuir a força do sindicato, mas eu acho que realmente estava equivocado, a organização dos trabalhadores em partido político são uma força, e devem ir por aí porque a política afinal de contas e a política partidária é a ferramenta importante para a condição de reformas desse país, os partidos políticos comprometidos com o povo e lideranças também da Igreja entraram e entraram de cheio tanto nas cidades quanto na roça, na constituição do Partido dos Trabalhadores.

F.: E o Senhor não fazia nenhuma oposição a isso?

D.A.: Não, eu sempre respeitei na minha formação acadêmica a independência do movimento operário, acho que não é missão da Igreja e não foi felizmente tutelar o

movimento operário, ele tem a sua autonomia como a Igreja tem a sua autonomia, mas nós trabalhamos em parceria nas grandes causas pendentes à promoção da vida e da libertação do povo’.

F.: Quando ocorre o processo de abertura política, Dom Paulo e o reverendo Jaime articulam e editaram o livro, “Brasil Nunca Mais”, um projeto e um estudo sobre a tortura e assim por diante, a partir de então surgem várias pessoas desenvolvendo temáticas a respeito da abertura política e isso causou um impacto junto à população, o Senhor acha que no geral, a população comenta ou faz referência sobre a Ditadura, é algo que ela realmente viveu, ou o Senhor interpreta como um dos protagonistas da época, como uma influência da mídia a partir das várias versões moldando uma opinião pública a respeito dos militares?

D.A.: Não, eu acho que na realidade o povo brasileiro é um povo em geral não bem politizado, estamos a caminho, nós sempre sofremos ditaduras e junções de militares aqui e o processo democrático é lento, é histórico, é paciente, se nós temos analfabetos aos milhares nesse país, e políticos nessa nação deram ao analfabeto o direito ao voto e pouco se empenham na erradicação do analfabetismo é, que nós podemos dizer do analfabeto político, como já dizia Brecht, o analfabeto político realmente é de uma infelicidade muito grande e grande parte do povo brasileiro, não leu na época, como posteriormente à memória histórica é muito curta, não leu o que estava acontecendo e durante a ditadura os meios de comunicação estavam cerceados, homens, por exemplo, da envergadura de Dom Helder Câmara, durante anos não puderam aparecer tanto na imagem quanto o seu próprio nome não foi estampado nos meios de comunicação social, então não é tão simples, que o povo realmente forme a respeito dos acontecimentos uma idéia adequada, e depois nós sabemos que no Brasil o povo é realmente desinformado, não tem acesso à leitura, assiste certos programas televisivos que realmente são direcionados conforme a opinião pública para debate sadios e nós vemos também no panorama político, após o movimento militar, realmente muitos escândalos, muita corrupção que faz com que haja certo desalento por parte da população a respeito do próprio regime democrático.

F.: O Senhor então quando veio a São Paulo teve a sua ficha limpa e não teve novas passagens pela polícia? Na condição de bispo?

D.A.: Que..., aqui eu ainda tive algumas dores de cabeça quiseram me chamar para prestar declaração, depoimento no exército, mas o que a minha ficha foi, foi limpa porque eu perdi a minha carteira de identidade e depois para tirar outra eu não conseguia, porque o parecer lá, da ficha, os antecedentes me apresentavam como mais ou menos subversivo, eu nunca fui subversivo .....Um absurdo! Entende, absurdo, mas dizia Dom Helder Câmara, *se eu dou o pão para quem me pede e está com fome, me chamam de santo, se eu explico porque é que está faltando o pão me chamam de comunista*, era uma atitude irracional que havia na época, a caça as bruxas, eu não quero ser ingênuo não, havia gente que por convicções ideológicas, se alinhavam inclusive no movimento armado, nós tivemos aqui confrontos sérios, nunca é claro capazes de colocar nem antes, nem durante e nem depois um perigo a estabilidade, antes do regime democrático do João Goulart e depois de colocarem em perigo a estabilidade da Ditadura Férrea Militar, tanto mais que se houvesse qualquer perigo logo, os Estados Unidos fariam uma visita armada, aqui ao Brasil, para garantir os militares no poder.

F.: Dom Angélico foi a Igreja que permitiu os Movimentos Populares, ou foram os Movimentos Populares que permitiram a Igreja, ser esse aparato à população marginalizada e que lutava por melhores condições na Ditadura?

D.A.: A Igreja é povo de Deus, .... então muito de nossos militantes estavam no Movimento Operário, estavam na organização do campo, eram Igreja. Era a Igreja tanto quanto o bispo, um camponês é tanto Igreja quanto eu, um operário é tanto Igreja quanto o cardeal, esses homens, mulheres estavam realmente imersos no Movimento Operário, na luta, então eles são Igreja e por parte de padres e bispos, esses militantes sempre foram acompanhados e receberão apoio e assim como, realmente, aquilo que havia de sadio na resistência encontrou apoio de grande parte da Igreja, não da totalidade, mas de grande parte.

F.: E a totalidade que não apoiou esses movimentos populares e que não fez e não via com bons olhos essa resistência à Ditadura, como ficava?

D.A.: Eles ficavam ao lado da Ditadura Militar, eles apoiaram, achavam que realmente havia perigo do comunismo tomar conta do Brasil.

F.: Existia componentes do Clero que comungavam totalmente com esses grupos?

D.A.: Claro, grupos de, de...

F.: Esses grupos entre aspas que apoiavam a Ditadura ou que concordavam com a Ditadura?

D.A.: Claro, evidente.

F.: O Senhor lembra o nome de alguém?

D.A.: Não, não quero citar nomes.

F.: Assim, mas existia?

D.A.: Claro, claro, lógico que havia e não somente da parte de padres e bispos, mas também por parte de leigos e leigas, muita gente.

F.: Encerrando...

D.A.: Lá em Ribeirão Preto, por exemplo, o arcebispo de Ribeirão Preto de então, foi Felício César da Cunha Vasconcelos, ele declarou fora da comunhão eclesial, dois delegados de polícia que foram também cúmplices no aprisionamento da mãe Maurina, ela foi presa depois remetida aqui em São Paulo, depois ela foi trocada por um diplomata e foi enviada em exílio para o México.

F.: Ela foi uma dos 15 primeiros então?

D.A.: Eu não saberia dizer agora se foi dos 15, a Memória, eu peguei esse livro, que é a Memória de Maurina Borges, você não conhece esse livro, não foi publicado ainda, esse livro aqui tá ainda na espera de publicação, mas é de Ribeirão Preto.

F.: Dom Angélico, eu analisarei esse livro posteriormente, o Senhor teria logo alguma palavra algum assunto que eu não citei dessa fase ou sobre a participação da Igreja?

D.A.: Não, eu quero só te dar um abraço e desejar que você faça um bom trabalho aí entendeu, eu acho que no movimento de história o Brasil naquela época ele vivia num contexto, em que a América Latina vivia uma agitação realmente, uma agitação de esquerda e que houve a reação da direita, ou se você quiser, houve realmente o *status quo*, o poder estava constituído as oligarquias estavam dominando, e foi isso, foi aflorando o movimento de esquerda com marca marxista e de esquerda com marca cristã, a Ditadura simplesmente nivelou todo mundo e passou o trator em cima de todo mundo, é normal, eu vejo como normal isto, no movimento da história, agora acho que realmente para nós foi um atraso, um atraso, como todo golpe, venha de direita ou de esquerda, no sistema democrático é realmente um atraso, eu acho que nós pacientemente devemos amar realmente a democracia, alicerçar a participação do povo ninguém é salvador da pátria, é o povo realmente que caminha,. aqueles que dirigem devem realmente caminhar com o povo e servir ao povo, se há alguém que mereça estátua publica nesse país, não são coronéis, não são autoridades eclesiásticas, não são marechais, é o povo, é o povo brasileiro, este que realmente deve ser respeitado, e criarmos como nós temos possibilidade de criar e isso tarefa ainda hoje, um Brasil realmente livre, livre politicamente, hoje nós estamos muito atrelados ao poder, ao império do primeiro mundo, tem decisões econômicas que arranham a nossa dignidade, a nossa dívida externa, por exemplo, uma forma nova de colonialismo e de escravidão do nosso povo, os juros são extorsivos, são verdadeiros atos de pirataria em cima de nosso povo, da nossa nacionalidade, como nós precisamos de democracia também no aspecto econômico, é uma vergonha que não tenhamos nesse país, a democracia na terra, a participação nos lucros, uma democracia da riqueza, se concentra cada vez mais nas mãos de poucos e nós vemos cada vez mais o povo apodrecendo por falta de moradia, de escolas, de saúde. Então, evidentemente, esse panorama não coincide com os sonhos de Jesus, eu coloco minha vida para a realização desses sonhos.

F.: Dom Angélico, essas falas podem ser utilizadas na íntegra para a elaboração da dissertação de mestrado e serem publicadas?

D.A.: Meu filho, faça delas aquilo que você quiser, entendeu, tranqüilamente.

F.: Então tudo bem, eu agradeço e encerro a entrevista.

**ANEXO 4:**

**ENTREVISTA COM DOM. ANTÔNIO CELSO DE  
QUEIROZ**

**REGIÃO EPISCOPAL IPIRANGA/SP - 17/12/1999 -**

Fabio: Dom Celso, inicialmente antes de falarmos a respeito do tema da entrevista, conte-nos um pouquinho a história sobre a sua formação sacerdotal, episcopal, onde o senhor trabalhou?

Dom Celso: Bom eu, nesse tempo do Regime Militar, no começo em 64 até 75, eu fui do presbitério da Arquidiocese de Campinas, eu era de Pirassununga e Pirassununga pertencia a Campinas, fiz os estudos lá em Campinas, aqui em São Paulo, terminei meus estudos na Espanha, me ordenei padre em 1960, voltei para Campinas e comecei a trabalhar na Universidade Católica, dando aula de Doutrina Social da Igreja e Pensamento Social Cristão e outras matérias e também trabalhando com a juventude da Ação Católica, com a JEC, então eu vivi muito de perto os acontecimentos em 1964, o Golpe Militar e o que ele representou num primeiro momento em Campinas, até ele não foi muito truculento com relação as pessoas, eles tentaram fazer uma espécie de interrogatório e eu respondia um interrogatório, eles queriam tirar nomes das meninas que trabalhavam na JEC, eu disse que não sabia, com a maior cara de pau do mundo, naquela época não havia tanta truculência, então se a pessoa não queria responder, era um padre, até que um dia um superior militar chegou e acabou com aquilo, mas depois de 69, e ainda estava em Campinas dando aula na Universidade, aí a coisa, já foi bem mais difícil, alguns professores e nós mesmos tivemos que sair da Universidade, porque se criou um clima tal que o reitor foi muito favorável, era muito unido aos militares então, um bom grupo de professores deixaram a Universidade e algumas lideranças da Ação Católica, sobretudo de JUC, JOC foram também perseguidas e até detidas, mas digamos nós ainda não naquela truculência, que existia aqui em São Paulo, que existia no Rio de Janeiro, houve assim uma caça as bruxas, mas não houve assim torturas e coisas, que pelo menos nós soubéssemos naquele tempo, depois em 1971, eu fui para o Rio de Janeiro, então havia muita tensão, uma tensão muito grande, porque era aquilo, então a gente, sabia o que estava acontecendo em outras regiões do Brasil, quase que não passava um dia sem que a gente tivesse notícia de alguém que havia sido preso, de alguém que havia desaparecido aqui em São Paulo, no Rio ou em outras partes, ou de alguém que havia conseguido fugir, a gente mesmo protegia certos professores eu me lembro bem, trabalhava em uma instituição que foi muito visada, o Colégio Progresso Campineiro na época, nós adotávamos o mesmo método, do Ginásio Vocacional que depois foi até fechado totalmente, uma experiência educacional brilhante, fantástica, mas que os militares e os direitistas não engoliam, que a gente

era muito voltado para a realidade, a gente viveu uma tensão muito grande, um esconde as pessoas, leva para casa, leva prá cá, leva prá lá, mando um recado pedindo proteção para este ou para aquele, mas foi quando eu fui ao Rio de Janeiro, em 1971, daí para frente é que a gente acompanhou mais de perto, porque a CNBB, eu fui trabalhar na CNBB, era a caixa de ressonância de tudo que acontecia no Brasil, não só a própria CNBB foi diretamente visada, o Instituto Nacional de Pastoral, que era da CNBB, chegou a ser invadido, pelos militares por grupos militares, as pessoas desapareciam a gente sabia que ali no Galeão, Cenimar da Marinha, que aí cada grupo militar resolveu prestar serviço para a pátria, já que o serviço militar talvez não tivesse tanto serviço, então resolveu prestar serviço e realmente foi um momento dramaticamente negro, da história do Brasil, eu me lembro que a gente não conseguia imaginar, não conseguia aceitar que acontecesse aquilo, a gente tinha relatos de tortura, de perseguições, o próprio presidente o próprio secretário geral da CNBB, Dom Aluísio Lorscheider chegou a ficar detido, pelos militares, quando ele foi lá para, nessa invasão do, do Instituto Nacional de Pastoral e aí aquela pressão sobre os bispos, os bispos mais assim, conservadores cediam facilmente à essa pressão e até olhavam com certa desconfiança para os bispos que eram mais conscientes do que estava acontecendo e claro que os assessores da CNBB, nós éramos muito visados nesse ponto.

F: Dom Celso, interrompendo o Senhor um pouquinho, como que era o governo do João Goulart, que antecedeu a esse momento?

D.C.: Aí eu vou fazer uma análise rapidinha, pessoal, o João Goulart se colocava digamos nós assim na direção das transformações sociais das quais o Brasil necessitava e necessita até hoje, só que ele pessoalmente não era capacitado para isso, muito menos o grupo que o cercava, então eu acho que o João Goulart não era a pessoa de confiança, eu nunca votei nele.

F.: Quem eram as pessoas que o Senhor confiava politicamente?

D.C.: Naquela época, estavam surgindo as primeiras lideranças sociais que realmente tinham o que falar para o Brasil, me lembro da alegria, quando foi eleito aqui, o Carvalho Pinto, que era um homem ainda tradicional, mas era um homem correto, era o pessoal do PDC, Partido da Democracia Cristã, estava começando e alguns dos socialistas, mas socialistas, digamos nós, gente de cabeça, de dignidade e até um ou outro do Partido Comunista, a gente não iria votar porque havia alternativas boas, eu me lembro, da esperança que era o Franco Montoro, o Plínio de Arruda Sampaio, o próprio Fernando Henrique quando começou a despontar e outros assim, o Serra, eram lideranças que haviam passado pela universidade e com grande influência da Ação Católica, e também entre os operários entre as lideranças operárias, o Valdemar Rossi, já estavam despontando naquele tempo, já foi perseguido e torturado e haviam outros assim, então nós tínhamos esperança daquilo que estava começando e o forte era aqui em São Paulo, porque o Partido Democrata Cristã nasceu muito forte aqui em São Paulo, muito ligado a PUC e até a USP, então era o começo de liderança, o Jânio Quadros, também representava uma esperança contra o marasmo, contra o coronelismo, mas também completamente doidado, o Brasil nunca teve sorte, eu fico as vezes imaginando que eu vou morrer

sem ver o Brasil ter sorte, eu pensei que ele tivesse tido sorte com o Fernando Henrique, mas também não teve, por um motivo ou por outro eu não vou comparar o Fernando Henrique com Jânio Quadros e João Goulart, mas então quer dizer que sempre essa aristocracia, muito mais conservadora, que eu digo, que manda no Brasil, desde quando o Pedro Álvares Cabral chegou aqui, eu faço piada disso, dizendo que se você contempla o quadro da primeira missa no Brasil do Vítor Meirelles, você vê que tem poucos portugueses no quadro, porque já estavam dividindo as terras, estavam tomando conta das sesmarias, estavam isso aqui é meu terras, enquanto o Frei Henrique de Coimbra, celebrava a primeira missa, essa turma que sempre mandou e que hoje são essas forças de direita, as quais se aliou o Fernando Henrique com a proposta que só assim seria viável de governar, na verdade ele é dominado por eles. A certas figuras aqui, por exemplo o nosso vice-presidente que é um católico, dizem que até reza o breviário todo dia, ele vai morrer sem ostenta só um título, ele nunca conseguiu ser ministro de um governo comunista porque nunca houve aqui no Brasil, de tudo mais ele já foi, ministro ou vice-presidente ou líder da Câmara, ou líder no Senado, de tudo mais ele já foi, Jarbas Passarinho, então são esse pessoal assim, cujo a integridade pessoal a gente não coloca em dúvida, mas que tem uma cabeça, cabeça da elite dominante, então esses outros que surgiam no meio de fora, um Jango, mesmo o Getúlio, quando surgiu, um Jango, um Jânio, eles representavam sempre a esperança de algo novo e por isso que o povo de alguma maneira se deixava empolgar, mas todos eles decepcionaram profundamente porque não eram pessoas para isso.

F.: O senhor comentou que pessoalmente o Jango não estava preparado para administrar o país e naquele momento quando começou se articular as Forças Militares, como o Senhor encarou?

D.C.: A gente já sabia, que o problema não era Jango, o problema eram as reformas que o Jango queria, o problemas é que eles não queriam o que nós queríamos, nós também não queríamos Jango Goulart como também não queríamos o Jânio, quando ele começou a fazer as loucuras dele, então veja bem, não era tirar o Jango do poder, o problema era impedir que o país caminhasse na reforma agrária, que até hoje não foi feita, na reforma política, na reforma educacional, na reforma fiscal, quer dizer, você que se você erra no seu imposto de renda como aconteceu comigo a uns 5 ou 6 anos atrás, eu fiz um imposto de renda para uma pessoa que comprou um carro velho, e quem tinha um carro era obrigado a declarar o quanto ganhava, mas ganhava pouco mais que um salário mínimo, veio a correção, ficava faltando 4 cruzeiros na época, ele teve que pagar, agora se fica sabendo que os grandes bancos simplesmente sonégam imposto de renda, quer dizer a lei dos grandes e a lei dos pequenos. Era isso que estava em jogo, um país diferente, um país voltado para o povo e não voltado para uma falsa elite que não tem nada que vê, que agora vai passar o natal em Miami, via passar o natal, o natal é a festa da família, todo mundo que está longe vem, eles que estão aqui vão para longe, porque o interesse deles está em outro lugar, no mundo do capital, do dinheiro, do consumismo, hoje muito mais visível do que era então, mas a gente já percebia que na verdade o fato de que gente ter que dar aula de Doutrina Social da Igreja, me obrigou a estudar a formação histórica, social e econômica e política do Brasil, foi aí



que eu percebi as coisas, até então eu era um eleitor da UDN, da direita, sem perceber as coisas, não tinha noção das coisas, não existia análise da realidade, como aconteceu para muita gente da Igreja, que com boa vontade deixou levar por isso, assim como há outros que com boa vontade se deixam levar por uma revolução esquerdista que promete mundos e fundos depois quando se instala, não faz, esse pessoal com muito maior frequência com muito maior número deixa levar pelos de direita, em nome da ordem, era a Marcha com Deus, pela família.

F.: A minha pergunta era se o Senhor participou das Marchas com Deus, pela Família e pela Liberdade?

D.C.: Não, naquela época eu já tinha consciência dessas coisas, fiquei triste, me lembro de ter perguntado para alguém, porque naquela época não havia televisão como há hoje, que enfocava tudo hoje, qualquer coisa que aconteça no mundo você vê pela televisão, então a gente ouviu falar no rádio, um ou outro flash, não me lembro se já havia televisão projetando, já havia, mas talvez não foi grande coisa não, porque o governo também tinha a sua censura, como também depois os militares tiveram a sua super censura, mas eu me lembro que eu perguntei para alguém aqui de São Paulo, um colega meu padre, mas eu falei, *mas tinha pouca gente, não infelizmente tinha muita gente, mas muita gente, você não pode imaginar*. O povo se deixa levar, entendeu, medo, o terror que os meios de comunicação da época, a televisão que pertence à essa falsa elite, o jornais, as revistas os pobres não tem dessas coisas, quando algum político mais de fora do esquema, chega até um jornal, pode saber que ele enriqueceu muito e está dentro do esquema de novo, mas então foi assim, a gente viveu tempos difíceis, porque você via as bandeiras verdadeiras em mãos não verdadeiras, as bandeiras das reformas, as Reformas de Base como eram chamadas na época, em mãos de quem não ia fazer, ou de quem queria outros objetivos, então era uma situação social muito confusa, muito incerta, e a pior coisa que poderia ter acontecido na época a meu juízo foi o que aconteceu.

F.: E na época o Senhor tinha essa consciência?

D.C.: Assim, sem dúvida, na época eu estou dizendo para você que eu fui até chamado à responder um começo de inquérito em Campinas.

F.: E como foi esse começo de inquérito policial?

D.C. Evidentemente era militar, policial militar, evidentemente que a gente nunca imaginou isso, era um padre, professor da universidade, até então, quem era chamado pela polícia, pelos militares, era gente pobre, gente do povo, foi um susto, mas a gente foi confiando em Deus, eu tenho a alegria de não ter dito o nome de ninguém, simplesmente foi desconversado, claro, se fosse torturado eu não sei, me lembro até hoje, também não foi um sujeito que não teve grande sucesso na carreira militar, porque esse pessoal quanto mais troculento era, mais promovido era e esse aí eu nem lembro o nome dele, eu tenho até hoje a convocação, o bispo me chamou, conversou comigo, o bispo também não era muito aberto mas confiava na gente, e foi um pouco, as perguntas curiosas, como por exemplo, que não tinha nada que ver, *o que eu achava do Ademar de Barros*, que era um pessoal de direita outro de esquerda

como se dizia na época, embora esses jargões sempre ficam assim, tem uma turma que não cabe nem bem aqui, nem bem ali, então o pessoal distribui conforme a antipatia ou a simpatia, para um lado ou para o outro, foi assim no Rio de Janeiro, que era a sede da CNBB, havia nessa época, pra tentar de alguma maneira, porque eles não se conformavam que a Igreja, os bispos não apoiassem totalmente, sobretudo a CNBB, era uma coisa, era Deus, Pátria e Família, essas coisas de tradição, família e propriedade. Ah, eles não se conformavam que os bispos que tinham um pouco mais desconhecimento entre os militares e o pessoal de governo, consegui fazer uma, você encontra isso muito no livro de Dom Helder, da vida de Dom Helder, uma comissão mista de bispos e militares, que nunca levou a nada também, não podia levar e sobretudo quando em 1970, em Brasília, a CNBB pela primeira vez denunciou a tortura assim, nacionalmente aí a situação ficou bem mais tensa entre a CNBB e o Militares, a ponto de que até hoje bispos e os que não eram bispos na CNBB, no caso eu, até hoje nós somos olhados, os militares já morreram os outros já se esqueceram, mas dentro de Igreja, até hoje nós somos olhados por certas autoridades eclesíásticas, como sendo esquerdistas, esses últimos que ainda estão vivos, que sobramos daquela época, Dom Ivo, Dom Paulo, como Dom Helder.

F.: E por que a Igreja começa a tomar essas posturas a partir dos anos 70, quando foi o primeiro momento em que foi feita a denúncia contra as torturas?

D.C.: Eu acho primeiro, que um grupo de bispos dentro da Igreja, já tinha consciência disso, porque naquela época, foram nomeados muitos bispos que tinham sido assistentes de ação católica, e era ação católica através de seu método ver-julgar e agir, que ajudava a gente a tomar consciência dessas coisas, de partir da realidade e não de partir de idéias boas, mas que são só idéias. Então havia vários bispos, que eram de ação católica, tinham saído de ação católica, ou tinham trabalhado em ambientes em que as novas idéias do Concílio Vaticano II já eram muito presentes, me lembro por exemplo do Dom Valdir do Rio de Janeiro, Dom João Mota que depois foi para Vitória no Espírito Santo, nós aqui em São Paulo, mesmo com Dom Davi Picão, eram homens abertos, homens que já estavam, Dom Eduardo Kwaik, que foi assistente de JEC acompanhou muito, hoje é o bispo de Piracicaba, Dom Paulo aqui, Dom Benedito, Dom Helder, no Nordeste vários bispos, então esse pessoal já tinha uma consciência maior e a partir do momento em que a primeira proposta do tal Movimento Militar do tal, quartelada, se vestiu nós queremos lutar contra a corrupção, contra a subversão e não fez nada contra a corrupção e se instalou no poder sem nenhuma perspectiva, depois sobretudo em 69, consegui fazer o golpe militar, dentro do golpe militar aí, eu acho que mais pessoas dentro da Igreja tomaram mais consciência e quando surgiu rumor e as denúncias de torturas, aí Dom Paulo tem um mérito imenso, porque aí ele constatou, ele foi conversar com os que tinham sido torturados, aí o testemunho dele foi fundamental nisso daí, então a CNBB começou a ter segurança para começar a denunciar a tortura.

F.: O Senhor nunca teve contato direto com essas pessoas que eram presas, torturadas?

D.C.: Várias pessoas estão por aí hoje ainda, até tenho por princípio, agora já passou, mas no começo eu sempre que encontrava uma pessoa dessas, eu começava

pedindo perdão por pertencer a mesma humanidade que havia torturado, até mesmo as pessoas não gostam de falar disso, é uma situação tão terrível que eu acho que o torturador a gente pode perdoá-lo com imenso esforço de fé, jamais a gente vai aceitá-lo ou compreendê-lo, por isso eu acho que uma das piores coisas do atual governo, foi tentar nomear aquele fulano para secretário da Polícia Federal, coisa de louco, o Fernando Henrique que teve que sair correndo daqui com proteção da Igreja, senão teria sido torturado também, que inconseqüência, que leviandade de um presidente da república, qualquer pessoa inteligente, nem precisa ser boa, qualquer pessoa viva jamais faria isso, era uma chaga tão dolorosa que a nação tenta em vão esquecer, porque enquanto houver algum sobrevivente, ou algum, que sempre vai haver filhos, netos e bisnetos, essa mágoa jamais sai do coração, precisa de uma fé muito grande para se perdoar, compreendê-lo jamais porque é bestial, é bestial, eu compreendo muito mais um assassino do que um torturador.

F.: Em que pé estava São Paulo quando o Senhor chegou aqui?

D.C.: Olha, eu fui nomeado em 1975, portanto faz 24 anos, eu fui nomeado bispo auxiliar de São Paulo, na época que eu fui nomeado bispo auxiliar, 2 ou 3 haviam pedido que eu fosse ajudá-los e eu preferi atender o pedido de Dom Paulo, eu preferi São Paulo para ser indicado, não que quando você é nomeado bispo você pode escolher, não você bispo para determinado lugar, mas antes de ser nomeado pelo menos 3 bispos tinham me procurado, inclusive Dom Paulo, *não eu vou indicar você*, e eu falei eu prefiro ficar se é para ser bispo, eu prefiro ficar aqui na cidade grande onde as coisas acontecem e as pessoas precisam mais da gente, do que ser tranqüilamente bispo aí de uma cidade do interior, então eu vim para cá, quando eu fui nomeado, eu fui ordenado bispo dia 14 de dezembro, um pouco antes o Wladimir Herzog havia sido torturado e morto, eu ainda não tinha sido sagrado bispo, eu telefonei para Dom Paulo e disse eu vou aí, ele disse *não venha, você não vai acrescentar nada e vai se arriscar atoa, não venha, vai se arriscar atoa, a partir do ano que vem quando você tomar posse, quando você começar aqui, aí você esteja em tudo, agora não*. Então eu não vim aquele dia, entendeu, eu ainda estava ajudando um pouco na CNBB, e as últimas coisas, e Dom Paulo pediu que não viesse e depois o Manoel Fiel Filho, mas depois eu vim para cá foi em 76, então digamos nós assim, naquela época, o grosso da tortura tinha passado, a tortura foi aí em 68, 67 até essa época, 74 e 75, 76,... Então eu vim para cá, agora a senha que a gente era esquerdista, a gozação que saía de vez em quando que saía sobre tudo, eu me lembro do Jornal O Estadão se dava o luxo de comentar até o meu corte de cabelo, eu sempre fui meio relaxado com o cabelo, agora eu não tenho o que relaxar que eu tenho tão pouco, mas eu deixava o cabelo crescer eu nunca quis usar o cabelo cumprido, olha aqui a costeleta, só de preguiça, entendeu, ficava passando, passando e eles achavam que aquilo já era uma afronta à sociedade, um bispo daquele jeito, até o Estadão que era um jornal de porte, que se fosse um panfletinho, mas é gozado e logo depois eu fui nomeado, eu fui eleito para trabalhar na CNBB em 1978, a partir daí, quer dizer eu sou dos últimos que permanecem daqueles que eram indicados como bispo esquerdistas, e a gente sempre foi olhado meio assim com um olhar torto pelo pessoal de Igreja, que era um pouco mais de direita e até hoje é assim.

F.: E nesse momento nós observamos que durante a década de 70 houve a cassação da Rádio 9 de Julho e como ficou essa situação?

D.C.: Eu não estava em São Paulo ainda, eu estava com Dom Paulo quando foi a censura no “O São Paulo”, o Estadão, você chegou a ver uma edição da época, depois até o Estadão ficou contra o governo, aí o Estadão era contra a Igreja e contra o governo. O Estadão punha receitas culinárias nas páginas censuradas e O São Paulo punha: “Leia e assine O São Paulo”, “Leia e assine O São Paulo”. Eu estava com Dom Paulo fazendo uma estação de águas, que ele tem o mesmo problema renal que eu, de pedra nos rins, quando veio a notícia por telefone que tinha sido suspensa a censura ao “O São Paulo”, deve ter sido por volta de 80, Deus Meu! A Rádio 9 de Julho em todo o período do Sarney, foi prometido que ia ser devolvida e não foi devolvida, nunca entendi isso. São dessas coisas que qualquer político esperto faz entendeu ? Sem precisar fazer corrupção nenhuma, era uma coisa justa, tinham tirado, devolve e ganha os dividendos políticos desse gesto, eu não entendo como certas pessoas são políticos, eu comentei agora a pouco a história do Fernando Henrique, agora o Sarney o tempo inteiro, 8, 6 anos não consegui, o presidente da república dá a concessão, eu não consigo entender isso.

F.: Nesse período quando o Senhor estava em São Paulo e já crescia o movimento de abertura, destaca-se uma greve que ocorreu no final da década de 70, inclusive espalhou-se, mas declarou-se muito na região do ABC, o Senhor estava em qual região Episcopal?

D.C.: Aqui mesmo no Ipiranga.

F.: E aqui houve o envolvimento com essa greve?

D.C.: Houve, porque nós tínhamos aqui uma liderança muito forte da Pastoral Operária e eu me lembro que estava em uma reunião em Brasília quando foi morto o Santo Dias, eu não estive no sepultamento do Santo Dias, porque nessa época eu era, não me lembro, secretário geral da CNBB, mas eu estava em um reunião, deve ter sido final de outubro, final de Novembro, eu estava em Brasília e a gente muitas vezes, nós fizemos reuniões aqui em São Paulo, os bispos e até uma vez Dom Cláudio veio, nós fizemos um ato comum, até então, os operários do ABC faziam seus atos lá e a Pastoral Operária de São Paulo fazia seus atos aqui, mas naquela época foi tão difícil que eu me lembro que eles se uniram num ato comum na praça da Sé e daí estava Dom Paulo, estávamos nós e estava Dom Cláudio que também era bispo em Santo André, aí já estava surgindo o Lula, essa liderança toda que depois já estavam fundando o PT, eu me lembro de ter participado de uma reunião dos bispos, em que o Lula e não me lembro mais quem foi falar, o Lula e o Jacó, aquele de Campinas, que foi prefeito de Campinas, Jacob Bittar, os dois foram explicar, trocar idéias conosco do que deveria ser um partido novo, um partido, digamos, mais de esquerda, no bom sentido, mais de operários, de intelectuais e de lideranças.

F.: A atuação da Igreja foi importante então para o sindicalismo naquele momento?

D.C.: A foi, sem o apoio da Igreja, eu acho que por mais forte que fosse o sindicalismo aqui do ABC, não teria, eles reconhecem isso, eles reconhecem isso, o

apoio da Igreja foi, eu não sei se foi determinante para sustentar, mas que foi muito importante, que certamente sem o apoio da Igreja eles teriam sido desbaratados, de um jeito ou de outro, teriam sido, essa é a impressão que eu tenho.

F.: O Senhor lembra de algum momento que diretamente apoiou o sindicalismo aqui na região, algum ato?

D.C. Muitas vezes a gente comparecia e a gente assinava cartas apoiando, geralmente a gente fazia em conjunto aqui em São Paulo, essa era uma força nossa também, a gente nunca deixava um bispo sozinho, naquela época, Dom Angélico era o bispo responsável pelos Operários, a gente nunca deixava um bispo sozinho, atuando, nós nesse ponto a gente era muito, nós éramos um colégio um grupo, que assumíamos juntos, apoiando, com Dom Paulo a frente inclusive.

F.: E como ficou então, quando desse sindicalismo surge o PT, como fica a relação da Igreja com um partido de oposição?

D.C.: Digamos nós, o PT é um partido político, a Igreja de si não tem e não é um partido e não tem um partido, o que não significa que os membros de Igreja ..... Então interessa para eles fazer essa confusão, provocar essa confusão, porque eles evidentemente são do *status quo*, e queriam enfraquecer todas as propostas que fossem o contrário, mas veja bem a Igreja apoia, é um pouquinho aquilo que eu dizia para vocês.

F.: Dom Celso o senhor comentava que a mídia era responsável por fazer ou não certas situações e hoje após todo esse período, o senhor acha que a mídia está fazendo realmente o que aconteceu, buscando várias versões, como o senhor vê isso?

D.C.: A mídia, a mídia começou a se assustar quando a tortura chegou lá também, quando a tortura chegou aos próprios jornalistas, no caso do Wladimir Herzog aí, a tortura chegava também a classe média alta, torturando políticos e universitários, houve um momento em que o país tomou consciência e respirou aliviado com o final, a volta à democracia, eu acho que o pessoal que tá bem de vida, tem memória curta, é como o pessoal que é rico, sofre na hora do terremoto, mas depois em 02 meses levanta tudo de novo e continua vivendo como se nada tivesse acontecido, eu acho que a mídia continua devendo para o Brasil, para o povo brasileiro, uma tomada de posição sobre a realidade verdadeira que nós estamos vivendo, nós não estamos vivendo o melhor dos mundos, certa parte da mídia atualmente critica politicamente o Governo, é até capaz de falar que o governo socialmente não caminha, mas na hora que o governo quiser caminhar para valer, duvido que esta mídia esteja ao lado do governo, porque eles fazem parte dessa elite, os meios de comunicação no Brasil pertencem a 4 ou 5 famílias, 6 famílias no máximo, televisão, o rádio, jornal, a vergonha começa por aí, como os meios de produção pertencem também à meia dúzia, então é muito difícil esse relacionamento entre a mídia e o poder, de um lado a mídia naquilo que interessa para criar notícia, se ela tem um força muito grande para levantar casos de corrupção, de desvios políticos mais graves, mas por outro lado, como os proprietários da grande mídia, veja a rede Globo por exemplo, a rede Globo fez a cabeça do Brasil durante a Ditadura, um dia telefonaram para mim perguntando se eu queria a bíblia gravada em

disco na voz do Cid Moreira, falei, primeiro não quero porque eu prefiro ler a bíblia, segundo, ouvir algum trecho da bíblia eu até gosto de ouvir, mas jamais eu ouviria a bíblia lida por Cid Moreira, porque Cid Moreira leu o avesso da história do Brasil, durante os 20 anos de Ditadura, ele emprestou, emprestou não, ele vendeu a voz dele para impingir ao povo brasileiro, a maneira de ver da Ditadura. Então é sempre difícil a gente ver, eu acho entendeu, você vai me dizer assim, quer dizer que o senhor é contra a liberdade de imprensa, eu sou plenamente a favor da verdadeira liberdade de imprensa, os grandes censores da imprensa são os donos, que censuram seus próprios jornalistas, seus próprios funcionários, mas isso quantas vezes a gente vive, eu dava entrevista porque eu era secretário da CNBB, eles diziam: *Olha o senhor sabe, não vai sair isso aqui, o editor não vai deixar*. Eu dava risada! Brincava!

F.: E o que sai hoje sobre a Ditadura o Senhor acha que é versão real ou versão maquiada?

D.C.: O que sai hoje não, o que sai hoje são mais assim referências ao período ditatorial, você que coisa, como a história passa, a maioria dos que tem 20 anos nem sabem disso, quem tem até 20 anos, os mais velhos já estão aposentados, já não estão mais interessados nisso, ainda é digamos nós, aqueles que estão no calor da luta aí, que ainda conseguem conseguir olhar para a Ditadura, ou com aquele horror, de quem passou por tudo aquilo e se pergunta como foi possível, ou então, uma espécie assim ainda de visão, equivocada de quem diz, olha tá vendo, graças a Deus, a Revolução impedia que o Brasil caísse nas mãos da Rússia, eu dizia assim olha, o último perigo do mundo é o Brasil cair na mão da Rússia, porque os Estados Unidos não deixariam nunca, há mais deixaram Cuba, por um engano e porque Cuba é desse tamanico assim, mas o Brasil jamais nesse sentido, El Salvador é muito mais livre que o Brasil, para tomar posturas internacionais, pode gritar lá um cachorrinho pequenino, mas então é assim.

F.: Dom Antônio eu posso esta usando sua fala na íntegra para a produção da pesquisa?

D.C.: Pode, pode, não tem problema.

F.: Eu agradeço muito a fala do Senhor e a disponibilidade.

D.C.: Ótimo, disponha, tá.

**ANEXO: 5**

**ENTREVISTA COM DOM BENEDITO ILHOA  
VIEIRA**

**ARQUIDIOCESE DE UBERABA – MG – 24.01.2000.**

Fabio Lanza: Dom Benedito antes de entrarmos direto no tema, o senhor poderia estar colocando onde nasceu, a formação pessoal e posteriormente religiosa do senhor?

Dom Benedicto: Pois não, eu nasci na cidade de Mococa, quando era uma cidade muito pequenina, no estado de São Paulo, uma cidade de mais ou menos 8000 habitantes, hoje felizmente cresceu, uma cidade de maior recursos, e hoje, deve ter, no Brasil a gente nunca sabe direito às estatísticas, porque os prefeitos, uns dizem que tem mais outros dizem que tem menos, o prefeito de Mococa, o anterior, me disse que tinha 70.000, mas parece que são 60.000. Eu estudei no grupo escolar, o único que havia na época, “Barão de Monte Santo”, que é atrás da Igreja matriz, fui coroinha da Igreja e depois meus pais se mudaram para a cidade de Mogi das Cruzes, e de lá é que eu fui para o Seminário de Pirapora, que é o seminário da Arquidiocese de São Paulo, eu estudei o que hoje chama ginásio, colegial; e é o curso fundamental, de lá com 17 anos, eu fui para o seminário de São Paulo, no Ipiranga, que tinha o título “Seminário Central do Ipiranga” e lá eu fiz três anos de Filosofia e quatro anos de Teologia. Entrei lá com 17 anos, nós tínhamos o exame vestibular que era português, latim, grego e grau de capacidade intelectual. O seminário de Pirapora, era um seminário cujo os professores eram belgas, a gente era menino e não sabia valorizar aqueles homens, hoje com uma distância muito grande porque os olhos não vêm o que tocam, os olhos precisam de distância pra ver, fico admirado com a cultura daqueles homens belgas, inclusive na língua portuguesa, eles não nos permitiam falar errado de maneira nenhuma, quando a gente dizia uma bobagem qualquer da língua portuguesa, eles nos diziam: Vocês não amam sua língua? E nos corrigiam de modo que nos tivemos uma formação clássica, português, latim, grego, além das outras matérias, como se estuda, história, geografia, essas coisas, muito sólida, hoje eu vejo em comparação com os alunos também de curso superior, que a formação que nós tivemos era realmente muito válida, muito sólida, que me vale até hoje.

FL: E o senhor ordenou-se Padre quando?

DB: Bom, aí fui para o seminário São Paulo, estudei em São Paulo e tive uma interrupção de quatro anos, em que fiz a faculdade de Letras na Universidade Católica, e para mim foi muito útil isso, porque eu entrei menino no seminário, iria sair moço formado com 24 anos sem conhecimento nenhum da vida fora, e esses anos que eu passei na Universidade como aluno, pra mim foram muito proveitosos. Além de ser muito proveitoso pra eu estudar, setor de Línguas clássicas, que me valeu até hoje para escrever e para falar para minha

missão de pregador do evangelho. Eu me ordenei em 08 de Dezembro de 1948, tenho portanto 51 anos de Padre. Fui ordenado por um homem que não me esqueço, que está gravado em mim como o maior bispo brasileiro da sua época, que foi Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, fundador da CNBB, muitos dizem que o fundador foi Dom Hélder, Dom Hélder era padre e não podia fundar uma Conferência de bispos, foi Dom Motta que fundou e chamou Dom Hélder – Padre Hélder para ser o primeiro secretário, só depois ele se tornou bispo. D. Hélder foi o grande organizador da secretaria e tudo da CNBB, mas o fundador foi o Cardeal Motta, foi esse que me ordenou, que eu guardo dele uma lembrança muito boa, filial, não sei se isso interessa, mas depois, mas uma coisinha que pode ser para a história, o Cardeal Motta era um homem que tinha um senso de visão política, como ainda hoje não encontrei no Clero, no Brasil. Ele tinha uma impressão das coisas políticas, talvez a sua descendência, e a sua origem mineira lhe desse, essa possibilidade assim de visualizar uma perspectiva muito séria e objetiva dos acontecimentos políticos do Brasil.

FL: E quando o Senhor tornou-se Padre o Senhor continuou em São Paulo?

DB: É, aí o Cardeal me mandou para a Paróquia do Divino Espírito Santo, na Rua Frei Caneca, onde eu fui quadiotor dois anos, e depois de Monsenhor Paulo Florenço da Silveira Camargo, que é um historiador, um homem que deixou cinco volumes sobre a história da Igreja em São Paulo, um homem de valor. E depois de dois anos a Faculdade de Teologia, tinha sido fundada pelo Cardeal Motta, com licença da Santa Sé e o Cardeal me mandou ser aluno dessa Faculdade e eu fui numericamente o número um e depois em 1953 fui o primeiro formado na Faculdade de Teologia, na Faculdade da Arquidiocese de São Paulo, com o título de Doutor, minha tese foi sobre São João Crisóstomo, a consumação superiológica na epístola aos Hebreus – Teologia de São João Crisóstomo, é uma Tese patrística e indiretamente bíblica, porque eu analiso o que São João Crisóstomo, que é o maior orador cristão na Língua Grega, eu examinei o que ele fala na Epístola aos Hebreus e então o cardeal me mandou para Universidade onde eu fui professor e capelão da Universidade Católica, mais tarde eu fui mandado para o Seminário de São Paulo e reitor do mesmo, e depois o Cardeal, já D. Agnelo Rossi, me devolveu para a Universidade Católica como pároco dos universitários, de todos os universitários de São Paulo e vice-reitor da Universidade Católica, tendo exercido a reitoria duas vezes, aí o 3º arcebispo, que foi D. Paulo Evaristo Arns, me tirou da Universidade e me levou como seu vigário geral e depois como seu bispo auxiliar, que ele pediu ao Santo Padre minha nomeação como Bispo, e eu fiquei ao lado de D. Paulo por sete anos, até que o Santo Padre Paulo VI, me nomeou para cá, para Uberaba, onde eu fiquei arcebispo por 18 anos, e agora sou o que se chama no Direito Canônico Emérito, isso é aposentado.

FL: E quando o Senhor esteve em São Paulo, todo esse período de 48 até 78, quando já Sacerdote, posteriormente Bispo, e nessa fase que o senhor esteve em São Paulo, ocorreram aí algumas mudanças na década de 60, por exemplo o Jânio Quadros ele vai estar renunciando, quem assume vai ser o João Goulart, como foi esse período em São Paulo? O senhor lembra-se de alguma coisa?

DB: Jânio Quadros foi meu colega de Direito Social; e eu fiz um cursinho de Direito Social, onde o Jânio Quadros era aluno, antes de ser vereador, era um tipo, aquele tipo que todos nós conhecemos – capote muito grande, cabelo comprimido cheio de caspa e tal, não



tive assim uma vivência muito chegada á ele, mas era... Bom, mas quando houve isso o Jânio renunciou e entrou o Jango Goulart, entrou em 61, eu estava em 61 (pausa) na Universidade Católica, e eu acho que a passagem foi assim ameaçada pelos militares, o Jango estava na China ou no Japão naquela época e houve uma certa ameaça de levantamento militar, mas acabou tudo passivo, ele tomou posse, mas a raiva que havia da parte militar contra ele não cessou, e em 64 eles depuseram Jango e criaram o Regime Militar que nós sofremos por 21 anos.

FL: O Senhor vê esse período do Jango como ameaçado pelos militares desde o princípio, mas o que ele fazia para ser ameaçado?

DB: Ele era um populista, bem eu estou dando a minha visão, pode ser que não seja objetivamente a mais exata, eu, ele era um populista, muito dominado pelo Brizola, que era um desordeiro, eu sempre digo, dizia já naquela época, se o Jango afastasse o Brizola do convívio dele, pode ter certeza que ele faria um governo muito mais sereno, muito mais ... não sei se seria o objetivo, Brizola era um homem muito agitado, Jango não era um homem mal não, era um homem até... eu só o vi uma vez, em que acompanhei o Cardeal Motta ao Rio de Janeiro, e o Jango, se não me engano ele era vice do Juscelino ou não? (confirmação) O Cardeal tinha ido fazer o casamento de uma sobrinha, não me lembro bem, do Juscelino, e depois o Cardeal foi, estive na casa, palácio, porque a capital ainda era o Rio de Janeiro, e eu me lembro que o Jango esteve lá, depois numa segunda vez, muito rapidamente em São Paulo, numa função na Catedral ele esteve também, eu o cumprimentei, mas não tem assim, uma visão muito exata. Mas eu acho que o governo do Jango foi populista sim, de agradar o povo, de prometer uma porção de coisas, mas acho que o Brizola, que era o mentor, o inspirador de tudo isso, não sei se a minha opinião é que historicamente deve prevalecer, mas era a visão que eu tinha na época.

FL: Politicamente, quem o senhor admirava, quais eram os representantes que o senhor achava? Ideais da época, o Senhor não gostava, por exemplo, do Brizola...

DB: Não é que eu não gostava, eu nunca vi o Brizola, eu achava que ele era agitado, agitador, e o Jango eu achava um homem simples, talvez não muito competente para o cargo, mas era uma visão pessoal, não sei se isso historicamente é válido. O grande homem que São Paulo teve, mais ou menos naquela época foi o Carvalho Pinto, que foi um governador muito idôneo, muito sério e muito eficiente, que era professor da PUC, então a gente tinha uma maior proximidade dele, e do Montoro que eu acho que era um homem de uma orientação muito sólida, muito democrática e muito cristã. Digo isso tanto do Carvalho Pinto como do Montoro, com quem alias, eu privei um pouco, com Montoro.

FL: E quando os militares assumem o poder, eles assumem o poder tirando isso do João Goulart, o que eles propunham quando assumiram o poder?

DB: Eles propunham acabar com o comunismo, que eles diziam que existia, existiam focos realmente, de agitação juvenil, dos universitários, isso havia. Eu não sei se isso chegou a comprometer, eu nunca soube bem se isso chegou a comprometer o país, a tal modo que o país chegasse a uma espécie de Rússia, uma espécie de Cuba ou coisa assim, mas havia agitação dos estudantes, muita passeata, e quando eles assumiram era para acabar com o

comunismo e para colocar honestidade e falavam também, que isso é bom também verificar com outros, da dívida do Brasil, que em comparação com a dívida atual, era como um tostão diante de um milhão. E assumiram e não conseguiram realizar, porque além do descontentamento que houve, e aquele brilho que se admirava nas forças armadas, o povo perdeu, a visão de um respeito para com as forças armadas, por causa da situação de tortura, de arbitrariedade e de maldade, de vingança.

FL: Naquele momento, o Senhor achava que as forças armadas, eles realmente estariam de acordo com essa expectativa de mudança, de que iriam cumprir isso?

DB: Bem, o primeiro impacto ninguém sabia, ninguém sabia por onde iria o caminho, eles apresentavam um programa de uma perspectiva de acabar com o movimento comunista, que eles diziam ser muito forte, talvez fosse, a gente não tinha um conhecimento muito exato, havia um pouco de agitação no meio universitário, isso a gente sentia, mas que chegasse a ser um perigo para a nação, isso eu não posso afirmar, mas eles afirmavam, eles militares. E também a honestidade, eles queriam que tudo corresse bem, que não houvesse roubalheira, então de início a gente estava numa perspectiva de que tudo iria correr bem, mas logo depois disso tudo desabou, porque quando vieram aquelas primeiras determinações e arbitrariedades e tudo, foi uma coisa terrível. E eu posso dizer isso por uma coisa, prenderam naquela ocasião um fiscal de rendas, que era da minha paróquia, da minha antiga paróquia de Bela Vista. Um homem honestíssimo, eu conhecia assim por dentro, e prenderam e lá em Cumbica, e naquela época sabendo a esposa ser doente, sofria do coração, me lembro que eu e os outros passamos um telegrama para o governo, declarando o perigo, o perigo não, a injustiça da coisa. Você sabe que o Presidente mandou naquela época o Geisel, mandou verificar em Cumbica como estava a situação dessa. Depois mais tarde esse senhor foi libertado, não encontraram nada na vida dele, nem roubo, nem nada e parece até que ele moveu um processo e recebeu até um dinheiro como... indenização por uma prisão injusta dele e todos, e a gente via o seguinte, que no início a revolução era séria, que não queria fazer injustiça, tanto que um telegrama de um ilustre desconhecido, que era eu e alguns amigos meus, o Presidente da República toma providência, mas depois com o AI-5 ninguém mais tinha voz pra dizer nada.

FL: Nesse momento inicial, ocorreram algumas manifestações de parte da Igreja, favoráveis à deposição do Jango, inclusive em São Paulo, eram as Marchas pela Família, com Deus e pela...

DB: Mas não foi oficialmente pela Igreja, foi um movimento realmente de pessoas da Igreja, havia até padres, um deles o Pe. Franzanço, por exemplo que é, era um homem de grande atuação, era da UDN, senador da UDN, um homem que a gente é obrigado a respeitar, além de ser meu amigo pessoal. Eles fizeram essa marcha com um milhão de pessoas, mas nunca foi oficial da Igreja. O Cardeal Motta, que era o arcebispo dizia: Não fui eu que fiz isso, e ele se glorificava, perdão a palavra está errada, ele se vangloriava que nenhum padre do Clero de São Paulo tinha ido a essa Marcha, sem ele proibir coisa nenhuma, o próprio Calazans que foi, que esteve e não negava isso, não era do clero de São Paulo, ele era do Clero de Taubaté, depois ele passou para o clero de São Paulo, alias, uma aquisição muito rica ... ter o Calazans como membro do clero de São Paulo, um homem de grande valor intelectual e moral.

FL: Então o Senhor não participou desse movimento?

DB: Não, agora nós sabíamos que a gente lia jornal, isso, eu era do Seminário de São Paulo, uma marcha de um milhão de pessoas, naquele tempo era uma coisa respeitável, mas foi promovido por movimentos católicos, mas não partiu do governo do bispado, que era o Cardeal Motta, que não faria isso. O Cardeal sempre teve uma posição assim, muito reservada, a respeito da revolução e lê, um pouco antes, eu acho que isso é histórico, e eu sou testemunha, eu morava com ele, um pouco antes quando se falava em revolução e tal, falaram a ele, ele disse uma frase que é antológica: Deus, eu cito textualmente, Deus nos livre das revoluções. Sabemos como elas começam, mas nunca sabemos como elas acabam. Essa frase é do Cardeal Motta, ele sempre teve uma posição muito reservada, da revolução de 64. Nunca fez propaganda contra, mas ele na intimidade, tinha uma reserva muito grande dessa derrubada do Poder Constitucional.

FL: E nesse momento, quando o Poder foi derrubado, os Militares assumiram, e aí passou aquela fase inicial que o Senhor comentou, hora que as coisas começaram a mudar, o senhor as enxerga, onde começou haver aí, essas perseguições como o senhor comentou, a partir do AI-5?

DB: Não, antes. Já antes eles prendiam muitos universitários, muitos líderes operários, porque para eles todo mundo era comunista, bastava dizer que existia pobre, para dizer que a gente era comunista.

FL: O Senhor nunca foi preso?

DB: Eu nunca fui preso, mas fui vigiado e tenho provas, porque uma vez, isso dando um salto na frente do que você queria saber, quando eu já era Bispo Auxiliar do Cardeal Arns, eu fui uma vez a pedido da família, na Operação Bandeirante, que era o foco da tortura e da maldade, eu fui levar um remédio para um dos presos que eu tinha certeza que estava lá, quando eu cheguei lá na guarita, vieram, não porque o fulano de tal, era o Major Huster ou Hustra, você deve depois verificar certo, e que tinha o codinome de “Tibiriçá”, codinome, eu cheguei e disse: Eu queria visitar um preso e queria falar com o Comandante, que era esse Major, na Operação Bandeirante, não sei se era Huster ou Hustra e tinha o codinome de Dr. Tibiriçá, e eles vieram e disseram que ele estava em reunião e não podia atender, eu disse, não tem importância eu espero e esperei, veio um outro e disse, ele não pode atender e eu disse eu espero, por fim ele veio e quando me apresentei como bispo Auxiliar do Cardeal, ele teve um acesso de raiva e gritou, tremendamente ali na guarita que o Cardeal era um comunista, o Cardeal D. Paulo Evaristo Arns, aí eu me lembrei de uma lição de um amigo meu, muito amigo meu, que era um psiquiatra de São Paulo, Dr. Bachira Idar Jorge, que dizia que há certos momentos, em que a pessoa perde de tal modo o raciocínio que só vale, o único argumento que a pessoa entende é o da violência, e eu me lembrei disso na hora, e quando ele gritou desabusadamente, eu gritei mais do que ele dizendo, o Senhor cale a boca, o Senhor é uma autoridade aqui dentro, não tem o direito de fazer isso, sabe que ele se calou? Ele elevou um susto com a minha ousadia, o guardinha que estava ali de carabina no ombro arregalou os olhos, gritar com aquele homem que era o dono da tortura ali em São Paulo, quando eu gritei, ele parou assustado e disse, vamos conversar no meu

escritório e me levou lá para dentro, aí ele se abriu, abriu o processo contra a Pátria, processo contra tudo. Conversamos educadamente, daí uns dias, não me lembro mais se um mês, quinze dias, ele me deu o telefone, o Senhor pode telefonar para mim, quando precisar de qualquer coisa, Dr. Tibiriçá, aí eu lhe fiz uma pergunta, Dr. Tibiriçá porque o Senhor precisou usar um codinome e eu não preciso? Eu entro em um supermercado, em uma farmácia, ando na rua, e o Senhor precisa de um codinome? E ele me respondeu, porque não tem ninguém perseguindo o Senhor, os comunistas estão atrás de mim, mas eu sabia que o nome dele era Major Huster ou Hustra, daí uns dias eu fui fazer uma palestra na Igreja, no salão da Igreja “Santíssimo Sacramento” lá na Rua Tutóia, e eu contei esse fato, que eu estou relatando aqui, que eu gritei com ele. No dia seguinte ele me telefonou em minha casa, o Senhor ontem falou mal de mim, eu disse, não Senhor, eu não falei mal, eu contei o nosso entrever, ali na Operação Bandeirante, portanto eles tinham espões onde a gente ia.

FL: Então o Senhor era considerado um opositor?

DB: Pois, eu era vice-reitor da Universidade Católica, pároco dos universitários, a minha ficha entre eles devia ser de super comunista, talvez de primo-irmão do governo da Rússia, provavelmente.

FL: E lá na Universidade, o que o Senhor viu acontecer com os estudantes?

DB: Há um vereador em São Paulo chamado José Mentor, atual vereador do PT, e esses foi uns dos meninos, que era menino estudante, foi uns dos meninos presos e torturados, professoras ficaram lá na Operação bandeirante, quando saíam tinham até medo de falar com a gente, professores, alunos... De vez em quando, a gente ia dar aula, os próprios alunos avisavam, eu dava aula de Direito Canônico no curso de Direito, às vezes os alunos mesmo avisavam, hoje tem gente de fora na classe. Então era uma espionagem ridícula, segundo prendiam sem ter motivo, pessoas que eles duvidavam e tal. Um dia me lembro que eles prenderam um padre por engano, por engano, levaram a fana pela dificuldade do padre provar que ele não era aquele que eles estavam procurando, quase foi torturado, mas não chegou. Me lembro de uma professora da PUC, que era um tanto esquerdista assim, mas não tinha nenhuma coisa assim, quando ela saiu depois de quinze dias, ela estava da cor de um lençol, para exagerar um pouco, até era uma professora que eu não me dava muito, nem ela comigo, mas me lembro que quando ela saiu, eu a procurei e pude expressar minha solidariedade. Quando esse José Mentor foi processado, respondeu processo, na rua o que é que tinha na rua Brigadeiro Luís Antônio?

FL: DOI-CODI?

DB: Tinha um negócio de militar lá, e eu fui ao julgamento dele, quando ele entrou algemado e me viu, eu me lembro que lê ficou com os olhos marejados, porque ele não esperava que eu fosse assistir o depoimento dele. Houve um outro moço que era da Faculdade de Engenharia, e tinha sido assessor do Ministro da Aviação no governo de Jango Goulart, e ele também sofreu processo e eu fui ser testemunha dele, como chamava a CPI?

FL: Inquéritos Policiais Militares, não era isso? IPM

FINAL DA FITA LADO A

DB: IPM. Eu fui ser testemunha desse moço, não vou dizer o nome, também não convém. Para você poderia dizer para ficar na história, hoje é engenheiro, está aí... O José Mentor é deputado em São Paulo, pelo PT, você pode perguntar a ele o que ele sofreu, tem também essa professora, que não me lembro mais o nome dela, mas ela saiu depois de quinze dias, e havia também um funcionário da Universidade, cujo sobrinho foi preso e ficou sofrendo dos ouvidos de tanto levar tapas, incurável. Isso estou lhe dizendo dos casos que ainda me lembro depois de quantos anos?

FL: E algum amigo padre, o Senhor teve preso?

DB: Bom, foi preso quando eu era vigário geral um padre italiano, lá da região sul, mas eu não sei se ele chegou a ser torturado, não. O Cardeal Motta, não, o Cardeal Arns o defendeu e tudo. Não sei se isso tudo está valendo?

FL: Vale. É interessante.

DB: Vale mesmo? Agora tem duas outras coisas, não sei se...

FL: Por favor fique a vontade.

DB: Muitas vezes chegava um ofício na reitoria, pelo menos no tempo que eu exerci, que não foi muito tempo, duas vezes só. Uma vez um mês, outra mais um mês, não me lembro bem, agora matematicamente, quantos dias, meses. E às vezes também, Dr. Bandeira sofria dos Rins, ele ia para Lindóia, tomar águas de pedras, eu ia e ficava uma semana... Chegavam ofício da polícia, como chamava aquele pelo da Estação da Luz? DOI-CODI? Da polícia, ficou alguns dias informados que foi distribuído nessa Universidade um boletim subversivo, pedimos providências e tal e mandavam o boletim. O boletim tinha essas coisas de estudantes, então a gente tinha obrigação de fazer, na reitoria, uma comissão usando as atribuições tais, tais... eles mandavam e a gente tinha a obrigação de fazer uma comissão de professores, usando das atribuições, do estatuto tal, nomeamos, Dr. Fulano de tal – presidente da comissão, etc – membro da comissão, para apurar se houve ou não distribuição dentro da Universidade do folheto anexo. Naturalmente ninguém tinha visto, nenhum funcionário tinha visto, nenhum aluno tinha visto, ninguém tinha distribuído, às vezes encontrava aquilo no negócio do gás ou da água, essas coisas de dentro e a gente tinha depois, que apurar tudo, ouvido tantas testemunhas, dizendo nada constou, dava um trabalhão esse negócio todo, era uma palhaçada. Como é que em uma Universidade de 14, 15 mil estudantes, a gente iria descobrir, se é que foi aluno, se não fosse os próprios militares que tinham distribuído aquilo para copar?

FL: E houve algum momento, algum problema maior da Universidade com os militares?

DB: Houve a invasão na época que eu não era mais, eu não morava mais na Universidade. Houve a invasão na Universidade, eu não me lembro mais, nem o mês, nem a data, eu já era bispo morava na Lapa, o padre, que era um dos padres da Universidade, hoje ainda é

professor lá, me telefonou, a Universidade está sendo invadida, e D. Paulo estava nos Estados Unidos pregando, D. Paulo era muito convidado para essas coisas, aí, eu peguei um carro e fui direto, tive que estacionar o carro há um quarteirão da Universidade, na Rua Monte Alegre e fui a pé até lá. Havia um terreno vazio onde hoje há um prédio, em frente à Universidade, na esquina com a Rua Bartira com a Monte alegre, terreno vazio onde tinha sido desmanchada a casa da família Homem de Mello, que tem uma rua Homem de Mello, D. Clarinha Homem de Mello Azevedo, que era dona dessa casa, venderam, desmancharam, aquele terreno estava vazio e o Tuma e o Erasmo invadiram a Universidade, prenderam todos os estudantes e levaram para esse terreno vazio, ficaram lá á noite todos sentados no chão, quando eu cheguei, cheguei me apresentei ao Tuma, ao velho, porque agora tem o novo, tem dois Tumas, que eu tinha conhecido um pouco antes, porque como eu era encarregado da pastoral universitária, numa sexta-feira Santa, nós lá no Instituto Paulo VI, que é lá no Taboão da Serra, tínhamos uma reunião religiosa, uma procissão lá dentro do pátio, e aquilo caiu na mão, o convite caiu na mão da polícia e o Tuma tinha proibido procissão e eu fui á ele e disse, escute Sexta-Feira Santa, os alunos da Universidade fazerem uma procissão, rezando a Via-Sacra, lá dentro de um terreno que é da Arquidiocese, comigo que sou pároco dos universitários, espremido pela polícia, onde está o perigo disso? Ele até me disse, eu fui Congregado Mariano quando era moço, o Tuma pai, o velho, e disse, o que é isso? Pode fazer, me deu licença, mas aí os estudantes não quiseram fazer, era Sexta-Feira Santa, fazer uma procissão de oração lá dentro, imagine até isso a polícia entrava e proibia. Então eu tinha conhecido o Tuma, anteriormente, por uma questão religiosa, em que alias, ele foi muito cordial e muito humano, compreendeu a coisa, a estupidez de quem tinha proibido, que eu não me lembro mais quem era, e nesse dia da invasão da Universidade ele estava lá, com o Erasmão como era chamado pelos estudantes, e eu cheguei lá dizendo, Dr. Tuma, o que é isso? Ele ficou assim, olhando para mim, como quem diz, eu não posso fazer nada. Fiquei ali com ele, com as autoridades e uma menina veio chorar pra mim, que ela morava com a avó, os pais moravam no interior e eles estavam presos, toda a Faculdade de Economia e de Direito e Cultura? Que funcionava na Universidade, naquela hora, foi todo mundo levado para esse terreno baldio, todos presos, pelo crime de serem estudantes e eles entraram na Universidade e quebraram poliques, quebraram instrumentos musicais dos alunos, porque eles tem sempre essas coisas, bumbos, essas coisas pra fazerem as passeatas deles, furaram, e tudo, foram de uma maldade muito grande e de uma estupidez muito grande, me lembro bem na biblioteca, que havia a obra de Santo Thomas de Aquino, traduzida para o Português pelo professor Alexandre Correia, era mais ou menos 14 ou 15 volumes, eles, com aquele pau que os militares usam... Cacete, derrubaram todos os livros no chão, tudo maldade sem sentido nenhum, pura estupidez. Eu fui então lá essa menina chorando porque morava com a avó, e a avó não sabia que a menina estava presa, e ela me disse, a minha avó deve estar preocupada, eu chamei o Tuma do lado e falei, essa menina mora com a avó e tal, disse faça ela sair e eu chamei a menina e o Tuma deixou ela sair, ele dispensou a menina para ir para casa, que ela morava com a avó idosa, os pais no interior, ela preocupada porque a avó devia estar preocupada com ela e depois que eles ficharam tudo, eu não me lembro se nós saímos de lá uma hora da manhã ou não, foi aí que o Cardeal D. Paulo voltou e disse aquela célebre frase publicada: Que na Universidade só se entra ou pelo vestibular ou como convidado, dando uma cacetada, e o Erasmo era absolutamente insensível, machucaram duas meninas, até depois que passou a revolução eu já quis telefonar, soube que elas foram indenizadas porque jogaram ácido nas pernas delas. Agora não sou capaz de dizer nem o

nome dessas meninas, porque essa indenização que elas receberam posteriormente eu já estava aqui em Uberaba, moveram o processo depois que os militares saíram do poder e que o judiciário pode livremente agir de acordo com as leis. Então respondendo à sua pergunta houve alguma coisa? Houve, duas vezes quando eu estava na reitoria vinha telefonemas que iam soltar uma bomba dentro da Universidade, eu tive que evacuar o prédio, fechar o prédio, a gente não sabia nunca se eram os esquerdistas ou se eram os próprios militares que assustavam a gente e a gente chamava a polícia e vasculhavam a Universidade inteira, os banheiros, as salas e nunca encontraram nada. Duas vezes na minha reitoria, isso é o que eu me lembro...

FL: Na década de 60 começa se organizar em São Paulo, os movimentos populares, começam a haver maiores contestações dos trabalhadores, e outros grupos que vão começar bater de frente com maior força contra a ditadura, posterior ao AI-5 e assim por diante, o Senhor se lembra de algum movimento específico que estava na região onde o Senhor trabalhava?

DB: Agora assim eu não me lembro, o que eu me lembro assim eram as filas de gente que tinha os filhos presos, até estrangeiros, porque havia também ditadura no Uruguai e na Argentina, mais ou menos contemporaneamente, e muitas daquelas famílias vinham ao Brasil, porque os filhos às vezes estavam presos no Brasil, iam recorrer a D. Paulo e houve uma avalanche na cúria, nós tínhamos uma sala especial para atender esse pessoal, e depois D. Paulo, era impossível um homem sozinho agüentar com tudo isso e aí D. Paulo constituiu uma Comissão cuja presidente que ouvia tudo, era aquela Margarida de Gênêvoua, não sei se era aquela que era Consulesa, esposa do Cônsul, ela que fazia esse serviço, eh, para Dom Paulo na própria Cúria, então assim, e quando Dom Paulo viajava, eu que agüentava o trampo, mão chorando porque os filhos estavam presos e a gente ia amarrar pra ver o que podia fazer e, mesmo quando eu estava ainda na Universidade, eu me lembro que no dia 08 de dezembro eu me lembro a data, porque era o dia da minha ordenação, sempre celebrava missa na capela da Universidade, os meus amigos vinham para essa missa, quando acabou a missa, uma família muito chegada a mim, tem até parentes aqui em Uberaba, que eu posso dizer o nome deles hoje, o Paulo de Tarso Wenceslau, poderia aí, entrevistar esse moço, tava preso, sofrendo tortura tremenda, essas coisas saíam, podia até ser morto, no dia oito de dezembro que eu não me lembro o ano. E como eu tinha um paroquiano muito bom, que era delegado aposentado, Dr. Corianã, como que é, Coriolano Cobra, era um delegado aposentado, muito direito, com a mulher dele chamava Dona Cida, ele era casado de segunda núpcias, tinha ficado viúvo, até me dava muito com a filha dele, que era mulher ....., to dizendo isso para concretizar bem, pra gente não inventar, eu procurei o Dr. Coriolano Cobra, que morava na Avenida Água Branca, e foi a casa dele, nesse dia, era feriado, era dia santo, pedi a intervenção dele, que ele devia ter algum amigo, porque ele já era aposentado, né, mas sempre tinha, pra ver se salvava esse rapaz, Paulo de Tarso Wenceslau, que é um dos que fez, isso entre parênteses, fez uma briga no PT recentemente, é, é esse, eu sou muito amigo da irmã dele, quando vem com o marido à Uberaba, ele se hospeda aqui na minha casa, de modo que esse caso eu sei, então havia casos dolorosos, muito difíceis, é o que eu me lembro.

FL.: E assim .....

DB: Essas séries de Santo André, dos operários, não recaiam sobre os ombros do cardeal, porque já havia bispo em Santo André, era outra cidade outra diocese, mas a gente acompanhava, começaram com o Lula, senão me engano, o Lula era líder do operário, e havia aquelas greves fortes, e o movimento portanto, o povo já estava saturado da maldade, da arbitrariedade.

FL: A arquidiocese não teve movimentos grevistas na região onde o senhor trabalhava?

DB: Eu não me lembro, pode ser que tenho tido, eu não me lembro.

FL: Também foi nesse período que ocorreu problemas com a rádio da arquidiocese, a Nove de Julho?

DB: Primeiro de novembro, quando o cardeal completava aniversário da posse dele, foi que o Médici, o general Médici, que era presidente, fechou a rádio Nove de Julho, que foi agora devolvida, ao novo arcebispo de São Paulo, foi fechada a rádio, lacrada, como se fosse uma rádio de evangelização, onde **Dom Paulo falava todo sábado uma mensagem religiosa sobre o evangelho, e quando ele não estava era eu que substituía a Dom Paulo, aliais com muita honra, e o Médici maldosamente fechou, e Dom Paulo deve ter dito a você sobre uma ida dele ao Médici, falou ? Isso você deve está sabendo, que o tratou de uma maneira bastante indelicada, para consegui essa audiência foi difícilimo, né, e o Médici foi um homem assim muito insensível, eu acho que ele passa a história do Brasil, como um dos baianos, piores governos que nós já tivemos, pela desumanidade dele, pela maldade, ele tinha consciência, da tortura do Brasil e tudo mais. Bom, depois eu tenho um fato que eu vou contar sem gravação, você vê se convém por ou não, a respeito disso. Agora, eu tinha me lembrado de outra coisa, disso tudo que havia... ah! A censura do jornal São Paulo era tremenda, o Dom Amauri que é bispo de Jundiá hoje, era o diretor do jornal São Paulo, e uma vez eu escrevi um artigo com o título de Santo Agostinho, Santo Agostinho fala que nós vivemos entre as consolações de Deus, e as provações dos homens, uma coisa assim, e eu escrevi um artigo, na ausência de Dom Paulo, mais ou menos com esse título, e depois o Dom Amauri, que era o diretor, me contou que os sensores iam à noite para a tipografia onde se imprimia o jornal, e ficaram em cima dessa frase procurando se não era contra eles, é tudo que eles olhavam, a censura do São Paulo e também da rádio.**

FL: E como ficou essa relação, porque se a rádio da igreja foi fechada o jornal da arquidiocese era censurado, a igreja era oposição então ao regime militar?

DB: Tinha de ser né, qualquer pessoa que tivesse uma noção de dignidade humana e do respeito à liberdade, tinha de ser contra, podia não falar, mas tinha de ser contra, porque como que nos poderíamos aceitar um regime que era a própria negação da liberdade e arbitrariedade constituída como lei que era o AI-5, ninguém podia, em nome do evangelho, nós não poderíamos aceitar isso, em nome do concílio nós não podíamos aceitar uma coisa dessa, embora a gente não saísse pondo o peito na frente da coisa, mas a gente não aceitava.



FL: E ainda quando o senhor esteve em São Paulo ocorreram aqueles fatos, da morte do jornalista Wladimir Herzog ai do Manuel Fiel Filho, essa fase o senhor era bispo, e o senhor estava em qual região?

DB: Eu estava, no segundo, eu já estava na Lapa, mas o senhor Dom Paulo, seu cardeal, ele fez uma cerimônia, pro pessoal que não era católico, era judeu, mas então não teve missa, teve uma cerimônia religiosa, de oração e encheu a catedral de São Paulo, encheu, porque todo mundo sentia aquele momento, a tortura, embora o governo negasse, e Dom Paulo foi de uma habilidade muito grande, primeira função foi, quando aquele menino de Sorocaba, o irmão de um padre foi torturado, foi preso, foi morto, e Dom Paulo fez uma cerimônia na catedral, e esse rapaz tinha um irmão padre em Sorocaba e duas tias freiras, família muito religiosa, e Dom Paulo fez uma missa com o bispo de Sorocaba que era Dom José Melhado, a catedral se encheu, e a televisão deles foram filmar, e os estudantes todos com o folheto assim no rosto para não serem filmados, e Dom Paulo depois pediu que eles saíssem dois a dois, muito rapidamente da igreja, não fizesse nada, mesma coisa foi no Herzog, quando mataram o Manuel Fiel, ai o governo criou vergonha, e viu que não podia mais nega, ai trocou o general, era um tal de Edi... era Ednardo e mandou um outro, quem era o outro? **Eu não me lembro o nome, e agora nessa entrevista que o falecido General Figueiredo deu na veja, que dizer, gravou e a veja publicou a duas semanas atrás, eu até escrevi um artigo sobre isso aqui no jornal da cidade, o Figueiredo diz, defendendo o general, dizendo que o general não tinha culpa, que o Nardo que fez mau e tal, não sei se você leu na veja, mas o governo trocou o general e parou, paro, foi só trocar o general do comando do segundo exército, mais que segundo exército né, paro, quer dizer, o próprio Gaisel chegou a um ponto que ele viu que não era mais possível, e numa visita o seu cardeal deve ter falado isso, antes da posse do Gaisel, o cardeal teve um encontro o Golbery, ele falou isso?**

FL: Não.

DB: É, com o Golbery ele tratou da ....., e o Golbery prometeu ao cardeal, que com a posse do Geisel, em seis meses, eles acabariam com a censura, com a tortura, isso o cardeal pode confirmar pra você, que eu estava com ele, nessa época eu trabalha com ele, e eles não acabaram com a tortura em seis meses, mas acabaram, trocando o general de São Paulo, ai é que cessou a tortura realmente.

FL: E posteriormente ....

DB: Quem foi o general foi depois do Geisel?

FL: Davina...não me lembro.

DB: Não era o Davina primeiro depois o ...

FL: Bom, mas tudo bem.

DB: Depois você verifica isso.

FL: No final da década de 70, possivelmente o senhor já estava vindo ou um pouco antes, também foi morto um militante de igreja, que era da pastoral operária, o Santo Dias, o senhor estava em São Paulo neste momento?

DB: Eu não me lembro bem a data seu estava, ou estava vindo pra cá, agora não me lembro bem não, é foi mais ou menos na minha passagem pra cá, e acompanhei pelos jornais, agora aqui, houve um fato interessante, não sei se interessa.

FL: Pois não.

DB: Completa um pouco, quando eu cheguei, em 78, eu tomei posse em 15 de Setembro de 78, ainda estava em pleno militarismo, né? E o arcebispo era reunido de São Paulo, naturalmente da escola de Dom Paulo, os estudantes se apoiaram muito em mim, né, eu morava num palácio velho, aquele prédio bonito que tem aí, era...como é que chama, palácios antigos que tem mais de cem anos, eu não lembro, e eu me lembro que o Figueiredo veio fazer propaganda, porque a eleição, não era eleição, era nomeação o Geisel nomeou, mas ele fazia uma espécie de comício em todos os lugares da cidade, mais importante pra criar talvez a simpatia, e se apresentar, e ele veio a Uberaba, e os estudantes fizeram na porta da prefeitura um movimento, e gritaram e tudo e a polícia deu em cima, e eles refugiaram na catedral, né, se refugiaram na catedral fugido da polícia, e foi interessante que a folha deu, que eu tinha defendido os estudantes, não cheguei a defender propriamente, apenas a igreja os defendeu, porque eles entraram na igreja como teriam entrado num teatro ou outro lugar se tivesse aberto, mas a folha deu que eu tinha defendido, que, qualquer coisa assim, pondo meu nome como sendo o autor da defesa, e não foi bem isso, e eu recebi telegramas e tudo de cumprimentos de tudo, e merecidamente, porque realmente os estudantes se apoiavam muito em mim, vinham na minha casa no palácio antigo, falavam comigo, eles sentiram que ainda a igreja, que no momento era eu o arcebispo e o bom senhor Juvenal que eram, que é, táí ainda, que é o homem dos estudantes, ainda é hoje, o homem da pastoral universitária, inteligentíssimo, um homem temível e de uma cultura de fazer inveja, ele se apoiava tanto no Juvenal e comigo, até que depois veio a mãe do, do, do.....

Agora eu gostaria de dizer uma coisa para você que eu não sei se deve....

FL.: Pode gravar, fique a vontade D. Benedicto.

DB.: É, foi o seguinte, eu fui em 74, eu era bispo auxiliar do Cardeal e eu fui convidado pelo governo americano, para ir aos Estados Unidos, para conhecer, nessa época, havia uma oposição muito grande, nem sei, me parece, que não era justa, tudo quanto havia de ruim culpavam os Estados Unidos, ainda hoje é um pouco isso, tudo de ruim são os Estados Unidos que são os culpados e o governo dos Estados Unidos fez uma campanha, assim de convidar algumas lideranças, do Brasil, tanto do campo religioso, do campo político, como do campo intelectual, para visitar os Estados Unidos, com tudo pago por eles e com um guia e eu fui convidado, consultei o Senhor Cardeal, eu me lembro que foi no mês de fevereiro de 74, um frio para nós que não estamos acostumados, para mim eu fui, foi feito um, itinerário, que eu recebi no aeroporto no Rio, falava português, um homem português de nascença e que morava nos Estados Unidos, ele me acompanhou em todas as viagens para eu conhecer, antes o Departamento do Estado me deu uma aula sobre como funciona

os Estados Unidos, como era a eleição, a cultura, o que era isso, o que era aquilo, depois me deu, eu tinha um tanto de dólar por dia para viajar, o guia também e dentro daquele itinerário, já combinado, do Consulado de São Paulo, mas nesse meio tempo, é isso, o Plínio de Arruda Sampaio, que é do PT hoje e que foi deputado constituinte, meu compadre, que eu conhecia estudante e me dava inclusive com a família dele, o desembargador João Batista Sampaio, que era o pai dele, eles moravam nas Perdizes e o Plínio exilado, voluntariamente, fugiu, como os outros todos, o Fernando Henrique, o Almino Afonso, o Serra, todos eles, o pessoal fugiu, porque senão estaria morto hoje e o Plínio estava nos Estados Unidos e comuniquei com ele e morava no estado de Virgínia e ele telefonou comigo e deu um jeito de eu estar com o Senador Kennedy, para informar sobre a tortura no Brasil, e nós tínhamos de desfazer do guia, isso que eu não sei se é interessante.

FL.: Pode ficar a vontade, é muito interessante.

DB: E então o Plínio arrumou e eu disse ao guia: “Olha, eu vou hoje ficar com meu compadre, o Plínio e o Senhor pode ficar livre”. Ele disse: “Ah, que bom, eu vou visitar o meu irmão, que mora na cidade tal”. Eu, estava em Washington. “Eu vou visitar o meu irmão que fica ali numa cidadizinha”, eu fico com o ...

(FINAL DA FITA)

DB: O Plínio arrumou, então eu disse ao guia, eu vou hoje ficar com o meu compadre, o Plínio e o Senhor pode ficar livre, ele disse: ah, que bom, eu vou visitar o meu irmão, que mora na cidade tal. Eu estava em Whashington, eu disse eu fico com Drº Plínio e o Plínio, se tinha entendido com o chefe, secretário do Kennedy, esse Kennedy atual, não os dois que morreram e era um sujeito que falava bem o espanhol e marcou então a hora que eu devia estar com o Kennedy, eu fui para os Estados Unidos em Fevereiro de 74 e estava para tomar posse o Geisel e saía o Médici e entrava Geisel, com a promessa do Golbery, ao Senhor Cardeal, de em 6 meses acabar com a tortura, aí eu, fui lá no Senado, e a gente ficou lá numa sala e veio o secretário do Kennedy, parecia um ratinho de esperteza, com uma pasta na mão, então um senhor falando espanhol e o Senhor, então, o Senador está em sessão, ele não pode agora vir, pois tem votação, ele vai atender o senhor tantos minutos, não me lembro e o Senhor fale com ele bem resumidamente, o problema da tortura, o senhor pode falar em português, que ele entende o espanhol e ele está interessado em saber como está a tortura no Brasil, se vai acabar ou se não vai e o Plínio me havia dito, anteriormente, fale bem para ele, porque queira ou não queira, o problema diplomático, do governo americano pode intervir e forçar, realmente essas relações diplomáticas são muito interessantes, e eu, quando foi uma coisa, veio o Senador, comentei-o sentei-me com ele e rapidamente uns 15 minutos e, veio o secretário e disse que quando tocar a campanha o Senador tem que sair, porque é a hora da votação, tem de ir votar, porque ele não pode perder essa votação, ele tem que votar e volta, volta para a sala, foi de repente, soou uma campanha bem forte, com licença e, foi pra lá e, tantos minutos, ..... ele voltou, eu disse para ele, a situação é de tortura, e tal, rapidamente disse vários casos que tínhamos presente, que o Cardeal era o grande defensor, desses torturados e que, todo mundo era considerado comunista, sobretudo os universitários e ele me perguntou se havia possibilidade de cessar, eu disse, o General Golbery que vai ser o chefe de gabinete do

novo governo que vai entrar, que era o Geisel, prometeu ao Senhor Cardeal que haveria de cessar e, o Plínio me havia antecipado e o secretário também, que o Senador tinha muito interesse em saber de uma fonte límpida da verdade, porque se viesse um político, pró ou contra ....., falaria que um bispo, bispo católico, iria, supõe-se que fosse mais neutro, como tentei ser e, eu não vou dizer que a tortura no Brasil, terminou porque eu conversei com o Kennedy, isso seria loucura da minha parte, mas isso ninguém sabe, o Cardeal sabe, não sei se ele se esqueceu disso, pode ser que ele se esqueceu....

FL.: Foi muito rápida a entrevista porque ele tinha 10 pessoas para atender numa tarde comigo.

DB.: Lá no São Francisco?

FL.: Lá no Largo do São Francisco.

DB.: Eu não me lembro se o Cardeal, eu não sei, porque depois que o Cardeal sofreu aquela pancada na cabeça, ele perdeu muito da memória, invejavelmente, eu vivi com ele 7 anos e, ele perdeu um pouco, a última vez que ele teve aqui fazendo conferência, o próprio Arcebispo Novo, isso eu não quero que saia, notou que ele não era mais o mesmo.

FL: Agora uma coisa interessante, D. Benedito, naquele momento criou-se o PT, articulado com os movimentos populares, o Senhor esteve envolvido nessa criação do PT em São Paulo?

DB: Não, não, na parte política eu não entrava, entrava assim, no sentido de ter simpatia, com as pessoas nossas amigas, como era o Plínio, o Witacker, meu íntimo amigo, o quem mais, não me lembro, nesse sentido da gente acompanhá-los e, ser amigo, entende, mas não no sentido de entrar dentro, agora interessante, só terminando, que o, enquanto eu conversava com o Kennedy, o Senador e com o secretário de pé, anotando tudo, agora eu não vou ter a pretensão de dizer que a tortura acabou porque eu conversei 5 minutos com o Kennedy, mas eu vou dizer que, isso sim, que a Igreja, eu ali não era eu.

FL: Representava uma instituição.

DB: Representava uma instituição que era a Arquidiocese de São Paulo, que trabalhou muito, que a Igreja trabalhou muito nesse sentido, que o Cardeal mesmo, recebeu até desaforo do Médici, o Cardeal falou com o Golbery, o Cardeal teve uma atuação assim de apóstolo, e eu nesse pequenino interveio.

FL: Ato, mas que era importante para o momento.

DB: Importante para o momento, o que é que eu fiz, eu fui em nome do Cardeal e ele nem sabia, que o Plínio tinha me arrumado essa, mas eu era o homem que era o braço direito dele, o bispo auxiliar dele, número um, fui o primeiro que ele ordenou, tava vigário geral dele, quando ele saía era eu que governava o bispado, portanto, eu estava falando em nome de uma instituição, né, e é possível isso agora, que ele conte, quando eu saí, o Plínio tava me esperando, eu penso assim, eu me lembro bem da frase do Plínio, “aqui quem manda é o

Senado”, era o Senado quem manda, então eu não sei se foi uma gotinha, pode ter sido, como pode não ter sido, mas afinal, foi um esforço da Igreja, agora, você pode aproveitar-se disso, o tanto quanto você acha que deve aproveitar, que eu não tenho temor nenhum, mas eu acho que o Senhor Cardeal não deve lembrar-se disso, o Plínio se lembra, foi ele quem arrumou tudo e, o meu guia não ficou sabendo, porque teoricamente eu passei o dia com o Plínio.

FL: Dom Benedito o Senhor teria algum comentário sobre o tema para podermos encerrar a entrevista? Ou alguma coisa que eu não perguntei, ou alguma coisa que o Senhor acha relevante?

DB: Não, eu acho relevante o seguinte, que: duas coisas, a Igreja de São Paulo foi realmente a Igreja Samaritana, que se debruçou sobre os presos políticos, eu acompanhei Dom Paulo muitas vezes nas prisões e quando ele não estava até o Núncio Apostólico foi à São Paulo, para eu levá-lo à prisão, que Dom Paulo tava viajando pelo mundo aí, fazendo as pregações que ele fazia, uma das greves de fome que houve lá na, na, como é que chamava aquela prisão, do lado do metrô, Tiradentes não, a outra, havia 22 dias que eles estavam em greve de fome e o Núncio ainda era no Rio, me telefonou querendo entrar, o Núncio veio e Dom Paulo não estava e nós entramos na prisão e, ele pediu aos moços que parassem, eu me lembro bem, pediu para que parassem a greve e o grevistas perguntavam, qual é a garantia que o Senhor me dá, não tenho a garantia, só digo uma coisa, eu sou um diplomata e represento no Brasil o Santo Padre, vocês saiam dessa greve de fome porque não é possível, que vocês sofram isso e eu depois vou ver o que é que eu posso fazer, mas eu não posso prometer para vocês nada, fui eu que levei o Núncio Apostólico lá.

FL: O Senhor lembra quem era?

DB: Era Dom Muzone, era um argentino que era Núncio Apostólico, acho que o primeiro nome dele, era Humberto Mozone, e ele quando, ele ia, não foi a única vez que ele foi às prisões, ele parava num bar punha na minha mão assim, um dinheiro, compre cigarros, eu levava assim uns maços de cigarros, ele dava de presente para os presos políticos, então o que eu posso encerrar dizendo que a Igreja Católica teve uma atuação Samaritana não só o Núncio Apostólico em nome do Santo Padre, mas o Cardeal Dom Paulo, em nome da Igreja de Jesus Cristo foi o que fez o trabalho do Samaritano, que cuidou do homem caído na estrada e, o que a gente fez e os outros padres, bispos e tudo ao lado do Senhor Cardeal, foi assim um problema de Igreja para nós, um problema de salvar a dignidade humana e a liberdade e mais, a CNBB – Conferência Nacional dos Bispos no Brasil, na presidência de Dom Ivo foi também de uma atuação discreta, mas muito eficiente eu sei que o trabalho é sobre a Arquidiocese de São Paulo, mas a Arquidiocese faz parte da CNBB e mais uma vez eu acompanhei Dom Ivo eu era o vice-presidente da CNBB, eu acompanhei Dom Ivo, nas idas ao Presidente da República não tanto sobre tortura porque felizmente tinha acabado, mas sobre vários problemas sociais do Brasil e que a Igreja se preocupava não por motivos políticos, mas por motivos humanos, mas por motivos divinos em favor daqueles que sofrem.

FL: Ótimo Dom Benedito com exceção daquele comentário que o Senhor pediu reservas.

DB: Não, reservas você entendi, eu não tenho nenhum medo, de dizer que tem ...

FL: Não, a respeito do Dom Paulo esse último comentário, excetuando esse comentário rápido que o senhor fez, o restante da entrevista pode ser toda utilizado para elaboração da dissertação.

DB: Agora eu tenho medo só de aparecer ah, esse bispo é um bobo em dizer que ele esteve com o Kennedy, vê-la se ele esteve com o Kennedy, é pura verdade, que eu estive com o Kennedy, mas por influência do Plínio de Arruda, e valeria você conversar com o Plínio.

FL: Então esse material essa fonte que o Senhor acaba de fornecer provavelmente será publicada, algumas partes .....  
(interrupção)

FL: E eu encerro a entrevista por aqui e eu agradeço a atenção do Senhor.....